



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO- AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)**

**AS UNIVERSIDADES DE INTEGRAÇÃO BRASILEIRAS (2003-2010): ENTRE A
POLÍTICA EXTERNA E A ADAPTAÇÃO ÀS AGENDAS INTERNACIONAIS PARA
A EDUCAÇÃO SUPERIOR**

BIANCA PETERMANN STOECKL

Foz do Iguaçu
2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO- AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)**

**AS UNIVERSIDADES DE INTEGRAÇÃO BRASILEIRAS (2003-2010): ENTRE A
POLÍTICA EXTERNA E A ADAPTAÇÃO ÀS AGENDAS INTERNACIONAIS PARA
A EDUCAÇÃO SUPERIOR**

BIANCA PETERMANN STOECKL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração LatinoAmericana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Paula Daniela Fernández

Foz do Iguaçu
2022

BIANCA PETERMANN STOECKL

**AS UNIVERSIDADES DE INTEGRAÇÃO BRASILEIRAS (2003-2010): ENTRE A
POLÍTICA EXTERNA E A ADAPTAÇÃO ÀS AGENDAS INTERNACIONAIS PARA
A EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração LatinoAmericana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Paula Daniela Fernández
PPGRI - UNILA

Prof. Dr. Fernando Gabriel Romero
PPGRI - UNILA

Prof. Dr. Julián Kan
Universidad Nacional de Buenos Aires - UBA

Foz do Iguaçu, 27 de junho de 2022

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

S871

Stoeckl, Bianca Petermann.

As Universidades de Integração Brasileiras (2003-2010): entre a política externa e a adaptação às agendas internacionais para a educação superior / Bianca Petermann Stoeckl. - Foz do Iguaçu, 2022.

175 f.: il., color.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Relações internacionais.

Orientador: Professora Dra. Paula Daniela Fernandez.

1. Brasil. 2. cooperação internacional. 3. internacionalização da educação superior. 4. integração regional. 5. universidades de integração. I. Fernandez, Professora Dra. Paula Daniela. II. Título.

CDU 378.014.24(81)"2003-2010"

Dedico aos pilares da minha vida

Kalito, Luana e Gabriel

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu esposo, Karl Stoeckl, e aos meus filhos, Luana e Gabriel, pelo apoio, carinho e compreensão nos momentos de ausência dedicados ao mestrado.

Agradeço a meus pais que, mesmo distantes, me acolheram quando eu mais precisava e sempre vibraram com minhas vitórias. Paralelamente, agradeço aos meus sogros que, presentes, fizeram às vezes de pai e de mãe. Cleide e Ursula também, minhas cunhadas queridas...sempre torcendo por mim.

Meu agradecimento especial à minha tutora, orientadora e conselheira, Prof^a. Dra. Paula Daniela Fernández. Uma pessoa admirável e talentosa em sua arte e que, além de tudo, me apoiou como estudante e como mulher. Obrigada sempre pela paciência e compreensão, profe!

Agradeço aos professores da banca de qualificação e defesa, Dr. Fernando Gabriel Romero Wimer e Dr. Julián Kan, que, com profissionalismo, me auxiliaram a trilhar os melhores caminhos para minha pesquisa.

Agradeço às minhas amigas que, positivamente, me tiraram um pouco do foco e me confortaram com boas risadas.

Sou grata por ter cruzado com minhas colegas do mestrado, Mari e Ana, pois encontro melhor não podia ter acontecido. Foi uma parceria incrível.

E não poderia deixar de agradecer quem eu sou, quem me tornei e tudo o mais que serei.

Este trabalho, portanto, é resultado do conjunto de cada uma dessas partes que me ajudaram a chegar até aqui. A cada um e a todos, muito obrigada!

Sim, todo amor é sagrado

E o fruto do trabalho

É mais que sagrado, meu amor

(Beto Guedes e Ronaldo Bastos - trecho da canção

Amor de Índio)

Tenemos voz, y aun voto, pero no los medios (más crudamente, el poder) para orientar la política nacional o exterior hacia direcciones completamente nuevas. Es por esto que las industrias del conocimiento (las universidades, los institutos universitarios, las escuelas, que representan sesenta y cinco mil millones de dólares por año de gasto nacional) son tan importantes (Howard Zinn, 2020, p.17)

RESUMO

A partir das orientações neoliberais no final do século XX, as agendas internacionais para a educação superior propagam concepções de internacionalização e cooperação educacional como modelos exitosos a serem seguidos. Assim, o papel das instituições de educação superior ganham destaque cada vez mais importante nos diferentes foros econômicos e regionais como instrumentos para a integração e cooperação internacional, por conseguinte, de projeção internacional. Essa tendência influencia as políticas e reformas dos sistemas de educação superior dos países em desenvolvimento e se projetam em diferentes arranjos universitários de cooperação. No Brasil, o governo de Luis Inacio Lula da Silva (2003-2010) engajou uma reforma do ensino superior com a implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O programa previu em sua última etapa a criação de quatro universidades de integração com interface internacional: Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Essa foi uma estratégia da política externa brasileira - que priorizava as relações geopolíticas sul-sul, envoltas no discurso da integração solidária - fortalecida pela educação superior, enquanto projetava seus interesses para a construção da hegemonia subregional do país. Dessa forma, nosso objetivo com este trabalho é estudar a relação entre inserção internacional brasileira e a educação superior a partir da criação de universidades de integração durante a reforma universitária brasileira no período de 2003-2010. Para isso, nos propusemos a analisar o processo de construção dos projetos dessas quatro universidades de integração dentro do contexto da política externa. A pesquisa se construiu a partir de reflexões críticas de relações de poder com ênfase na geopolítica e na educação superior, amparada no significado que o conhecimento adquire com a mundialização do capital e na sua instrumentalização nos processos de integração e cooperação regional. Nossas conclusões indicaram que interesses primordiais do Brasil para a criação dos projetos das universidades de integração, sustentados na reforma universitária, voltaram-se a responder à estruturação do país como liderança regional para expansão de seus mercados e para projeção ao exterior.

Palavras-chave: Brasil, governo Lula, integração regional, cooperação internacional, internacionalização da educação superior, universidades de integração.

RESUMEN

Desde las orientaciones neoliberales de fines del siglo XX, las agendas internacionales de educación superior propagan concepciones de internacionalización y cooperación educativa como modelos exitosos a seguir. Así, el papel de las instituciones de educación superior es cada vez más importante en los diferentes foros económicos y regionales como instrumentos de integración y cooperación internacional, por tanto, de proyección internacional. Esta tendencia influye en las políticas y reformas de los sistemas de educación superior en los países en desarrollo y se proyecta en diferentes acuerdos de cooperación universitaria. En Brasil, el gobierno de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) emprendió una reforma de la educación superior con la implementación del Programa de Reestructuración y Ampliación de las Universidades Federales (REUNI). En su última etapa, el programa preveía la creación de cuatro universidades de integración con interfaz internacional: Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Esta fue una estrategia de política exterior brasileña -que priorizó las relaciones geopolíticas sur-sur, envuelta en el discurso de la integración solidaria- fortalecida por la educación superior, al tiempo que proyectaba sus intereses para construir la hegemonía subregional del país. Así, nuestro objetivo con este trabajo es estudiar la relación entre la inserción internacional brasileña y la educación superior a partir de la creación de universidades de integración durante la reforma universitaria brasileña en el período 2003-2010. Para ello, nos propusimos analizar el proceso de construcción de los proyectos de estas cuatro universidades de integración en el contexto de la política exterior. La investigación se construyó a partir de reflexiones críticas sobre las relaciones de poder con énfasis en la geopolítica y la educación superior, sustentada en el significado que adquiere el conocimiento con la globalización del capital y su instrumentalización en los procesos de integración y cooperación regional. Nuestras conclusiones indicaron que los principales intereses de Brasil en la creación de proyectos universitarios de integración, a partir de la reforma universitaria, pasaron a responder a la estructuración del país como líder regional para la expansión de sus mercados y para la proyección en el exterior.

Palabras clave: Brasil, gobierno de Lula, integración regional, cooperación internacional, internacionalización de la educación superior, universidades de integración.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração
ALBA – Aliança Bolivariana os Povos de Nossa América
AUGM – Associação de Universidades do Grupo de Montevideu
AULP - Associação das Universidades de Língua Portuguesa
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAN – Comunidade Andina
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CELAC – Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CES - Camara de Educação Superior
CI – Comissão de Implantação
CID - Cooperação Internacional para ao Desenvolvimento
CIUFFS - Comissão de Implantação da Universidade Federal Fronteira Sul
CIUFOPA - Comissão de Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará
CIUNILA - Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana
CIUNILAB - Comissão de Implantação Universidade Federal da Integração Internacional Lusofonia Afrobrasileira
CMC - Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL
CNE – Conselho Nacional de Educação
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRES – Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e Caribe
EEES – Espaço Europeu de Educação Superior
EESCPLP - Espaço de Educação Superior da COmunidade dos Países de Língua Portuguesa
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
ENLACES – Espacio de Encuentro Latinoamericano y Caribeño de Educación Superior
ERES – Espaço Regional de Educação Superior do MERCOSUL
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FMI – Fundo Monetário Internacional
GATS – Acordo Geral sobre Comércio de Serviço/General Agreement on Trade in Services
GTI - Grupo de trabalho Interministerial
IBAS - Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
IES – Instituições de Ensino Superior
IESALC – Instituto Internacional para Educação Superior na América Latina e Caribe
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IMEA – Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados/Instituto MERCOSUR de Estudios

Avançados

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MEC – Ministério da Educação
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA – Organização dos Estados Americanos
OEI - Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
ORUS internacional - Observatório das Reformas do Ensino Superior
OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEB - Política Externa Brasileira
PEC-G – Programa de Estudantes – Convênios de Graduação
PEC-PG – Programa de Estudantes – Convênios de Pós-Graduação
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional de Educação
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PROUNI - Programa Universidade para Todos
RME – Reunião de Ministros de Educação do MERCOSUL
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAI – Sistema Andino de Integração
SEM – Setor Educacional do MERCOSUL
SESu – Secretaria de Educação Superior
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UASB – Universidade Andina Simón Bolívar
UE – União Europeia/Unión Europea
UFABC – Universidade Federal do ABC
UFERSA - Universidade Federal Rural do Semiárido
UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UI - Universidades de Integração

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1	14
A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA DINÂMICA CAPITALISTA GLOBAL	14
1.1 As agendas internacionais para a educação superior e sua funcionalidade no campo político.	22
Síntese do capítulo I	29
CAPÍTULO 2	31
A RELAÇÃO ENTRE INTEGRAÇÃO E EDUCAÇÃO SUPERIOR	31
2.1 Processo de Bolonha e o Setor Educacional do Mercosul	41
2.2 Universidade Andina Simon Bolívar (UASB) - COMUNIDADE ANDINA DAS NAÇÕES	43
2.3 Universidade Russa da Amizade dos Povos os (RUDN) - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)	46
Síntese do capítulo II	49
CAPÍTULO 3	52
A POLÍTICA EXTERNA E DIPLOMACIA DO GOVERNO LULA - DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL À EDUCAÇÃO SUPERIOR	52
3.1 A Política Externa Brasileira e a Política de Integração Regional	52
3.1.2 Educação Superior como agenda da política externa brasileira	67
3.2 A política educacional universitária	74
3.2.1 A Reforma Universitária	76
3.2.2 A Política de Expansão da Educação Superior	82
3.2.2.1 Primeira Etapa - Programa Expansão (2003-2006)	82
3.2.2.2 Segunda Etapa: Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) - a partir de 2007	86
3.2.2.3 Terceira Etapa - Expansão via integração regional internacional	90
CAPÍTULO 4	93
UNIVERSIDADES DE INTEGRAÇÃO DO BRASIL	93
4.1 A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	96
4.1.1 Criação de uma universidade para o Mercosul	98
4.1.2 A concepção da Universidade	102
4.1.3 A UFFS e a Política Externa	105
4.2 A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	109
4.2.1 A concepção da universidade	111
4.2.2 A proposta de estrutura acadêmica da UFOPA	117
4.2.3 A UFOPA como política externa - A Universidade e o projeto nacional e regional para a Amazônia	118

4.3 Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	123
4.3.1 A concepção da UNILA	126
Quadro 1 - Cronologia da Universidade do Mercosul até a criação da UFFS e UNILA	128
4.3.2 UNILA e a Política Externa	132
4.4 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)	135
4.4.1 Concepção da UNILAB	137
4.4.2 A UNILAB como Política Externa	143
Síntese do Capítulo IV	145
CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
APÊNDICE	174

INTRODUÇÃO

A partir de 2003, com a ascensão do governo do Partido dos Trabalhadores de Luis Inácio Lula da Silva (a partir de agora denominaremos de governo Lula) o Brasil enfatizou suas orientações de política externa a partir de uma perspectiva sobre a integração regional, caracterizando-se como defensor das reformas de governança global e do incremento às relações Sul-Sul, a partir de uma posição de projeção de poder do Brasil e de seu papel de liderança regional. Com isso, almejava a inserção expressiva e ativa no sistema mundial. Essa política projetou os interesses para o desenvolvimento nacional e para a inserção soberana do país no cenário internacional por meio da diplomacia orientada por uma perspectiva humanista e universalista (SILVA, AMORIM, PINHEIRO, 2003, p.37; BRASIL, 2007)¹, mas que na prática se apresentou diferente.

Na visão da PEB, era necessário fortalecer o Mercosul e outras iniciativas de integração sul americanas como a aproximação do Mercosul e da Comunidade Andina(CAN) e a Iniciativa de Integração em Infraestrutura Sul Americana (IIRSA) como forma de contrabalançar as relações hegemônicas com a Europa e Estados Unidos e o Brasil reunia as condições econômicas, políticas e culturais necessárias para atuar como agente principal de de integração na região (BOITO Jr., BERRINGER, 2013). Da mesma forma, o país se posicionava para fortalecer alianças com o continente africano, aproveitando seu vínculo com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Isso não significou abrir mão das relações com Europa e Estados Unidos. Essas estratégias se manifestaram desde o discurso de posse, em 2003, ao Programa de Governo 2007-2010.

A política externa brasileira referia-se a um projeto de cooperação sul-sul (AMORIM, 2016), supostamente orientado para a “integração solidária e generosa”² (LUCE, 2007, p. 58)para lidar com os desequilíbrios regionais. No entanto se faz necessário esclarecer os acontecimento por trás dos interesses e valores que desenham esses projetos altruístas de integração, quando tal enfoque não cumpre com os objetivos de enfrentar assimetrias e, na

¹ Expressões extraídas do discurso do Presidente da República, Luiz Inacio Lula da Silva, na sessão de Posse, no Congresso Nacional, em Brasília, em 1º de janeiro de 2003 e da Palestra do Ministro Celso Amorim no Seminário “A Atualidade de San Tiago Dantas”. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2004.

² Luce usa essa expressão com um tom crítico à PEB.

realidade, aprofunda do intercâmbio desigual e da assimetria na divisão regional do trabalho (LUCE, 2007).

Milane e Pinheiro (2013) descrevem que a inovação na política externa brasileira (PEB) incorpora temas considerados da baixa política (cultura, educação, cooperação para o desenvolvimento, capacidade de negociação diplomática) os quais acabam sendo fundamentais na projeção de poder regional e global, especialmente para potências consideradas emergentes. No caso do Brasil, a estratégia da política externa e o sucesso das relações diplomáticas coincide com a centralidade na retomada da educação superior nas políticas públicas do governo (SILVA, 2014) e ressoa na reforma universitária, iniciada em 2003.

Mas qual é o lugar da educação nesse contexto político? As motivações de política externa para inserção no cenário internacional são, segundo Botto (2015) econômicas, políticas e culturais. Nesse sentido, a cooperação educacional constitui instrumento de uma política que promove a aproximação política entre os estados nacionais e projetam a imagem de um país (SANTOS,2017a)., No Brasil, o órgão tido como responsável pela PEB, o Ministério das Relações Exteriores (ou Itamaraty), determinou em suas diretrizes que a educação superior atende a esses interesses ampliando a influência exterior do país nessa e em outras matérias (BRASIL, s.d.).

Nesse contexto, a educação superior é relacionada como um importante instrumento nas relações geopolíticas internacionais e nos processos de regionalização, reforçando esse contexto na política educacional. Ocorre que quando se trata de integração ou cooperação pressupõe-se uma relação de benefícios mútuos entre as partes envolvidas, especialmente de cunho econômico, como apontam Leite e Morosini

O principal propósito da integração é a alavancagem econômica dos países participantes, objetivo que deve estar intimamente associado à produção social e cultural dos países envolvidos. Neste sentido, a universidade, por suas diferentes identidades e por constituir-se no espaço por excelência da argumentação científica, candidata-se a ser um dos interlocutores-atores da integração" (LEITE e MOROSINI, 1992, p. 11)

No período de 2003 a 2010, as orientações da PEB articularam-se aos anseios da política de educação superior brasileira, conforme foi registrado pela Assessoria Internacional da Secretaria de Educação Superior do MEC

Aprimorou-se a relação entre os Ministérios da Educação e das Relações Exteriores, com a diversificação e ampliação de projetos conjuntos entre setores de ambas instituições. Multiplicaram-se as visitas recíprocas e a organização de reuniões de trabalho entre responsáveis por setores dos dois Ministérios. A expansão dos projetos de cooperação Sul-Sul é responsável, em grande parte, por essa ampliação de laços e atividades conjuntas. (BRASIL, 2008a, p.8)

Paralelamente a essa política, foi fixada a reforma universitária brasileira. Esta ocorreu basicamente sobre três diretrizes: expansão, interiorização e reestruturação. Na primeira gestão do governo Lula, a política para a educação superior se voltou à expansão e interiorização para o âmbito doméstico. Ao mesmo tempo, o Ministério da Educação desempenhava um papel de articulador em negociações no âmbito internacional sobre a matéria, com destaque aos projetos de cooperação multilateral junto aos foros regionais como Mercosul, CPLP e OTCA (BRASIL, 2008a).

A partir do segundo mandato do Presidente Lula, com a institucionalização do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), a política de educação superior se concentra em um plano de apoio à reestruturação das universidades a partir de modelos inovadores, bem como na criação de universidades com vocação para integração do Brasil com nações nas quais havia o interesse brasileiro de expandir sua área de influência. A estratégia de criação dessas universidades sinalizam um processo de descentralização da PEB (BESHARA, 2008; SENA, 2019) cujo interesse estava concentrado no seu entorno estratégico sobre o hemisfério sul (HELENO, 2014; RIBEIRO, 2016; NICTERWITZ, 2020; SANTOS, 2017b).

Assim, o REUNI favoreceu a implantação das universidades de integração, porém a compreensão da criação dessas instituições se situa também na política externa brasileira e nos interesses pela integração regional. Conforme aponta Ribeiro (2016), na conjuntura internacional, a educação superior é vista como um importante instrumento de cooperação e

integração entre diversos grupos regionais, o que a torna importante reforçar essa política educacional como instrumento nas relações geopolíticas internacionais.

Nos referimos às universidades de integração as instituições criadas nos anos de 2009 e 2010, e assim configuradas pelo governo brasileiro (BRASIL, 2012; 2014b), como veremos no capítulo 3, a partir do programa de expansão das universidade (REUNI) e de contextos políticos e econômicos da PEB no qual o país tinha interesse e oportunidade de fortalecer o regionalismo através de sua influência em foros regionais estratégicos, com destaque para o Mercosul e a CPLP. Essa iniciativa foi engajada e institucionalizada pelo governo brasileiro visando aproximação com esses grupos regionais.

As universidades de integração que tratamos aqui são a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a Universidade Federal da Integração Ltno Americana (UNILA) e a Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Há diversos estudos relacionados às universidades de integração sob diferentes perspectivas. Sobre a UFFS, os estudos feitos por Tischer (2016); Nichterwitz(2017); Rorato(2016) e Ristoff (2020) apontam para os aspectos sociais e geoeconômicos, em que a participação dos movimentos sociais foi determinante para implantação da universidade para o desenvolvimento da região do Mesomercosul. Sobre seu ideal na internacionalização e integração regional, não há profundidade de estudos sobre essa caracterização, mas citamos Tosta et. al (2016) que publicou um artigo a respeito do assunto, apesar de aprofundar o fenômeno a partir do funcionamento da UFFS e não a motivação que antecedeu sua criação. Sobre a UFOPA, há estudos que voltam a atenção para a integração dos países amazônicos, sendo o principal deles produzido pela sua Comissão de Implementação (2009). Porém grande parte se limita ao contexto da política de interiorização da educação na região (SOUSA, 2011; SOUSA, 2019). Tanto UFFS como UFOPA foram consideradas como universidades de integração pelas intenções geopolíticas que motivaram sua criação. Seus projetos não contemplavam de imediato a cooperação educacional e a internacionalização no sentido de ingresso de estudantes estrangeiros nessas universidades.

A UNILA e a UNILAB são as universidades de integração com maior número de publicações devido a institucionalização em lei do processo de internacionalização, sendo que a maior parte desses estudos acabam por defini-las como modelos contra-hegemônicos (SANTOS, 2017a, ALMEIDA, 2015; ROSEVICS, 2020; BRACKMANN, 2010; MARTINS, 2011; MENEGHEL, AMARAL, 2016), mesmo reconhecendo seu caráter geopolítico estratégico para a PEB. Não há estudos que tratam do conjunto desses quatro projetos do Estado brasileiro voltados para uma política exterior.

Posto isso, nossa proposta é aprofundar a pesquisa sobre as universidades de integração pressupondo que se materializam como estratégia da política externa brasileira para cooperação sul-sul mirando a construção da hegemonia sub-regional do Brasil. Dessa forma, não abordaremos o funcionamento universidades e o seu desempenho no alcance de sua missão, mas sim dos fatos e acontecimentos da agenda governamental no âmbito doméstico e internacional que deram origem a construção desses projetos acadêmicos como instrumentos de integração e de poder. Alguns estudos produzidos no Brasil sobre a política educacional e a reforma executada durante o governo Lula expressam a continuidade do modelo neoliberal, especialmente do governo FHC, no sentido de vincular a oferta da educação às demandas do mercado e aos interesses dos blocos dominantes e às suas necessidades político-econômicas em consonância com as orientações das agendas internacionais para a educação superior (LEHER, 2004, 2005; SOUZA LIMA, 2004, 2011, 2012), orientadas pela sua dupla condição de potência regional e de país dependente.

Mas além da política educacional desse governo sob a perspectiva da ciência política e da economia política brasileira, autores como Leda Paulani (2007), Boito Jr. e Berringer (2013) e Francisco Oliveira (2006), convergem no consenso de que o governo Lula foi um governo neoliberal com características neodesenvolvimentista³. Considerando isso,

³ Boito Jr. e Berringer (2013) caracterizam o programa político do governo Lula e Dilma como neodesenvolvimentista, o que significava a política de crescimento econômico do capitalismo brasileiro associado a política econômica e social, sem abrir mão do modelo capitalista neoliberal. Da mesma forma, Traspadini e Valdez(2019) colocam que o neodesenvolvimentismo do governo Lula não se contrapõe ao neoliberalismo, mas se apresenta como a implementação de políticas sociais como diferencial aos governos neoliberais anteriores, mas que não significam uma posição antagônica à sua concepção de desenvolvimento protagonizada pelo capital financeiro hegemônico.

apontamos as primeiras contradições que merecem análise diante da retórica que se apresentou sobre a cooperação solidária com ênfase nas relações Sul Sul.

É a partir da perspectiva apresentada por Luce e por outros autores como Zibechi (2006, 2012, 2016), Severo(2013) e Fontes (2010), que tratam da projeção da política externa brasileira no período de 2003-2010, que nossa análise crítica se constrói. Sobre isso, o contexto que deu origem às universidades de integração se constituiu acerca de referências regionais de disputa e interesses geopolíticos e econômicos do governo brasileiro que se contrapõem aos aspectos de cooperação e reciprocidade de benefícios entre as nações, do interesse social ou mesmo da construção uma identidade regional latino-americana ou lusófona propagados pela diplomacia do Brasil.

A política para a educação superior no Brasil passava por mudanças que compartilhavam das orientações das agendas internacionais sobre o tema, na qual a educação superior é vista como ferramenta política de expansão e de influência, sendo esse o modelo das experiências dos países centrais (RIBEIRO, 2016; SIEBIGER, 2018), conferindo às universidades o papel de instrumento diplomático para cooperação internacional e para o fortalecimento das relações entre países (KNIGHT, 2020). Esse contexto alavancou a formulação desses projetos de universidade que intensificariam as estratégias direcionadas à integração. Ocorre que educação e integração estão em campos distintos no universo dos atores e dos interesses, o que nos faz indagar sobre essa percepção compartilhada de temas, sobretudo quando se revestem na noção de reciprocidade e equidade entre povos e nações.

Posto isso, temos o primeiro ponto de reflexão que é a educação superior intrínseca às relações internacionais de cooperação sendo usada como ferramenta para objetivos que transpassam o campo acadêmico e científico do campo. Por isso, nosso estudo buscou situar a educação superior na dinâmica capitalista global, sistema que pauta as diretrizes internacionais no campo, e como isso influencia no estabelecimento de políticas de educação superior. Descrevemos esse contexto no capítulo primeiro abordando as mudanças ocorridas com as orientações neoliberais para o livre comércio e como a educação superior ganha ênfase nessas relações a partir de agendas internacionais para a educação a partir dos ideais

hegemônicos e difundidas pelas organizações internacionais com objetivos econômicos, políticos e culturais para o países periféricos.

O objetivo geral é estudar a relação entre inserção internacional brasileira e a educação superior a partir da criação de universidades de integração no Brasil no período de 2003-2010. A análise será desde a política externa de integração regional e da estruturação da reforma educativa até os avanços nos debates dos processos políticos de cada uma delas e que, por fim resultaram em sua criação. Além disso, os objetivos específicos são (i) indagar sobre as agendas internacionais para a educação superior e as políticas para a educação superior desenvolvidas durante o governo de Luiz Inacio Lula da Silva (2003-2010); (ii) analisar os objetivos da reforma educativa, sua relação com a política externa do Brasil e as motivações do governo Inácio Lula Da Silva que levaram a criação das universidades de integração; e (iii) caracterizar e analisar as universidades de integração internacional.

Partimos do princípio que as universidades de integração internacional são projetos políticos de projeção externa do Brasil, materializados a partir da reforma da política educativa brasileira que favorecia a agenda de inserção internacional, com foco no fortalecimento de alianças regionais sob liderança brasileira que, na realidade, não configuravam relações solidárias e de vantagens entre os parceiros, mas sim na conformação de uma política, não regional mas para a região, voltada às exigências do capital brasileiro.

O período de observação compreende os anos de 2003 a 2010, no qual ocorre a estruturação dessas universidades durante a reforma universitária do governo Lula, ou seja, quando se inicia a implantação de uma política para a educação superior nessa gestão até a criação dessas universidades em lei. Sendo esse o limite temporal estabelecido para identificar a correlação das universidades de integração com a política de integração geoeconômica do governo Lula, não vamos, então, adentrar na compreensão das estruturas de funcionamento dessas instituições após sua criação, ficando para futuras pesquisas analisar outras variáveis sobre a evolução desses projetos no decorrer de sua implantação e das mudanças de governos. Parafraseando Santos (2017b, p. 48) entendemos que “as políticas educacionais para o superior (...) no Brasil (...) se configuraram como políticas de governo, e não de Estado, com isso padecendo de interrupções e desfigurações”. Da mesma forma, os

demais processos que permeiam essa análise como as ações voltadas aos processos de cooperação e integração também se limitarão a esse período.

Ora, as universidades são campos de atuação da formação acadêmica e profissional e espaços de produção de conhecimento. Mas também são espaços de poder e de disputa política. O conhecimento é uma forma de exercer poder, controle e prestígio social (SCHWARTZMAN, 1983).

O tema é de interesse às relações internacionais já que coloca a educação superior como campo de influência na política mundial, em que se almeja a ocupação de diversos espaços no campo político, econômico e social, especialmente quando a internacionalização é definida por políticas e programas implementados pelo governo. É consenso entre os autores que a internacionalização da educação superior tem um caráter multifacetado que transita desde a educação superior voltada ao mercado, num contexto neoliberal, à cooperação universitária horizontal e solidária, particularmente quando o debate é tomado para se referir à integração dos países do sul.

Os estudos sobre a UNILA e UNILAB, por exemplo, são enviesados na construção romantizada da internacionalização solidária para integração, o que, na teoria, foi apresentado como pertinência a esses projetos, mas que carecem de uma perspectiva crítica às práticas políticas implantadas no contexto de sua criação. Considerando a política doméstica para expansão universitária, a tendência à internacionalização da política educacional e a prioridade da política externa para a integração propostas no plano de governo do Partido dos Trabalhadores, sob presidência de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), faz-se necessário preencher essa lacuna de interesse político, econômico e cultural em torno desses projetos universitários, identificando os elementos que as interligam. Lacuna essa formada de contradições entre discursos de uma projeto de governo contra hegemônico e a realidade apresentada nas condutas políticas que foram empreendidas para a educação superior e a cooperação educativa internacional.

Esta pesquisa aborda este período de reestruturação da educação superior, no qual essas agendas se encontram, e quando o Brasil engaja sua participação *altiva e ativa* no cenário internacional articulada ao fortalecimento do regionalismo e da cooperação com

países em desenvolvimento, depositando na educação superior uma estratégia para ampliar esse o projeto político.

Para isso, partimos das seguintes perguntas: qual é a relação entre a PEB e a reforma de educação? Como se caracteriza a introdução das agendas internacionais para a educação nessas políticas? Quais são os interesses em torno da criação dessas universidades? Qual o lugar dessas universidades na PEB? O que o Brasil entendeu por cooperação sul-sul ou integração solidária? Como se caracteriza a integração regional em projetos são elaborados e conduzidos por iniciativa no âmbito nacional? Como essas universidades são concebidas? Quais são os processos de integração a que estão vinculadas? As universidades de integração são projetos voltados à construção da hegemonia subregional do Brasil?

Nossa hipótese para essas perguntas é de que a política externa voltada à integração com países periféricos foi favorecida pela reforma política de educação superior de expansão, reestruturação e internacionalização com a criação das quatro universidades de integração, ampliando o caráter hegemônico do Brasil nessas relações atendendo ao projeto geopolítico de potência regional para projeção no cenário internacional.

A respeito da estratégia metodológica, compartilhamos o trabalho de Barragán (2008), na qual essa é entendida como uma série de operações e decisões metodológicas necessárias que se desenham a partir dos objetivos, questões e problemas de pesquisa e constitui praticamente 50% de toda pesquisa, pois é a partir disso que se definem métodos e técnicas de pesquisa. Os elementos que constituem a metodologia são técnicas de observação e fontes de informação e o processamento, sistematização e interpretação de dados. De acordo com a área podem sofrer alterações, mas tem que ter os seguintes elementos: razões e critérios de escolha, possibilidades e limites e instrumentos de coleta de dados.

Procurou-se recorrer a dois tipos de fontes de pesquisa: a bibliográfica e a documental. A exploração desses dois principais recursos se deve à facilidade de identificação e no acesso a materiais diversificados e atualizados, somados à dificuldades para realizar pesquisa de campo, em razão do seu desenvolvimento concomitante à jornada de trabalho, mas também em função da pandemia que restringiu a circulação da população mundial.

A pandemia também fez com que fosse necessário alterar a pesquisa que dependia de uma ampliação nas fontes primárias e de entrevistas. Assim, conforme avançava a pesquisa bibliográfica, traçou-se um novo desenho que trouxe outros elementos à pesquisa, como a perspectiva teórica. Assim, as fontes documentais primárias foram todas extraídas da internet - projetos de Lei, leis, decretos, pareceres e relatórios de comissões e de órgãos vinculados ao governo federal, notícias e publicações disponíveis nas páginas eletrônicas oficiais dos organismos públicos brasileiros. Alguns documentos oficiais citados, especialmente sobre a construção da reforma universitária, não foram localizados e as informações inseridas no trabalho se baseiam em fontes secundárias. Foram consideradas fontes primárias todas as publicações de órgãos do governo brasileiro, bem como as publicações provindas de organizações internacionais cujo teor se refere a assuntos de sua competência.

Como fontes secundárias, foram utilizados artigos e livros que tratam da Política Externa Brasileira e da reforma universitária durante o governo o governo Lula e da criação das universidades de integração brasileiras. A revisão de bibliografias teve como base dissertações e teses com referências dessas universidades ligadas aos termos “universidades de integração” “internacionalização da educação superior” e “integração regional” ou “integração educacional” .

Para responder os questionamento da nossa pesquisa optamos uma abordagem qualitativa que, segundo Barragán(2008) implica em práticas que transitam em diversas áreas do conhecimento e não se encontram ligadas a uma só teoria ou paradigma, e sim que atravessam um campo marcado por tensões e contradições que se expressam em diferentes concepções e estilos de investigação (BARRAGÁN, 2008, p. 93).

Ainda, a estrutura do trabalho foi dividida nos seguintes temas principais: educação superior e a dinâmica capitalista global, a educação superior como instrumento de integração, a Política Externa Brasileira e Reforma da Educação no Governo Lula, e as Universidades de Integração, conforme detalharemos a seguir.

O Capítulo 1 consiste no marco teórico, no qual situamos a educação superior na dinâmica capitalista global, que atribuiu ao campo a missão do desenvolvimento econômico e social através da formação de recursos humanos qualificados para o mercado de trabalho,

contexto amplamente difundido por organizações internacionais que focam na internacionalização da educação superior e nos processos de cooperação. Dessa forma, foram detalhados os processos sobre as agendas internacionais para a educação superior, a internacionalização da educação superior e a integração regional e a política externa e as organizações internacionais na formulação das políticas de educação superior. Esse referencial traz os subsídios para responder ao problema desta pesquisa.

O desenvolvimento do Capítulo 2 busca o entendimento sobre processos de integração e cooperação internacional e a formação de arranjos regionais como foros de influência política e situa a educação superior e sua internacionalização como instrumento para apoiar os interesses de cooperação. Apresenta os aspectos do ponto de vista acadêmico, do ponto de vista da política externa e do ponto de vista de um processo de integração. Nesse capítulo são apresentados modelos institucionais que foram constituídos como arranjos de integração e cooperação educacional internacional.

O capítulo 3 descreve as principais características do governo Lula de 2003 a 2010 em relação a sua estratégia de política externa e sua postura diplomática e como a educação superior é abordada pelo Ministério das Relações Exteriores, da mesma forma que a estratégia do Ministério da Educação se volta para a internacionalização e para questões da política externa. A partir disso é analisada a reforma universitária com objetivo de explicar o porquê dessas política de integração internacional via educação superior e da estratégia de criar universidades com esse fim..

No Capítulo 4 buscamos caracterizar e analisar as universidades de integração a partir do capítulo anteriores. Em cada uma delas, a pesquisa descreve o processo de construção e concepção dessas universidades por meio revisão de documentos oficiais, bem como de fontes secundárias que pudessem dar subsídios ao processo de construção da UFFS, UFOPA, UNILA e UNILAB, respeitando a ordem cronológica da publicação de suas leis de criação. Assim, buscamos analisar os acontecimentos que antecederam seus projetos de Lei e que subsidiaram a elaboração desses projetos. Os acontecimentos referem-se a movimentos sociais, reuniões, eventos, audiências públicas, acordos, entre outros, para identificar os atores e as motivações que demandaram a implantação dessas universidades. Nesse aspecto, nosso objetivo foi correlacionar esses acontecimentos com os objetivos da política educacional de

expansão e interiorização com a política externa, de integração e cooperação. Outro aspecto analisado foram os espaços de construção das universidades a fim de articula-los a estratégia geopolítico-econômica junto à PEB.

Por fim, as considerações finais fecham o trabalho com nossas conclusões sobre os objetivos da pesquisa e dos denominadores comuns sobre o conjunto dessa estratégia de cooperação à luz do projeto de liderança do Brasil instrumentalizada pelas quatro universidades de integração que podem trazer respostas (ou mais perguntas) sobre o papel da educação superior e das universidades na dinâmica das relações capitalistas que transformam, a qualquer tempo, a verdadeira função do conhecimento.

CAPÍTULO 1

1. A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA DINÂMICA CAPITALISTA GLOBAL

O capitalismo é um sistema dinâmico e propenso a crises, estas essenciais para sua reprodução a partir da reformulação conveniente de uma “nova versão” do sistema que consiste em mudanças nas formas organizacionais, nas instituições e ideologias dominantes, na alianças políticas, nas culturas, nos costumes, nas relações sociais, e nas formas de entender e pensar da sociedade que deve se adaptar aos acontecimentos, seja por aparatos repressivos ou por consentimentos (HARVEY, 2016).

Azevedo (2008) explica que nas crises os processos de reforma é constituído de fundamentos ideológicos e críticos. O primeiro refere-se a uma “falsificação da realidade” e “tem maior poder de convencimento e o fundamento crítico é a realidade da crise. E conclui que

As proposições de reforma somente encontram eco onde há problemas reais para serem resolvidos e onde há um discurso ideológico apropriado para o convencimento da opinião pública (AZEVEDO, 2008, p.147)

A educação superior também ganha novos significados com as transformações nos modos de produção e de acumulação capitalista ao longo do século XX, especificamente no final dele, com a reorganização da ordem econômica e da política mundial.

As transformações as quais queremos nos referir tem como ponto de partida o advento das políticas neoliberais a partir da crise do petróleo de 1973 e da queda do regime de Bretton Woods⁴ que culminaram em um período de recessão no qual o capitalismo em sua forma de Estado de bem-estar social não era mais sustentável para o sistema e, buscando superar a crise, entra uma nova fase do capital financeiro que se expande por meio de

⁴ O acordo de Bretton Woods foi firmado em 1944 entre 44 nações ao final da 2ª Guerra mundial num contexto de problemas econômicos dos principais países europeus industrializados e da instabilidade financeira internacional causados em função da guerra. O acordo fundou um novo sistema monetário e financeiro internacional que reorganizaria o poder mundial com a consolidação da hegemonia estadunidense tendo a centralidade da moeda norte-americana na configuração da economia e política internacional, sendo as instituições multilaterais de Bretton Woods o Banco Mundial e o FMI. No início da década de 1970, ocorre o colapso do sistemas monetário internacional de Bretton Woods, em partes decorrente dos investimentos na Guerra Fria e na Guerra do Vietnã. Paralelamente, a crise do petróleo decorrente do embargo às exportações do produto pela OPEP para os países ocidentais, aumentando de produção que resultou na estagnação das principais economias capitalistas.

corporações transnacionais, ocorrendo, a partir disso, mudanças qualitativas nas relações de força política entre o capital e o trabalho (ASTARITA, 2006).

Astarita (2006) aponta que essas mudanças qualitativas, que se evidenciam na década de 1980, produziram um processo de internacionalização do capital que implicou na mundialização da relação capital-trabalho, em decorrência da liberalização e desregulamentação na circulação de bens, serviços e finanças (ibidem, 2006), intensificando as relações multilaterais e transnacionais entre os atores internacionais. Nessa nova ordem internacional prevalece o modelo de desenvolvimento neoliberal como *modus operandi* da economia e da política mundial, que se caracteriza pela abertura comercial, desregulamentação econômicas e mínima participação do Estado⁵ em alguns setores, tendo como recomendação as políticas “amigas do mercado” (ASTARITA, 2006, p.201).

Nessas condições, o sistema de acumulação capitaneado pelos países centrais, mais desenvolvido, priorizam a produção de tecnologias e de capital transnacional enquanto migram para o Sul e o Oriente a produção industrial, a produção de commodities e extração de recursos naturais (HARVEY, 2016)⁶. Ainda, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial(BM) se tornaram centros de propagação e implantação do livre mercado e da ortodoxia neoliberal. Essas instituições financeiras promoveram políticas de ajuste estrutural nos países endividados para se adaptarem às novas condições da economia política internacional, o que aumentou ainda mais a condição de dependência dos países periféricos.

Essa reorganização nas relações econômicas, políticas e sociais na ordem mundial se caracterizou, conforme sintetiza Castanho (2001 apud Zuck, 2021)

⁵ Apesar da ideologia liberal, e mais contundente a neoliberal, defender a separação entre Estado e sociedade civil para que possam evoluir as forças econômicas, a intervenção do Estado é fundamental nas crises, caso contrário a economia capitalista não suportaria as recessões. Sobre isso, no entendimento de Estado ampliado de Gramsci há uma articulação permanente entre a sociedade civil e a sociedade política e afirma que “mesmo o liberalismo deve ser introduzido por lei, isto é, por intervenção do poder político: é um fato de vontade, não expressão espontânea, automática do fato econômico” (GRAMSCI, 1975, p. 460 apud MICHELOTT e LIMA, 2016). Seja no Estado liberal ou seja no Estado socialista, a economia precisa da política, a política precisa do senso comum, e o senso comum é fundamental para sobrevivência do sistema capitalista e de qualquer sistema (LIGUORI, 2020) Disponível em<<https://www.youtube.com/watch?v=ouPeJpsd4X8>>

⁶ Harvey (2008) usa o termo “acumulação flexível” referindo-se à sucessão de acumulação pelo modelo de industrialização fordista: ênfase em serviços, capital humano, economia do conhecimento e intensificação tecnológica.

deslocamento do centro dinâmico do sistema da indústria para os serviços (especialmente os relacionados às tecnologias da microeletrônica e da informática); hegemonia do setor financeiro (com acentuação da tendência à financeirização); formação de megaconglomerados empresariais; realocação dos parques industriais dos países centrais para os periféricos e pulverização das tarefas produtivas em unidades localizadas em diferentes países; proteção ao know-how; controle unitário gerencial da produção multinacionalizada; desregulamentação; hegemonia da ideologia neoliberal; formação de blocos regionais como pré-requisito para a integração planetária; entre outras (CASTANHO, 2001, p.21 apud ZUCK, 2021, p. 180).

No registro da nova ordem mundial hegemônica, tais transformações impactaram o campo da educação superior, especialmente a partir das recomendações das organizações multilaterais, tanto em termos de padrões e normas para os sistemas de educação quanto de criação de um mercado universitário (SANTOS, 2017a). A economia mundial respalda-se no conhecimento à medida que produz valor com ciência, tecnologia e inovação bem como qualifica recursos humanos para o mercado de trabalho.

Sobre isso, Sguissardi (2005) se expressa da seguinte forma:

Seria ingenuidade pensar que a globalização ficaria restrita ao âmbito econômico-financeiro; que não envolvesse de modo abrangente e incisivo os campos sociais, da cultura, da ciência e do conhecimento. Uma das características da fase atual do modo de produção, sabe-se, é a transformação do saber científico em mercadoria capital, justificando o epíteto para a sociedade moderna de sociedade do conhecimento (SGUISSARDI, 2005, p.7).

A estreita vinculação da educação superior com o setor produtivo marca uma enorme pressão pela democratização ao seu acesso e, conseqüentemente, de sua expansão. Conforme tratado por Schwartzman (2005), com o desenvolvimento da sociedade do conhecimento que requer cada vez mais competência científica e técnica, mais se expande o ensino superior e, por conseguinte, a educação profissional, ou seja, a especialização voltada diretamente a um tipo de setor do mercado de trabalho, seja de indústria ou de serviço, gerado a partir de uma demanda do próprio mercado, de interesses de classes e dos sistemas de educação, públicos ou privados:

[...] nas sociedades modernas, ela (a educação) é, em si mesma, uma importante indústria, empregando centenas de milhares de pessoas e consumindo parte importante da renda pública e privada. [...] A indústria do conhecimento, como qualquer indústria, trabalha

permanentemente para criar sua própria demanda, e justificar seu valor e sua existência (SCHWARTZMAN, 2005, p. 8).

O conceito de sociedade do conhecimento, amplamente difundido pelas organizações internacionais, tem relação direta com a mundialização⁷, pois imprime ao indivíduo o pressuposto de que para ter vantagem no mercado de trabalho é preciso desenvolver o conhecimento, já que “no sistema capitalista em que existe demanda, existe também um mercado(...)” (FERNANDEZ HELLMUND E PRETELL, 2021, p.52). A produção e apropriação do conhecimento adquirem valor material passível de troca com objetivo de obtenção de lucros com a valorização da formação dos recursos humanos voltados às demandas do mercado.

É esse o significado propagado pelo Banco Mundial (BM, 2003) com a ideia de que as autoridades deveriam centrar-se na educação e na formação profissional para que os trabalhadores tenham oportunidade de adquirir as aptidões que exige uma economia em constante evolução. Essas recomendações incutem tanto à sociedade contemporânea o dever de investir na formação superior para ter empregabilidade, quanto ao Estado o dever de expandir a educação superior, especialmente pela oferta no setor privado.

Ao mesmo tempo, as mudanças e reformas que ocorrem nos sistemas de educação superior em função das orientações neoliberais direcionam para a redução dos investimentos nos serviços públicos e, conseqüentemente, para as privatizações nesse setor. Sobre essa dinâmica, Abadie (2021) aponta que

Como tudo é questão de dinheiro, a “Educação Superior Sem Fins Lucrativos” também está desenvolvendo e comercializando produtos como forma de obter novos recursos econômicos. De fato, várias universidades tradicionais – muitas delas públicas – entraram no mercado internacional e saíram para disputar estudantes, instalando suas “sucursais” nos branch campus ou operando no exterior por meio de franquias ou parcerias com universidades locais, convertendo-se em exportadoras de educação (ABADIE, 2021, p. 19).

O fenômeno da internacionalização da educação superior a que Abadie se refere é demonstrado por Fernández Hellmund e Pretell (2021) que analisaram a oferta de cursos de medicina na região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina e observaram que

⁷ Por vezes, utilizaremos o termo globalização no sentido de mundialização, inspirados nos trabalhos de Astarita (2006).

a grande demanda que tem o curso por brasileiros fez surgir um mercado lucrativo diverso na região com a oferta de serviços educacionais por empresas privadas, envolvendo capitais de diferentes origens (FERNANDEZ HELLMUND E PRETELL, 2021).

Fernández Hellmund (2021) coloca em foco a tendência que prevalece nos processos de internacionalização da educação superior a partir dos anos 1990: como um fenômeno mercantilizado, estimulado pelas recomendações internacionais para mobilidade profissional e acadêmica, internacionalização das matrizes curriculares, convênios interinstitucionais e criação de espaços regionais de educação, definindo o fenômeno como

[...] la tendencia y adaptación de las universidades a las demandas del capital internacional con el fin de formar recursos humanos que se adecuen a las necesidades del mercado, generar lucro, transformar la educación en un servicio y ca[oo]ptar profesionales. Esta tendencia no está exenta de críticas y luchas, en especial en el ámbito de la educación pública. Para ello las instituciones estimulan la creación de proyectos de intercambio, convenios, programas, acuerdos de doble titulación, entre otros (FERNÁNDEZ, s/d apud FERNÁNDEZ HELLMUND e PRETELL, 2021, p. 45).

Segundo Azevedo (2012; 2015), a internacionalização da educação superior é retratada em dois princípios contraditórios, mas que em certas ocasiões complementa-se: a solidariedade internacional e a concorrência em um mercado global de educação e conhecimento. Ele procura diferenciar a internacionalização - relacionada a valores de solidariedade e de interculturalidade - da transnacionalização - associada a processos de mercadorização (commodificação)⁸ da educação superior.

Dias Sobrinho (2005) reflete que a educação superior está mais focada na função econômica e nas capacidades laborais do que na função de formação, de educação e de emancipação dos sujeitos. A formação imediatista e pragmática disseminada pelo neoliberalismo passa a adotar o mercado e não a sociedade como referência central. Esse posicionamento induz as universidades a também se adaptarem ao desenvolvimento de pesquisa, tecnologia e inovação conforme demandas do mercado ao invés de produzir conhecimento crítico científico e com responsabilidade social da ciência. Em decorrência disso, desenvolve-se a concepção mercantilista da educação superior pela percepção dos

⁸ A *commodificação* vem do conceito de commodity que representa artigos de comércio ou mercadorias. Ao inserir o termo no campo da educação superior busca-se a acepção da mercantilização da educação superior como serviço comercializado no mercado internacional, podendo ainda associar-se ao entendimento de importação de conhecimentos produzidos nos países centrais e de exportação ou *brain drain* sul-norte.

atores sociais que dela participam dificultando as mudanças necessárias para um desenvolvimento equânime de uma nação.

Posto isso, os sistemas de educação superior são influenciados por interesses econômicos e políticos, pelo impulso à privatização das instituições, pelos processos de internacionalização superior em diferentes modalidades, pela tendência à norte-americanização e europeização dos sistemas e oferta acadêmica, pelas transformações derivadas dos processos de integração regional, pelos programas de cooperação internacional e o impulso à mobilidade acadêmica e movimentos migratórios. (SOLANAS, 2014).

Protagonistas dessas diretrizes hegemônicas - desfinanciamento, privatização e preparação de recursos humanos voltados às demandas do mercado - as organizações internacionais⁹ detêm um grande poder de influência e controle sobre os Estados, encabeçando um série de modificações e reformas da educação superior reconfigurando o seu significado e o papel da universidade. Conforme Morosini (2006), “As características da educação estão intimamente imbricadas com o processo de globalização e com as determinações oriundas de organismos internacionais multilaterais” (*ibidem*, 2006, p. 112).

Assim como as transformações sistêmicas que ocorrem no sistema mundial, as reformas universitárias são políticas educacionais que objetivam mudanças no sistema educacional e são pensadas para adequar às IES ao reordenamento do capital que, como assinalado, tendem a acompanhar a sociedade neoliberal, especialmente em relação ao ensino privado. Essas políticas são resultado da relação entre o Estado, sociedade e educação, legitimadas por atos normativos resultantes das tendências hegemônicas que irão adequá-las aos ditames econômicos e políticos em progresso (MICHELOTTO E LIMA, 2017).

⁹ As organizações internacionais devem ser compreendidas como entidades detentoras de personalidade jurídica de Direito Internacional que representam diversos países, ou seja, são entidades criadas a partir da vontade dos Estados para atender uma determinada agenda de interesse. Há que se considerar que são importantes espaços de diálogo multilateral, sendo estratégico os países participarem desses foros. São, em regra, predominantemente políticas, com multiplicidade de fins (HUSEK, s/d). Citamos as principais organizações internacionais interestatais que incluem a educação superior em suas agendas: Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização de Cooperação e desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Blocos econômicos, como a União Europeia e o MERCOSUL, também são organizações internacionais interestatais. Outros tipos de organizações podem ser as Organizações Não-Governamentais, que nesse caso são atores não estatais que fazem cooperação com outros atores estatais ou não.

Com o crescente número e diversidade de provedores na educação superior e dos modelos de sua entrega faz-se necessário ampliar o entendimento das políticas e práticas no campo da educação superior na sua dimensão internacional (KNIGHT, 2003). Isso significou uma mudança qualitativa para internacionalização da educação superior, que com a importância crescente de fluxos e redes, passou a ser intrínseca ao processo de mundialização do capital e das agendas internacionais.

Nesse sentido, a internacionalização da educação superior hoje é uma preocupação do Estado refletida em suas regulamentações e reformas universitárias - internacionalização de PPCs, diversificação de cursos e IES, novos sistemas de avaliação (rankings, acreditação) etc. Ainda é uma importante ferramenta para suas relações internacionais, no qual os governos estabelecem a educação superior em acordos de cooperação internacional e de integração regional e como ferramenta de *soft power* (AZEVEDO, 2012) e de diplomacia cultural (IESALC/UNESCO, 2019; Knight, 2020)¹⁰. Outrora, o campo da educação superior é introduzido em novos instrumentos de governança do nível nacional para o internacional, produzindo políticas educacionais cada vez mais desnacionalizadas e pertinentes aos arranjos regionais e multilaterais, promotores de cooperação e internacionalização frequentemente com interesses que ultrapassam ações acadêmicas.

Azevedo (2008) afirma que a educação superior é um setor estratégico na formação da cultura e para o desenvolvimento de uma região em um processo de integração.

¹⁰ O conceito de *soft power* é dado por Joseph Nye e significa “poder brando” compreendido como a habilidade de influenciar outros e obter interesses próprios nacionais através da atração e persuasão e não pela coerção, força militar, ou sanções econômicas (*ou hard power*). Knight (2015) questiona a utilização do paradigma de poder relacionado à educação superior internacional pois entende que a promoção de intercâmbio científico e do conhecimento pressupõe interesses e benefícios recíprocos para todos os parceiros. Assim, a autora propõe a diplomacia como alternativa ao paradigma de poder ligado ao domínio, autoridade e controle, mas reconhece que esse é um desafio diante da economia do conhecimento (KNIGHT, 2015). No nosso trabalho mencionamos e, por vezes, utilizamos esse termo pois ele é utilizado pelos órgãos do governo brasileiro e citado em alguns documentos que tratam de cooperação internacional. Porém, nossa metodologia de análise se fundamenta nos conceitos de hegemonia, dominação e reprodução da dominação nas relações sociais segundo Gramsci e Bourdieu. No contexto da educação, Bourdieu reconhece que a instituição escolar e, analogicamente, a instituição universitária são meios notáveis de reprodução do capital estatal para assegurar seu poder sobre os diferentes tipos de capital (BOURDIEU, 1996 *apud* AZEVEDO, 2008). Gramsci considera que a educação faz parte do aparato de consenso do Estado (escolas, mídia, igreja, sindicatos, partidos políticos) para a manutenção ou construção de uma hegemonia cultural, ou seja, do poder exercido por um grupo de indivíduos de uma classe determinado através da cultura e obtido por meio do senso comum da sociedade. Os mecanismos de construção dessa hegemonia são mais efetivos do que os aparatos repressivos do Estado (polícia, exército) (LIGUORI, 2020).

Paralelamente, Ribeiro (2016) aponta para uma tendência à cooperação internacional por meio do conhecimento, cada vez mais evidente nas relações internacionais e na política externa dos países, que tem uma interface com o poder dentro de um determinado espaço, conforme aponta Ribeiro

Dominar através do conhecimento é algo existente há muito tempo, e às vezes percebemos que algumas ideias tomam vida própria e passam a nos dominar. Mal sabemos o imenso poder que elas têm sobre nós quando estamos desatentos ou quando pensamos o que pensamos. A ideia de cooperação através do ensino é uma delas (*ibidem*, 2016, p. 68).

Nesse sentido, corroborando com Schwartzman (1983), Saviani (2003) e Michelotto e Lima (2017), podemos considerar a educação (e a universidade) é um mecanismo político (de poder) de controle social sob os interesses da classe dominante, especialmente no terreno ideológico. Esse não é uma fato novo no âmbito das políticas educacionais, sabido que as instituições contraem automaticamente os compromissos instrumentalizados pelo Estado e legitimado pela sociedade.

Um fato novo que se expressa se dá com a mundialização do capital na qual a internacionalização da educação superior tem razões políticas e econômicas, além de culturais e educacionais e pode ser vista como um dispositivo de influência utilizado nos processos de cooperação e integração. Isso fica evidente com a construção do EEES que se fundamentou na construção de uma identidade cultural e acadêmica da sociedade europeia com objetivo da livre circulação de mercadorias, de capitais e de pessoas no Espaço Europeu, e que ampliou seu escopo de atuação atraindo estudantes de outras regiões por meio de diversos programas de cooperação. Entretanto, esse processo não exclui as políticas dos países periféricos, como no caso do Brasil que explica o interesse nacional na educação para a política externa brasileira

o convívio com o Brasil ao longo da formação amplia, nos estrangeiros que aqui estudam, o interesse e o vínculo com nossa cultura e com nossa economia criativa. A experiência mostra que formamos muitas pessoas que tendem a ocupar posições de destaque político, econômico, acadêmico e/ou social em seus países de origem. Com terão vínculos fortes com o Brasil, podem ser instrumentais na difusão de nossa cultura e mesmo na implementação de nossos objetivos de política externa (BRASIL, MRE, 2021,s.p).

Para as IES, especificamente, a internacionalização significa o intercâmbio cultural, a qualificação de seu corpo acadêmico, formação de redes, ampliação de pesquisas e projeção intelectual, e a possibilidade de contar com uma maior diversidade de financiamento, seja ele público ou privado. Para o sistema privado, ampliam-se as possibilidades de cooperação internacional e de alcance transnacional, uma forma de expandir seus mercados. Para o governo, a IES internacionalizada pode significar formação de recursos humanos qualificados e ampliação da capacidade nacional de pesquisa, favorecendo o crescimento econômico e o desenvolvimento da região onde está instalada (STALLIVIERI, 2017) bem como, são instrumentos de projeção do país, de difusão cultural e de influência política, econômica e social ampliando os vínculos com o país.

Tendo situado a educação superior em torno das demandas do sistema capitalista a partir do final do século XX, é difícil pensar em um cenário sem disputas para a educação superior se desenvolver. As práticas derivam sobre o que se passa na estrutura econômica que predomina na organização, na prática e na motivação dos atores, contrapondo ao princípio da educação como um direito e um bem público. É complexo alinhar tantas forças e interesses que incidem nesse processos, diante de tantas variáveis que conectam a educação superior no campo econômico, político, social e cultural.

A educação superior é, portanto, um tema transversal a diversas agendas de interesse nacional e internacional. As pautas de agenda internacional para a educação superior são, em grande parte, estabelecidas pelas recomendações das organizações internacionais em relação à regulamentação dos sistemas nacionais (política interna) ao mesmo tempo em que isso deve responder à atuação no sistema internacional (política externa). Nas palavras de Harvey (2016, s.p.), “a complexa interação entre dinâmica interna e forças externas”. É o que buscamos alinhar na próxima sessão.

1.1 As agendas internacionais para a educação superior e sua funcionalidade no campo político.

O objetivo desta sessão é descrever as principais agendas e atores internacionais que influenciam a elaboração de políticas públicas em educação superior, considerando a premissa de que a internacionalização da educação superior é inerente a esse processo, a fim

de subsidiar a análise da reforma universitária e da agenda da PEB em educação. Quem elabora essas agendas internacionais? Quais são essas agendas? Por que e como isso influencia nas políticas educacionais? Como a política educacional se relaciona com a política externa? Como o Estado elabora essas políticas em correlação com o cenário internacional?

As agendas internacionais para a educação superior são pautadas especialmente por recomendações e tendências impulsionadas a partir de organizações internacionais voltadas especialmente para nações periféricas, orientando para condutas e mudanças nos sistemas educacionais adequadas ao processo de internacionalização e mundialização do capital. São construídas por intelectuais e especialistas, predominantemente dos países centrais que irão determinar os debates, as políticas e ações dos governos e das suas instituições, por meio de conferências e relatórios.

Em um primeiro momento, as propostas dessas agendas parecem indicar uma verdadeira intenção de caráter positivo e progressistas de ações para reforma da educação superior junto aos países periféricos. Porém, um olhar mais aprofundado e crítico de análise é notável que as orientações para a educação superior respondem aos interesses das estruturas econômicas dos países que detém a hegemonia, bem como são uma forma de controle e dominação das nações dependentes. Para isso, determinam o “dever ser” dos sistemas de educação superior no sistema internacional que irão balizar as estratégias dos Estados nacionais na elaboração de suas agendas públicas e governamentais e na formulação e avaliação de suas políticas.

Nesse sentido, Akkari (2011) aponta para as principais frentes dessas agendas. O primeiro refere-se à propagação de “boas práticas”¹¹ concebidas por especialistas direcionadas para sistemas educacionais considerados ineficientes, a fim de induzir à uniformização dos sistemas de educação e à comparabilidade internacional por meio de estudos estatísticos. Assim, as políticas educacionais tendem a seguir modelos centrais, que são apresentados

¹¹ As OIs influenciam a produção das políticas desde a definição das agendas (públicas e governamentais) até sua formulação e avaliação. Para isso, disseminam, regional ou globalmente, uma grande variedade das chamadas boas práticas, muitas vezes ofertando auxílio técnico para que os governos produzam as suas políticas com base nesse repertório. As boas práticas, na verdade, representam os interesses dos países hegemônicos tanto na venda de seus projetos quanto no financiamento dos países em desenvolvimento (MICHELOTTO et. al., 2010).

como modelo dos melhores resultados, sem levar em conta as assimetrias entre os países. A UNESCO (2003) considera que essas tendências

[...]ajudam a melhorar a qualidade (mediante a adoção de padrões comuns), a fortalecer a segurança de qualidade (por meio de estruturas e mecanismos atuando muitas vezes em nível regional e internacional) e a facilitar o reconhecimento de estudos e qualificações, ampliando, assim, de modo geral, a mobilidade e a cooperação internacional. (UNESCO, 2003, p.138)

A necessidade de difundir esses padrões nos sistemas educacionais tem a ver com a expansão dos sistemas educacionais e a livre circulação de mercadorias, bens, serviços e ideias.

Como assinalamos anteriormente, as organizações internacionais financeiras, em especial o Banco Mundial, têm interesse em investir na oferta de financiamento para o desenvolvimento de políticas educacionais dos países em desenvolvimento. O financiamento é um importante instrumento de cooperação internacional, contudo essa ajuda impõe condicionantes à implantação de reformas. Ao acolher tais determinações, os países podem se beneficiar do financiamento internacional, até mesmo pleitear uma maior participação nesses foros. Afinal, deve haver contrapartidas. Akkari (2017) ressalta que as concessões de financiamento não necessariamente são para países que mais necessitam, mas sim em função de interesses de ordem econômica, política ou histórica dessas nações.

No projeto neoliberal, a mercantilização da educação foi uma das principais tendências sustentada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) no âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS). O objetivo foi a liberação do comércio de serviços de educação através da eliminação, progressiva e sistemática, das barreiras comerciais. A mercantilização transnacional da educação superior compreende (i) oferta transfronteiriça - provisão transnacional do serviço sem que haja movimento físico do consumidor (EAD) (ii) consumo no estrangeiro - provisão do serviço através do movimento transnacional do consumidor (iii) presença comercial - consiste em o produtor privado de educação superior estabelecer sucursais no estrangeiro a fim de aí vender os seus serviços. (iv) presença de pessoas - mobilidade temporária ao estrangeiro de fornecedores de serviços sediados num dado país (SOUSA SANTOS, 2008) . A adesão ao acordo nesse segmento

comprometem o Estado social na formulação e implantação das políticas públicas para educação e dessa como um bem público.

Em 2000, a delegação dos Estados Unidos da Organização Mundial do Comercio (OMC) publicou o documento “Comunicação dos Estados Unidos” na qual pretende estimular os debates sobre a liberalização do comercio do setor da educação superior tão importante para a economia mundial:

Esos servicios constituyen una actividad empresarial internacional cada vez más importante, que complementa el sistema de enseñanza pública y contribuye a la difusión en todo el mundo de la moderna “economía del conocimiento”. La disponibilidad de esos servicios de enseñanza y capacitación puede ayudar a que se disponga de una fuerza de trabajo más eficiente, permitiendo a los países mejorar su posición competitiva en la economía mundial (OMC, 2000, p. 1).

Além da OMC, a UNESCO e o Banco Mundial, atualmente são os atores dominante das políticas internacionais para a educação e desenvolvimento nos países do Sul, enquanto a OCDE é mais influente nos países do Norte (AKKARI, 2017). O Banco Mundial é uma organização financeira vinculada à ONU, mas com autonomia financeira. A UNESCO, por sua vez, atua como agência da ONU nos temas relacionados à educação. Ou seja, são agências com papéis distintos dentro da mesma organização e, portanto, convergem em suas orientações.

A Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada pela UNESCO em 1998, é considerado o maior evento internacional sobre o papel da educação superior na sociedade moderna. Nela, foram definidas 4 linhas de ação para orientar a reforma da educação superior: (i) ampliação do acesso e garantia do desenvolvimento da educação superior como um fator importante do desenvolvimento, um bem público e um direito humano; (ii) promoção da renovação e reforma de sistemas e instituições tendo em vista ampliar a qualidade, a relevância e a eficiência, mediante vínculos mais estreitos com a sociedade, notadamente o universo do trabalho; (iii) garantia de recursos e financiamento adequados – públicos e privados – compatíveis com o aumento das demandas feitas pela sociedade à educação superior; (iv) promoção da cooperação internacional (UNESCO, 2003).

Cinco anos depois, em 2003, foi realizada a Conferência Mundial para a Educação Superior Paris +5 que tratou de acompanhar o desenvolvimento das ações propostas na Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI. Nessa ocasião, foi realizada a Reunião de Parceiros da Educação Superior, aberta pelo então ministro da Educação do Brasil, Cristóvão Buarque, e que resultou no relatório de trabalho “Educação Superior: Reforma, Mudança e Internacionalização” (UNESCO, 2003).

O documento indicou o crescimento da internacionalização da educação superior como acontecimento mais importante após a Conferência Mundial e convocou os Estados e demais interessados a estimular a dimensão internacional, reconhecendo a superação das práticas tradicionais de cooperação internacional, que não são mais exclusivamente acadêmicas, rumo a uma educação sem fronteiras, nesse caso citando o modelo do Processo de Bolonha com o Espaço Europeu de Educação Superior e o Programa Erasmus Mundo. Ao mesmo tempo, o relatório da conferência reconhece que

[na internacionalização] nem tudo é positivo, e à medida que o processo de globalização exerce sua pressão, alguns desafios se tornam também mais visíveis. O financiamento pode resultar em uma erosão da idéia da educação superior como bem público; o fortalecimento da competição pode reduzir a cooperação entre as instituições, em lugar de ampliá-la; a promoção da diversidade cultural será prejudicada pela expansão da língua mais forte e da cultura dominante; a chamada “evasão de cérebros” aumentará à medida que o mercado de trabalho acadêmico se unifique: estes são alguns dos possíveis perigos, mais evidentes, de uma maior internacionalização. Ao mesmo tempo, [a internacionalização] assume novas formas, de caráter empresarial, como este trabalho mostra, e se enreda com outros processos tais como a transformação em mercadoria, a privatização, a competição e a formação de alianças entre vários setores [...] (UNESCO, 2003, p.186-187)

É evidente que a dimensão internacional não é mais uma opção para as universidades, mas soa contraditório o estímulo ao processo de internacionalização que se apresenta com mais desafios do que aspectos positivos, como o próprio relatório reconhece. E coloca na responsabilidade dos “líderes” do países e das suas universidades determinar o melhor caminho.

Um relatório da UNESCO/CEPES realizada nos anos 2000, com o título "Internationalization of Higher Education: an institutional perspective" incita o debate como um desafio ao qual as universidades devem responder no século XXI . Na pesquisa de Hans

de Wit (2000) ele resume essa importância com a frase “Internationalization is high on the agendas of national governments, international bodies, and institutions of higher education”¹² (De Wit, 2000, p. 9).

Como agência de financiamento, o BM tem suas recomendações voltadas para o desenvolvimento. Dessa forma, orienta para a eficiência de gestão dos sistemas de educação superior e do financiamento desses sistemas e considera o sistema público de educação superior é oneroso e insustentável para o estado, ou seja, propõe o desfinanciamento na educação. No documento “Construir Sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafios para la Educación Terciaria¹³”, produzido em 2003, o Banco Mundial evidencia essas intenções e recomenda que (i) o desenvolvimento e aplicação do conhecimento para o progresso social e econômico; (ii) a educação superior é necessária para construir capacidade técnica e profissional; (iii) os países em desenvolvimento correm risco de ficar de fora de uma economia mundial altamente competitiva devido a seus sistemas de educação superior despreparados para capitalizar o conhecimento; (iv) o Estado tem a responsabilidade de favorecer às instituições a serem mais inovadoras e a responderem às necessidades da economia do conhecimento globalmente competitiva, bem como às novas exigências do mercado em termos de capital humano avançado; (v) o BM pode ajudar seus países clientes a beneficiar-se da experiência internacional e a mobilizar recursos para melhorar a eficiência dos seus sistemas de educação superior (BANCO MUNDIAL, 2003).

Outra pauta das agendas internacionais diz respeito à diplomacia cultural, que traz temas transversais a outras agendas de política externa. Para educação superior, denominou-se o conceito de diplomacia do conhecimento (KNIGHT, 2020) ou Diplomacia educativa (IESALC/UNESCO, 2019), que também consideramos uma tendência já que as razões de ordem externa tem cada vez mais peso nas ações para educação superior. Knight (2020, p. 181) conceitualiza a diplomacia do conhecimento como “o papel da educação superior internacional, da pesquisa e da inovação na criação/fortalecimento das relações entre países”. É uma tática diplomática oportuna aos processos de integração regional e de cooperação

¹² “A internacionalização está no topo das agendas dos governos nacionais, organismos internacionais e instituições de ensino superior” (Tradução nossa)

¹³ O Banco Mundial usa o termo educação terciária para se referir à educação superior. O termo utilizado pelo BM é alvo de críticas, às quais não ficamos alheios. Para maior detalhamento ler Mota Junior (2019) e Souza Lima (2011)

internacional, mas sujeita à hegemonia de ideias de integração política e/ou econômicas. É uma estratégia de política internacional que, em princípio, deveria ser usada para atender interesse coletivo, mas que pode facilmente ser usado para camuflar ambições nacionais e regionais a fim de promover interesses próprios e de domínio (KNIGHT, 2020). A diplomacia, no ponto de vista da autora, pode ser uma alternativa ao paradigma de poder, ligado ao conceito de *soft power* (KNIGHT, 2015), cujas bases são a cultura, os valores e o poder de atratividade da política externa.

A diplomacia no campo educacional também é enfatizada como estratégia pela IESALC/UNESCO no que se refere às políticas nacionais de financiamento de programas de mobilidade em educação superior na América Latina “ expresan la voluntad política de los países de desarrollar una fuerza laboral con habilidades globales y fortalecer las relaciones internacionales a través de la diplomacia educativa” (IESALC/UNESCO, 2019, p.24).

Acerca disso, retomamos o que se comprova com a perspectiva de Fernández (s/d apud FERNÁNDEZ HELLMUND e PRETELL, 2021) sobre a internacionalização da educação superior que aponta para a adaptação das IES, públicas e privadas, às demandas do capital internacional com objetivo que preparar recursos humanos adequados às demandas do mercado, à geração de lucro e comercialização de serviços educacionais e cooptação de profissionais, por meio de programas de mobilidade e acordos cooperação. Da mesma forma crítica sobre a internacionalização, Solanas (2014) e Siebiger (2018) indicam que os sistemas de educação superior são influenciados por interesses econômicos e políticos e pela tendência à norte-americanização e europeização dos sistemas.

As organizações internacionais matizam esse contexto hegemônico no qual as universidades se configuram como formadoras de recursos humanos aptos a atender o mercado de trabalho internacional estratégico aos processos de cooperação e integração. No 3º Fórum de Educação Superior do Mercosul, em 2006, houve um espaço para diálogos com as organizações internacionais UNESCO, Banco Mundial e OEI. Na ocasião, a diretora da UNESCO/IESALC, Ana Lúcia Gazzola, reproduziu o discurso da formação de recursos humanos e defendeu a importância das universidades federais nos processos de integração

As universidades federais são centros de excelência e de formação de capital humano, por isso são grandes ferramentas dentro desse processo de

integração, baseado na solidariedade, nas relações de reciprocidade e de respeito à diversidade cultural (BRASIL, 2006, p.25).

Apesar das proposições disseminadas nos discursos dessas organizações darem a falsa impressão de pertinência e de oportunidades reais para uma agenda política na forma de internacionalização solidária, equidade de acesso e inclusão social, garantia de qualidade de educação em razão das orientações do GATS e da necessidade de reconhecimento de estudos, surgem como contraditórias, quando o que se apresenta como modelos de “boas práticas” são a ênfase na competição, a prevalência dos acordos de cooperação norte-sul (CNS), o desfinanciamento e a privatização da educação superior.

Síntese do capítulo I

Com as mudanças ocorridas no cenário do sistema capitalista internacional, sob as orientações neoliberais, a partir dos anos de 1980, o significado da educação superior é superado pelo campo político e econômico em detrimento do acadêmico. Com a mundialização do capital, a educação superior passa a ser mais internacionalizada, vista como um serviço transnacional passível de negociação no mercado internacional. A pertinência das instituições de educação superior, em geral, e particularmente das universidades como formuladoras do pensamento crítico capazes de emancipar a sociedade se converter em um aparato de formação em massa de recursos humanos qualificados às demandas do mercado (que nem consegue absorver o quadro de trabalhadores formados). Nessa dinâmica, as organizações internacionais - especialmente do Banco Mundial e UNESCO - que concentram parte de suas ações na educação superior - determinam pautas para as agendas públicas e governamentais de educação superior dos países periféricos para que adquiram capacidades para competir internacionalmente. As orientações se voltam à internacionalização da educação como ferramenta para fortalecer as relações entre os países, à transnacionalização do mercado de serviços educacionais, à redução de investimento público no setor educacional e estímulo ao financiamento privado e à concepção de uma sociedade do conhecimento voltada ao mercado de trabalho. As recomendações disseminadas por essas organizações, com propostas que visam atender os interesses dos países hegemônicos que as compõem, influenciam as políticas educacionais que induzem a reformas universitárias regulamentadas pelo Estado que coordena e controla essas políticas em um campo (no caso a educação

superior) de múltiplos e conflitantes interesses (governo, empresas, sociedade, academia) e as demandas incorporadas a elas.

CAPÍTULO 2

2. A RELAÇÃO ENTRE INTEGRAÇÃO E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Esta sessão se dedica a explicar diferentes perspectivas sobre os processos de integração e de cooperação internacional e situar a educação superior e sua internacionalização como instrumento para apoiar esses interesses em cooperação entre países, normalmente envolvendo propostas de regionalismo. Buscamos responder com isso por que os países cooperam e quais as motivações pelas quais a educação superior e as universidades são utilizadas pelo Estado para aparelhar os processos de integração. Por fim, apresentaremos algumas experiências que antecedem as universidades de integração do governo Lula, e que foram constituídas como arranjos de cooperação educacional em cenários específicos a fim de demonstrar que essa estratégia não se trata de algo novo.

A dimensão internacional da educação superior tem sido estimulada nas políticas públicas e nos processos de cooperação internacional e vem crescendo em iniciativas de colaboração em nível regional, especialmente incentivadas pelas agendas internacionais para a educação superior com base no Processo de Bolonha. Segundo Azevedo (2009), a educação superior está afeita aos movimentos de internacionalização e de integração regional, tornando-se indispensável e relevante a qualquer processo de formação de espaços regionais. Enquanto dimensão social, o desígnio da política de educação superior sendo utilizada como instrumento de integração dependerá do modelo de integração ou cooperação que se desenha, quem impulsiona, para quem se direciona, com que objetivo e quais os interesses que justificam essa integração (LANDER, 2005).

Knight (2020) define quatro tendências de linhas de pesquisa nesse sentido, sendo (i) *o impacto do regionalismo na educação superior*, ou seja, como a região afeta a educação superior; (ii) *a regionalização¹⁴ da educação superior*, que trata das relações entre atores e sistemas de educação em uma região; (iii) *a educação superior como instrumento para a integração regional*, que concebe um papel tático da educação (meio) para integração econômica e/ou política (fim) dada a importância da economia do conhecimento; e (iv) *a cooperação inter-regional na educação superior*, que difere de uma cooperação

¹⁴ Botto (2015) conceitua a regionalização como uma configuração transfronteiriça espontânea protagonizada por atores não governamentais, frequentemente grupos econômicos.

intra-regional, referindo-se a relações entre duas regiões. A autora define que a região não é necessariamente um conceito geográfico podendo ser utilizada como um referencial organizacional, programático e político.

A integração pode aludir a diferentes fenômenos de alcance regional o que exige identificar os requisitos que justificam esse interesse, como cultura, economia e geopolítica. Com o desenvolvimento do modelo neoliberal, especialmente nos anos de 1990, surgem organizações regionais como MERCOSUL, Comunidade Andina (CAN) e a Acordo de livre-comércio da América do Norte (NAFTA), além da atualização da Comunidade Européia de 1957 que se oficializa como União Européia, em 1993. A cooperação e a integração regional se tornam impulsionadores do regionalismo e o estímulo a esses processos advém especialmente do modelo europeu de integração (BOTTO, 2015)

Botto (2015) atribui a fatores endógenos a formação de configurações regionais, (exemplo do modelo europeu) em que os resultados não se dão pelas agendas, mas pelo poder vinculante da região sobre os estados nacionais. A partir dos anos de 1980, com a redefinição político-econômica global, a configuração regional é estratégia à mundialização, porém agora definida por um contexto exógeno, na qual a resposta ao regionalismo varia do poder e da posição dos países em relação ao cenário mundial. A hegemonia política e econômica dos EUA e EU, por exemplo, são estratégias ofensivas nessa dinâmica, enquanto para os países menores e periféricos, o regionalismo é uma estratégia defensiva frente à globalização (BOTTO, 2015)

Nesse período, na América Latina, a integração regional é emanada pela CEPAL sob o modelo do regionalismo aberto¹⁵ marcado pela integração pelo plano econômico a partir das recomendações do Consenso de Washington¹⁶ (SANAHUJA, 2007; KAN, 2013;

¹⁵ O regionalismo aberto surge em contraposição ao regionalismo fechado, política postulada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL entre a década de 60 a 80, vinculada aos processos de industrialização em substituição às importações a partir da formação de blocos regionais com o objetivo de alcançar a competitividade internacional de seus produtos. (Briceño Ruiz, 2007). Posteriormente, a própria CEPAL introduz e define o conceito de regionalismo aberto na América Latina: "... el proceso de creciente interdependência económica a nivel regional, impulsado tanto por acuerdos preferenciales de integración, como por otras políticas en un contexto de creciente apertura y desreglamentación, con el objeto de aumentar la competitividad de los países de la región y de constituir, en la medida de los posible, un cimiento para una economía internacional más abierta y transparente" (CEPAL, 1994: 8).

¹⁶ O consenso de Washington, estabelecido em 1989, designa um mínimo denominador comum de recomendações de políticas econômicas feitas por instituições financeiras como o FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro Americano, a serem aplicadas especialmente nos países Latino-americanos. As recomendações são: Disciplina Fiscal, Redução de gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio

TRASPADINI e HONÓRIO, 2017). Destaca-se nesse novo regionalismo o estímulo ao multilateralismo, promovido pela OMC, e para se defender dos fatores exógenos, uma das estratégias dos países foram as relações sul-sul (como no caso do Mercosul e da Comunidade Andina).

Contudo, no início do XXI, haveria uma nova orientação no regionalismo latino-americano denominado regionalismo pós-hegemônico, que foi favorecido pela emergência de governos progressistas (Lula da Silva - Brasil, Néstor Kirchner - Argentina, José Mujica - Uruguai, Evo Morales - Bolívia, Hugo Chávez - Venezuela, Rafael Correa - Equador) em vários países da América do Sul buscando formas de cooperação intra regional em políticas públicas, priorizando temas como infraestrutura, questões sociais, finanças, defesa e segurança (JUNQUEIRA, MILANI; 2019). Nesse período há uma tendência à expansão das relações sul-sul, que são encabeçadas pela como estratégia de projeção da política externa brasileira. É nesse momento de transformação do regionalismo latinoamericanos que se localiza nossa análise. Destaca-se, porém, que transformação não significa descontinuidade e na mesma perspectiva de Botto (2015) e Luce(2007) sustentamos que é equivocada a ideia de ruptura, já que existe a manutenção das orientações do regionalismo aberto.

Ora, Kan (2013) para explicar a integração regional na América do Sul, considera fundamental a análise da relação entre classe dominante e Estado ao observar o vínculo entre empresariado e o Mercosul. Um dos fatores que liga relações entre classe dominante e governos no processos de integração regional é o fato de que em mercado regional ampliado as empresas locais precisam do apoio do Estado para aproveitarem as vantagens do regionalismo, diferentemente de empresas transnacionais. A adesão dos Estados nacionais a diferentes acordos de cooperação ou blocos regionais constitui uma via de acesso ao mercado mundial dos capitais nacionais, bem como a uma maior ou menor presença do mercado mundial na região ou país (KAN, 2013).

A integração pode ser entendida como uma construção permanente (e variável) na qual atores (públicos e privados) em diferentes níveis (do local ao transnacional) compartilham a ideia de uma região e/ou de um projeto político e/ou econômico e/ou social de uma forma para encaminhá-los. Isso significa que a integração não é um processo estático,

de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatizações estatais, desregulamentação e direito à propriedade intelectual.

tampouco consolidado, que se transforma. Temos os exemplos da multiplicidade de blocos regionais e acordos comerciais em andamento na América Latina. Botto (2015) descreve que a integração regional na América Larina se processa em ondas de regionalismo, em uma diversidade de arranjos regionais frente à globalização e a fragilidade dos processos regionais que se sobrepõem e não se aprofundam.

Complementarmente ao entendimentos de integração, situa-se o processo de cooperação que, de maneira geral, é essencialmente um elemento político de troca entre nações e pressupõe objetivos e recompensas mútuas para cada uma das partes envolvidas, conforme explica Leite (2012). O termo é associado à múltiplos processos entre países com variadas coligações e arranjos regionais de integração com objetivo de “ajuda” para o desenvolvimento, intercâmbio de políticas, fluxo de comércio e de investimentos privados, entre outros (LEITE, 2012). O Mercosul também remete a isso e coloca que a cooperação internacional é uma ferramenta que contribui para o fortalecimento e desenvolvimento do processo de integração (MERCOSUL, 2014)¹⁷e pressupõe reciprocidade. Nesse sentido, aproveitamos para relacionar a cooperação ao desenvolvimento, conforme explica Silva (2019) que

As concepções de cooperação internacional e desenvolvimento estão ligadas ao ideal de progresso econômico e solidariedade social, além da necessidade de construção de amplos consensos políticos entre as nações (ibidem, p.208)

Essas relações estão presentes na política externa de um país e são muito frequentes quando se trata de cooperação internacional para o desenvolvimento (CID), referindo-se à ajuda internacional por meio de projetos e programas formulados e financiados por atores “doadores” (que podem ser Estados Nacionais, organizações internacionais, ONGs, etc).

Pontua Milani (2018) que “Cooperar para desenvolver” é necessidade integrante do sistema economico capitalista e do liberalismo multilateral na política internacional, cujas práticas se iniciam a partir das relações coloniais e da noção do dever civilizatório de desenvolver as colônias subdesenvolvidas com a transferência de modelos econômicos, culturais e institucionais e dá como exemplo a cooperação internacional em educação superior, ainda no séc. XVI, com a fundação de universidades européias nas suas colônia.

¹⁷ Política de Cooperação internacional do MERCOSUL - MERCOSUL/CMC/DEC. n°23/2014

Esse sistema de cooperação opera em boa parte pelas relação Norte-Sul, porém sofre algumas transformações nos anos de 1970 em razão das mudanças no cenário internacional e a inserção de novos atores estatais e não estatais, que começavam a apresentar suas próprias demandas para o desenvolvimento e questionar se o modelo ocidental de desenvolvimento deveria servir de base para os demais países (LEITE, 2012; MILANI, 2018). Além disso, os países em desenvolvimento se apresentava, como potenciais agentes de cooperação (ibidem, 2018).

Com o surgimentos desses novos atores estatais na dinâmica capitalista internacional emergem novas possibilidades de parcerias multilaterais associada a demandas e agendas de interesse comum de países emergentes, possibilitando outra via além do monopólio de países tradicionalmente doadores de cooperação, abrindo espaço para as relações sul-sul (MILANI, 2018).

A cooperação Sul-Sul¹⁸ é uma política propalada por potências emergentes como uma forma alternativa às relações hegemônicas de caráter muitas vezes escusos por estar envolta nas narrativas da “solidariedade, horizontalidade, não ingerência, respeito à soberania estatal, não uso de condicionalidades políticas relacionadas a direitos humanos e democracia liberal; compartilhamento de experiências e práticas de políticas públicas etc.” (MILANI et. al., 2016, p. 29). Essas relações supostamente se fortalecem na construção de uma diplomacia fundamentadas em legados históricos, culturais, políticos e econômicos sendo uma estratégia de aproximação geopolítica regional e global (MILANI, 2018; LEAL et. al., 2021) , ao mesmo tempo em que agem tal qual a racionalidade dominante e combinam essa diplomacia com interesses políticos, econômicos, sociais e culturais.

A integração e a cooperação são ferramentas de aproximação política e de projeção externa. No caso, a educação superior é funcional a esses objetivos coadunando a estratégias

¹⁸ Leite (2012) desenvolveu um trabalho no qual constatou não haver um consenso sobre o entendimento do conceito de cooperação sul-sul, salvo o fato de determinar relações entre países em desenvolvimento. O termo é usado frequentemente por governos, organizações internacionais e entidades da sociedade civil para se referir às relações em uma ampla gama de modalidades em termos setoriais (técnica, econômica, política) e geométricos (bilateral, trilateral, regional, multilateral). Para especialistas a CSS diz respeito a uma modalidade da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID), no caso CSSD, o que pressupõe outros critérios além da reciprocidade. A CSS é uma expressão que é parte da estratégia da PEB na integração regional, mas não pretendemos analisar se houve ou não reciprocidade, então utilizaremos o termo de maneira ampla, cientes de que pode se referir a uma CSSD.

de política externa¹⁹ de país ou região por sua transversalidade nos contextos econômicos, políticos e culturais sobre determinado(s) territórios ou região. Nesse caso, o campo educacional não é um tema de interesse imediato (como o econômico) mas é parte de uma estratégia de diplomacia e de soft power.

Diversos autores apontam o fenômeno da educação superior nos processos de integração (SANTOS, 2017; PERROTTA, 2016; AZEVEDO, 2008,2013, 2015). Para Santos (2017a, p.35) a internacionalização torna-se “instrumento de uma política que promove a aproximação política entre os estados nacionais e projetam a imagem de um país”. Perrotta comenta que

A nivel de las políticas públicas, casi todos los países han encaminado estrategias para fortalecer las iniciativas de cooperación internacional y desarrollar nuevas acciones en materia de internacionalización de la universidad (PERROTTA, 2016, p.10)

As modificações estruturais que atualizaram os regionalismos existentes no mundo também provocou reformas na educação superior decorrentes das demandas no sistema de produção, da dimensão internacional de tudo em tudo, na regionalização e nas políticas direcionadas à área. Com a mundialização do capital, a educação superior passou a ser internacionalizada e a participar de forma mais “integrada” da geopolítica que se forma.

Quando pensada a partir de um bloco regional a pauta da educação superior é formulada como uma política regional a partir de aspectos endógenos (Botto, 2015), ou seja, com objetivo desenvolver as potencialidades socioeconômicas de uma determinada da região, na qual a internacionalização de suas instituições serve para atender a maior circulação de atores e títulos acadêmicos, a resolver os problemas relacionados ao reconhecimento de estudos, o exercício profissional, qualidade dos serviços educativo e para ((BOTTO, 2015, FERNÁNDEZ HELLMUND, 2021). Não opostos à agenda comercial, o objetivo desses blocos (ex. UE, CAN, Mercosul) é de fomentar os fluxos comerciais com a agenda educativa, o que permite que sejam mais competitivos em relação a outros países extra-bloco

¹⁹ Reforçamos o entendimento da política externa como política pública e o interesse de classes na sua formulação (MILANI e PINHEIRO, 2012)

com a formação de recursos humanos segundo a demanda do capital que favorece a projeção econômica.

Nesse caso, a regionalização e a internacionalização são processos compatíveis e coexistentes (AZEVEDO, 2013; KNIGHT, 2020). Azevedo (2013) analisa a regionalização da educação superior na integração regional e o papel das universidades nesse processo em que

[...]contraem mais obrigações do que apenas o compromisso de compatibilização e de comparabilidade de seus sistemas de educação superior, pois o esforço de formação de um espaço regional de educação superior pressupõe a internacionalização acadêmica que, por sua vez, não se trata de um simples mecanismo de permeabilização de fronteiras, mas, sim, um complexo processo de integração a um campo social de produção científica mundializado em que os diversos atores sociais travam relações com vista a intercambiar, a cooperar e a compartilhar solidariamente (ou, ao contrário, a competir) em suas áreas de atuação e em seus espaços de influência” (AZEVEDO, 2013, p. 288).

Como parte desse processo, atenta-se para a dualidade que os permeiam e são apontados na literatura (AZEVEDO, 2008; ABBA, 2018; PERROTTA, 2013, 2016; MOROSINI, 2011): a solidariedade internacional e a concorrência em um mercado global de educação e conhecimento. Apesar de contraditórios, Santos (2017) e Azevedo (2013) defendem que é uma dialética que se confronta sem necessariamente se contrapor. Azevedo (2013) considera que em algum momento podem se complementar

[...]se solidariedade internacional e concorrência de mercado são expressões de uma díade contraditória, soft power e hard power, em certas ocasiões, complementam-se. A combinação de ambos – o soft power, o poder da persuasão e atração, e o hard power, o poder obtido por coerção, força e pagamento – é denominada por Nye Jr. de smart power (poder inteligente). Dessa maneira, pode-se inferir que a oferta de serviços educacionais pelas universidades dos países centrais é um exemplo de smart power, pois, ao mesmo tempo, tal relação submete-se às duras regras do comércio transnacional de serviços, frequentemente intermediado por brokers, e configura-se em atividade política e transmissão cultural (AZEVEDO, 2013, p. 286).

Assim, o campo educacional em política externa tem um papel como ator político e estruturado em um paradigma de poder. Ele transita entre o caráter de dever e responsabilidade com o desenvolvimento de oportunidades para países e povos que carecem

de capacidades para o desenvolvimento social, ao mesmo tempo em que busca com a internacionalização ampliar sua influência seja pelo conhecimento ou pelo retorno econômico.

Portanto, a ideia de internacionalização da educação em processos de integração se conformam como uma estratégia diplomática e ferramenta de *Soft Power* a serviço do Estado, com vistas a influenciar ou melhorar relações com outros países mediante o envio e recebimento de estudantes, mas também como uma medida econômica de expansão de mercados educativo, mobilidade acadêmica e técnica, e de atração de estudantes, professores e pesquisadores (FERNÁNDEZ HELMUND, 2021).

Conforme demonstramos até aqui, há uma gama de intenções atreladas à educação superior em um processo de cooperação e integração entre países que estima interesses mútuos, mas que todavia significam benefícios diferentes entre os parceiros, conjuntura observada facilmente se focarmos em quem é o polo ativo e quem é o passivo da cooperação.

Nos anos recentes, a cooperação internacional com ênfase na educação superior tem mostrado políticas voltadas aos interesses e às estratégias dos países centrais e de organizações internacionais. Romero Wimer et.al (2021) argumenta que há uma forte relação entre negócios e interesses políticos nesses processos, mesmo quando se expressa com fins altruístas em forma de CSS e integração solidária. Da mesma forma que os modelos hegemônicos, a CSS se fundamenta no liberalismo multilateral nas relações internacionais, buscando uma vantagem competitiva sob a égide do progresso econômico e da solidariedade para justificar suas ações políticas de interesse em tais relações (MILANI, 2012).

No caso, as universidades, como ator que interage com o Estado e a sociedade, se constituem novos arranjos institucionais de implementação e de projeção de uma política externa de cooperação de Estado apto a se posicionar internacionalmente ou regionalmente na matéria. A universidade é um espaço de interação entre o Estado e a sociedade, ou seja, das relações humanas com os interesses políticos. Zinn (2020) e Ribeiro (2016)²⁰ desvelam o conhecimento como forma de poder e “aquelles que controlan las formas más obvias de

²⁰ Ribeiro (2016) faz uma reflexão sobre o poder simbólico a partir de Bourdieu e aponta que a educação superior, por si só, já representa a desigualdade de classes do capitalismo já que o termo superior impõe uma diferenciação de posição, mérito e qualidade. Este é tipo um poder invisível para quem consegue acessá-la, ou ainda, relativo aos cursos desejáveis à sociedade ou descartáveis no mercado de trabalho.

poder (la política y las riquezas) también tratan de apoderarse del conocimiento” (Zinn, 2020, p.17). Dessa forma, as universidades materializam o poder do Estado sobre os nacionais e, ao pensarmos na cooperação educacional, esse poder se amplia sobre os povos das regiões de interesse tendo o ensino como ferramenta.

Esse papel da educação superior e das universidade nas relações de cooperação implica entender pontos variados de um mesmo processo indissociável da dinâmica capitalista. A educação superior insere-se, portanto, nos processos de integração e cooperação como uma ferramenta de política externa dos Estados - é uma forma de poder - com capacidade de promover interesses políticos, econômicos e culturais, no sentido de promover intercâmbios culturais e a regionalização do conhecimento, estimular o sistema produtivo com a capacitação de mão de obra e da produção científicas, estimular as circulação pessoas na região, por se constituir em uma agenda de desenvolvimento passível de financiamento, por ser um mecanismo diplomático de aproximação entre países e por configurar uma ferramenta de atratividade política e de consolidação ou transmissão cultural.

Observa-se que os estudos que articulam a integração e a educação superior costumeiramente emanam de experiências de regionalização da educação superior entre redes ou programas universitários, como a AUGM, UNAMAZ, UDUAL, AULP²¹, ou de blocos econômicos que estabelecem acordos que reúnam condições para compatibilizar o sistemas de educação, padronizar ou facilitar processos e entendimentos para atender aquela região, como é o caso do EEES com o Processo de Bolonha da União Europeia , ou do Mercosul

²¹ Uma das principais iniciativas de integração pela cooperação universitária no âmbito do MERCOSUL é a Associação de Universidades do Grupo Montevideo (AUGM), uma rede de 17 universidades públicas do bloco, fundadora do Programa Escala. Com o objetivo de promover a mobilidade estudantil, de professores e pesquisadores dentro da região, a AUGM abre espaço para redes de relações internacionais com outras associações e conselhos, nesse caso como políticas institucionais em rede. A Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ) é uma iniciativa dos oito países do Tratado de Cooperação Amazônica para promover a cooperação e a integração acadêmica para fortalecer, como bem público, a educação superior, pesquisa científica e interação social para o desenvolvimento humano sustentável da Pan-Amazônia, com pertinência social e ambiental. É uma associação de 69 universidades dos países sul-americanos que formam a bacia amazônica: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. A União de Universidades de América Latina e Caribe (UDUAL) é uma rede de universidades e outras organizações internacionais (como a AULP, por exemplo) que reúne mais de 200 universidades afiliadas em 22 países da América Latina em favor da cooperação educacional e da internacionalização da educação superior e atua como órgão consultivo e de assessoria regional reconhecido pela UNESCO. A Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) é uma organização internacional formada por mais de 130 universidades dos oito países de língua oficial portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor – e Macau, mantendo parcerias com outras organizações internacionais com objetivo da cooperação educacional voltada ao desenvolvimento do ensino e da língua portuguesa no mundo.

com o Setor Educativo do Mercosul, ou da Comunidade Andina, com o setor educacional do Sistema Andino de Integração. Outros esquemas regionais latino-americanos que incluíram o tema da educação em suas agendas como a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA).

Podemos inferir que a cooperação educacional, para além dos seus objetivos acadêmicos, forma uma ampla rede de parcerias entre diversos países, sendo, mesmo que indiretamente, um importante mecanismo de projeção internacional.

Mas da mesma forma que a integração tem suas particularidades veremos essa articulação entre a internacionalização e a integração pode se dar com a viabilização de espaços regionais de educação superior entre sistemas educativos ou por unidades políticas regionais e com a criação de universidades configuradas como o próprio espaço da integração. São modelos de universidades concebidas com vocação internacional e projetadas para integração.

Nosso foco na próxima sessão é apresentar mecanismos/estruturas de cooperação que tiveram a educação superior como estratégias de integração. Apresentaremos quatro estratégias de cooperação no âmbito da educação superior e discutiremos a particularidade de cada uma delas. Os exemplos buscam mostrar como a política externa, nacional ou regional, tem influenciado o surgimento de políticas educacionais com propostas de cooperação e integração, que, em princípio, devem promover a democratização de acesso e de reciprocidade no desenvolvimento e progresso dos países envolvidos. Esses exemplos servirão para demonstrar que caso da PEB e das universidades de integração não são fenômenos novos, apesar de apresentarem algumas particularidades.

No primeiro caso, apresentaremos o Processo de Bolonha e o Setor Educativo do Mercosul. Ambos são iniciativas de blocos econômicos regionais, mas o primeiro resultou em uma política regional para a educação superior que integrou os sistemas de educação europeus e, conseqüentemente, todas as suas universidades - o Espaço Europeu de Educação Superior - e o segundo não consolidou o propósito de seus acordos de cooperação para integração regional. O segundo caso trata do setor educacional do Sistema Andino de

Integração, uma política regional para a educação superior estabelecida pela Comunidade Andina, também um bloco econômico regional de governança supranacional, que fundou uma universidade multicampi voltada à pós-graduação. O terceiro caso abordará a iniciativa da União Soviética, um meta- Estado²², que fundou uma universidade voltada à internacionalização da educação superior para uma cooperação de alcance multilateral.

2.1 Processo de Bolonha e o Setor Educacional do Mercosul

Um dos mais importantes e influentes movimentos contemporâneos de reforma universitária²³ em nível regional ocorreu com o Processo de Bolonha, uma política da União Européia, firmada por ministros da educação da Europa e de países externos ao bloco, que conferiu ao ensino superior a capacidade de fortalecer a integração regional com a criação do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES). A partir de um acordo voluntário entre universidades, a Declaração de Bolonha foi firmada por Ministros de Educação da Europa e de países fora da União Europeia (ROBERTSON, 2009; HIZUME, 2013).

É portanto um espaço regional formado por uma rede de universidades dos países que compõem a União Européia, onde há um resultado intrabloco, mas também de política externa regional. Para isso, a reforma universitária priorizou uma arquitetura acadêmica inovadora que permitisse um sistema compatível de titulações, com diploma reconhecido nos países membros, por meio de um sistema comum de créditos (ECTS – European Credit Transfer System). A UE se fortaleceria com uma educação superior que desenvolvesse ciência, tecnologia e inovação e, ao mesmo tempo, a competitividade e a produtividade.

O EEES visa o intercâmbio acadêmico e o fortalecimento de uma identidade européia, promover a livre circulação de estudantes e trabalhadores qualificados na região, mas também com objetivo de competir no mercado educativo em nível mundial disseminando seus valores e padrões culturais, sendo usado como modelo pela UNESCO (SIEBINGER, 2018;

²² Termo usado por Azevedo(2008) para determinar um tipo de governança supranacional de um conjunto de países.

²³ Usamos o termo “reforma universitária” para designar mudanças nos sistemas de educação superior que normalmente são normativas, ou seja, provém de leis regulamentadas pelo Estado. Não se deve confundir com o Movimento da Reforma Universitária de Córdoba, ocorrido na Argentina, em 1918, encabeçado por um grupo de estudantes da Universidade de Córdoba que, por meio de um manifesto, iniciou um Movimento de Reforma Universitária e que foi um marco para a educação superior com repercussões continentais, ecoando em vários países hispano-americanos.

ROBERTSON, 2009). O Espaço Europeu de Educação Superior e o Processo de Bolonha servem de referência para políticas e reformas educacionais, fenômeno amplamente estudado por Ralf Siebiger quando se trata de sua influência e inserção na América Latina.

Na América Latina, o MERCOSUL - que foi criado nos moldes da UE, porém sem uma autoridade supranacional - também se destacou pelo comprometimento com as questões da Educação Superior. A partir de 1991, com a criação do Setor Educacional do Mercosul (SEM), os países signatários (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) buscaram alcançar algum grau de integração entre os seus sistemas de ensino superior por meio de acordos regionais, que segundo Botto (2015, p. 36) “El caso más exitoso de la política social del Mercosur fue la agenda de educación superior”.

O SEM que surge no contexto da crescente mercantilização da educação (Fernández Hellmund, 2019) e materializa-se, segundo o Mercosul, como uma agência de internacionalização das políticas educacionais para a região com vistas a promover a mobilidade, o intercâmbio e a formação da identidade regional. A Decisão N° 15/01/CMC estabeleceu três eixos prioritários a serem desenvolvidos pelo Setor Educacional do MERCOSUL que são objeto das ações promovidas pelo setor até os dias de hoje: a acreditação regional de carreiras universitárias, a mobilidade acadêmica e a cooperação interinstitucional.

Em 2006, sob a presidência *pro tempore* do Brasil no Mercosul, é proposta (pelo Brasil) na XXXI Reunião de Ministros do SEM (RME) a construção de um Espaço Regional de Educação do Mercosul - o ERES. O espaço, que nunca se consolidou, previa a criação de campi universitários nos Estados Partes e associados e foi concebido com os princípios de cooperação sul-sul e solidariedade; complementaridade acadêmica, institucional e social, qualidade com pertinência e diversidade cultural e institucional (ANDRÉS, 2010). Sobre isso, Botto aponta que

[...]no todas las agendas sociales progresan por igual, sino que tienen más chances de avanzar aquellas que se vinculan a pujas no distributivas y aquellas que además del valor de la solidaridad persiguen un interés (político o económico), que en el caso de la educación superior estuvo reflejado en el interés económico de las universidades de posicionarse mejor en el mercado

ampliado y/o el interés político (de la Argentina) de proyectar su imagen de líder regional(Botto, 2015, p.37)

Tanto o EEES quanto o SEM são aparatos da agenda educativa de blocos econômicos regionais que se alinha aos objetivos de integração pela convergência (ou não) das políticas públicas dos países integrantes. O Setor Educacional do Mercosul todavia não logrou êxito na consolidação de uma integração no âmbito da educação superior nesse aspecto, nem de uma concertação das políticas nacionais, nem de um fundo efetivo de recursos, e nem da criação de uma identidade regional. Mas essa não é uma exclusividade da agenda educativa, senão de todas às agendas sociais do bloco.

A seguir apresentaremos outros dois projetos de universidades criadas desde políticas de Estado (ou Meta-Estado) com vistas à cooperação pela internacionalização da educação superior. Ambas as instituições - a Universidade Andina Simon Bolívar (UASB) e a Universidade Russa da Amizade dos Povos os (RUDN) - antecedem os projetos das universidades de integração do governo Lula e refletem experiências de construção de hegemonia. No primeiro caso, a Comunidade Andina propõe um projeto de universidade como uma política regional de governança supranacional voltada à formação de pesquisadores dos países do bloco e que posteriormente se abre a estudantes de outras regiões. No segundo caso, a União Soviética constituiu uma universidade voltada à atrair estudantes de outros países, especialmente do terceiro mundo oferecendo uma formação superior a baixo custo e de alta qualidade. É o que detalharemos a seguir.

2.2 Universidade Andina Simon Bolívar (UASB) - COMUNIDADE ANDINA DAS NAÇÕES

A Comunidade Andina ou Comunidade Andina das Nações (CAN)²⁴, um bloco econômico reformado em 1996 decorrente de transformações no Pacto Andino, de 1969,

²⁴ A integração andina é o processo integracionista mais antigo da América do Sul com o Pacto Andino, iniciada no ano de 1969 pelo Acordo de Cartagena sob as orientações da CEPAL/ONU, com o objetivo de criar um mercado comum na região entre os países-membro O Pacto Andino foi firmado inicialmente por Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. Em 1973, o Chile retirou-se do acordo, abrindo sua economia ao mercado externo, principalmente ao norte-americano. E a Venezuela, que havia ingressado nesse período, acabou se desligando do grupo andino, em 2006, para tornar-se parceira do Mercosul. Em 1996, ocorre uma reforma institucional que passa a ser denominada de Comunidade Andina (CAN). (ALVAREZ, 2006).

previu em seu processo de integração uma agenda social complementar com políticas regionais para educação, saúde e emprego. A CAN reproduziu a experiência de integração europeu notadamente pela semelhança na estruturação da sua organização institucional, inclusive incluindo uma universidade supranacional para ampliar seu escopo de cooperação.

Ainda na década de 1970, na 7ª Reunião de Ministros do Convênio André Bello é lançada a ideia de criação de uma universidade andina em parceria com o Instituto Colombiano pelo Fomento da Educação Superior, projeto que ficaria a cargo da Colômbia e da Venezuela. Mas somente em 1985 é materializada a Universidade Andina Simon Bolívar (UASB) é criada pelo Parlamento Andino, esta a instância política supranacional da CAN.

A UASB foi instituída como uma instituição acadêmica autônoma, que gozava de status de organismo de direito público internacional e faz parte do Sistema Andino de Integração (SAI) que possui um setor especializado em educação e suas atividades cobrem todos os países da Comunidades Andina. Em outras palavras, a UASB faz parte da estrutura de governança do bloco econômica, porém voltada ao campo da educação pesquisa. O Art. 1º do Estatuto da UASB define que:

La Universidad Andina Simón Bolívar es una institución académica autónoma que se dedica a la investigación, la enseñanza universitaria y la prestación de servicios, especialmente para la transmisión y desarrollo de conocimientos científicos y tecnológicos, el desarrollo de la cultura y el fomento al espíritu de cooperación y coordinación entre las universidades de la Comunidad Andina, con la finalidad de coadyuvar a la realización y el fortalecimiento de los principios fundamentales que presiden la integración y el desarrollo de la Subregión (UASB, 2001, p.3).

Sua configuração foi concebida pela CAN e a partir das orientações do UNESCO através so Cento Regional de Educação Superior da América Latina e Caribe (CRESALC). A aprovação da proposta se deu pela Decisão nº 132/85 do Parlamento Andino. Considerando que a UASB não está normatizada por uma normativa nacional de educação superior, é categorizada como universidade Supranacional ou Internacional. Parte de seu financiamento provém da Comunidade Andina e dos programas são financiados por organismos

internacionais e locais (UASB 2015), porém como o seu ensino não ser gratuito e, portanto, é financiada também com as matrículas dos seus alunos.

Segundo o que consta no seu plano estratégico, a estrutura orgânica da universidade cumpre com um duplo caráter de organismo internacional, o de integração e o de instituição acadêmica (UASB 2015). A universidade é concebida sobre um modelo de integração subregional

[...]desde una perspectiva multidimensional objetivos de paz, entendimiento, cooperación mutua, desarrollo socioeconómico, potenciación geopolítica, revalorización de saberes, producción de conocimiento y realización plena de los Estados Constitucionales (UASB, 2001, s.p).

A UASB foi pioneira na América Latina como materialização de um instrumento de cooperação educacional internacional a partir de um bloco político-econômico de integração. A universidade funciona de forma descentralizada e quando foi inaugurada em 1985, sua sede inicial foi em Sucre (Bolívia) e, posteriormente, em 1992, foi instalada outra sede em Quito (Equador), além de possuir sedes locais em La Paz e Santa Cruz e escritórios em Bogotá e Lima.

Sobre seu funcionamento, a instituição oferece apenas programas de pós-graduação e trabalha em cooperação com outras universidades e centros de educação, especialmente da região andina, para o desenvolvimento do conhecimento científico, tecnológico, econômico, político e sócio cultural, sendo regida por um estatuto único para todas as sedes. A seleção de cada curso é feita por convocatórias para nacionais e estrangeiros. Há o custo de matrícula e de mensalidade que são estabelecidos para cada tipo de programa e os valores são fixados em dólar, demonstrando seu interesse na internacionalização.

Em relação às experiências da CAN espelhadas na UE, o que diferencia a UASB da estratégia europeia é o arranjo do EEES formado por uma rede (compulsória) de IES a partir da reformulação do sistema de educação europeu, enquanto a CAN materializou uma universidade multicampi de caráter regional voltada ao ensino de pós-graduação. Em ambos os casos, o campo educacional pode ser visto como uma estratégia de formação (ou reprodução) da consciência regional. A CAN não obteve o mesmo resultado que a União

Européia, supostamente pela diferença entre processos de integração que ocorrem desde países em condição de dependência ou em condição imperialista. Dessa forma, o que havia dado significado ao processo de cooperação da CAN, acabou por reproduzir as divisões internas entre países mais e menos desenvolvidos, resultado de interesses nacionais contraditórios, a instabilidade institucional, a turbulência econômica e os conflitos políticos entre os Estados-membros, atualmente composto por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru (BRESSAN e LUCIANO, 2018).

Nesse sentido, um fato que pode afetar a UASB é falta de prioridade das políticas regionais andinas para a educação superior. Conforme apontado por Perrotta (2016), a CAN se sobrepõe junto às diversas instâncias regionais na América Latina que também possuem as agendas de cooperação educacional, entre eles o Mercosul, dificultando a equalização de interesses entre esses países.

2.3 Universidade Russa da Amizade dos Povos os (RUDN) - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

O desenvolvimento de universidades e da Ciência e Tecnologia na antiga URSS e agora Rússia se destaca com o fim da guerra civil, após 1920, período no qual há um considerável aumento no número de universidades e institutos ligados à área militar, econômica ou a campos como medicina e comunicação. Considerando que a URSS era uma economia fechada, havia necessidade de investimentos em qualificação dos recursos humanos da região para suprir as necessidades de produção e de serviços (SANTOS JUNIOR, 2012).

Outro fato importante para desenvolvimento da ciência e tecnologia soviética se concentra na reivindicação de cientistas soviéticos ao acesso ao conhecimento dos países capitalistas e a diminuição de seu isolamento de outros campos científicos na Europa (SANTOS JUNIOR, 2012). De 1928 a 1941, segundo dados oficiais soviéticos, houve um aumento de 543 mil para 2 milhões e quinhentos mil o número de profissionais ligados à intelectualidade ou de pessoas com nível educacional mais elevado, apesar da repressão no campo da pesquisa, da ciência e tecnologia promovidos pelo governo stalinista. Segundo o autor, os soviéticos possuíam superioridade de cientistas em Física, Matemática, astronomia, Medicina, Engenharia e nas Ciências Sociais, em relação aos Estados Unidos. Além disso, Santos Junior aponta que só na Rússia existiam 475 instituições de ensino superior, em mais

de 45 línguas, para quase 24 milhões de estudantes (SANTOS JUNIOR, 2012). Já possuía a produção do conhecimento, da ciência e da tecnologia bem internacionalizados.

No auge da Guerra Fria, a partir de 1950, a União Soviética digladiava com os EUA pela hegemonia global entre a ideologia capitalista e socialista. Nesse cenário, perseguir aliados para a integração entre as nações tanto no aspecto econômico político, como na integração sociocultural, significavam uma forma de ampliar o poder soviético diante das potências ocidentais, e atrair estudantes estrangeiros era um estratégia de projetar sua política externa (RIBEIRO, 2016). Para consolidar essa estratégia, foi fundada, em 5 de fevereiro de 1960, a Universidade Russa da Amizade dos Povos (RUDN), localizada na cidade de Moscou, por uma iniciativa do governo da antiga União Soviética, liderada desde 1953 por Nikita Khrushchev, Primeiro Secretário do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética e Georgy Malenkov, Primeiro-ministro da União Soviética, que sucederam a Stalin logo após a sua morte.

A retórica política para esse projeto de internacionalização universitária foi o de proporcionar educação de qualidade a preços muito baixos para jovens do Terceiro Mundo (NARCIO, 2017) e ajudar os países que saíram da colonização nas décadas de 1950 e 1960, especialmente no continente africano (MENDES, 2018). Na época em que a RUDN foi criada, a universidade e os alunos eram quase totalmente custeados pelo Estado soviético. Esse altruísmo foi simbolicamente representado quando, em 1961, a universidade recebeu o nome de Patrice Lumumba, um símbolo da luta pela independência dos povos africanos (RUDN, s.d). O site da RUDN apresenta em seu histórico que: “Los estudiantes y los científicos podían estudiar libremente y participar en la investigación científica fuera del contexto político, siguiendo firmemente los grandes principios de amistad y apoyo mutuo” (Site RUDN, s.d).

A descolonização da África associado à rivalidade entre EUA e URSS podem explicar a ênfase soviética em relação ao continente. A luta pela independência dos países africanos e as guerras civis que foram geradas internamente eram muitas vezes incentivadas e patrocinadas pelas duas potências, além de apoio técnico especializado e de infraestrutura para a reconstrução desses países. Portanto, havia uma disputa geopolítica pela África que

explica a estratégia da URSS com a criação da RUDN para atrair estudantes e outros intelectuais ofertando um serviço educacional a baixos custos (EGOROV, 2019).

Assim, a URSS propagava a ideia de uma cooperação despolitizada voltada à responsabilidade de ajudar a desenvolver os povos desfavorecidos, porém, estrategicamente, havia de projeto de construção da hegemonia do bloco socialista e a universidade era um campo estratégico para formação de seus quadros e de projeção de sua política externa. A universidade significava um instrumento de atratividade política e ampliação do seu poder de influência sobre outras regiões (com destaque para a África), ou seja, a RUDN poderia servir como um aparato estatal para politizar a produção do conhecimento e formar uma hegemonia cultural como uma forma de disputa diante da bipolaridade, e conseqüentemente frear a influência ocidental durante Guerra Fria. Há que se considerar a oportunidade para atração de mão de obra e cooptação de cérebros para desenvolvimento científico, no qual podemos referenciar a definição de internacionalização de educação superior que Fernández Hellmund (2021) conceituou com base no sistema capitalista.

Após o fim da URSS e a transição da Rússia para o capitalismo afetaram a universidade. Com o fim dos subsídios, a universidade deixou de ser gratuita, com uma anuidade estimada em USD 2,5 mil (Narcio, 2017). Ainda, em 1992, a universidade mudou seu nome de Patrice Lumumba para Universidade Russa para Amizade dos Povos (RUDN), nome que permanece até hoje. Atualmente, ao acessar o site da universidade, é notável no portfolio da instituição a influência e incorporação dos padrões europeus no seu modelo de internacionalização, até mesmo como uma questão de sobrevivência motivada pela recessão enfrentada após o fim da URSS: privatização da universidade, cursos em língua inglesa, convênios internacionais, ostentação de rankings e patentes, etc.

Assim, a RUDN²⁵ adaptou seu processo de internacionalização à nova economia mundial, vendendo seus serviços educacionais em todo o mundo. No site da universidade constam dados quantitativos sobre posições nos rankings mundiais, número de patentes e publicações, além de programas, alunos e outros serviços oferecidos pela instituição²⁶. A universidade possui um centro de língua Russa oferecido para estrangeiros provenientes de todos os continentes, especialmente para se prepararem para morar no país. Também hoje oferece programas de graduação e pós-graduação em espanhol e inglês e convênios com outras universidades para dupla titulação.

Seu público de estudantes internacionais mais significativo são oriundos das antigas repúblicas soviéticas, como Uzbequistão, Cazaquistão, Tadjiquistão e Azerbaijão, mas os chineses estão entre os estrangeiros mais presentes no campus da universidade (MENDES, 2018). A universidade, sem dúvida, foi e é um difusor da cultura daquela região e do símbolo da política socialista.

Síntese do capítulo II

A cooperação e integração são mecanismos políticos de aproximação que remetem a uma reciprocidade de interesses e que, normalmente, mas não necessariamente partem de uma ideia conjunta de motivações e interesses econômicos, políticos e culturais. Mesmo que sejam relações assimétricas consentidas, esses mecanismos se propõem a dirimir relações desiguais e equalizar benefícios, apesar dos resultados serem diferentes para cada um dos envolvidos. Aqui, tratamos da análise com um olhar geral e não individual dos resultados sobre as políticas de integração balizadas também pela educação superior. Observa-se que o

²⁵ Vale mencionar outro modelo semelhante de universidade de integração, fundada em 1938 pelo exército japonês Kwantung após a ocupação da Manchúria, região nordeste da China. A Kenkoku University (Nation-Building University, abreviada como Kendai) foi a pioneira no projeto pan-asiático do Japão de criar uma nova ordem na Ásia de aproximação entre povos de diferentes identidades nacionais como uma política de assimilação japonesa através da construção do prometido estado de Manchukuo. Kendai era a única universidade da região que era dominada por oficiais militares e civis japoneses e recrutava estudantes do sexo masculino japoneses, chineses, coreanos, taiwaneses, mongóis, manchus e russos com objetivo formar líderes que concretizariam o objetivo de construir uma ideologia imperial do Estado de Manchukuo em meio à expansão e a guerra do Japão. A universidade declarou oficialmente seu fechamento em 23 de agosto de 1945 ([KISHIDA, 2016](#)).

Ribeiro (2016) faz um adendo ao modelo russo de universidade com uma proposta mais atual, a partir dos BRICS, de uma universidade internacional de cooperação entre a Rússia e a China (sino-russa), criada em 2016, que é bilíngue (russo e chinês), reserva 30% de vagas para estudantes estrangeiros, tem seu quadro docente formado por professores russos e chineses (RIBEIRO, 2016, p. 62).

²⁶ Para mais informações sobre esses dados, acessar <<https://esp.rudn.ru/about>>

campo educacional, como uma política complementar aos processos de cooperação hegemônica, absorve os interesses geopolíticos e econômicos da integração.

Sobre as formas como se apresentam as universidades de integração, podemos concluir que no caso do EEES se trata de uma política regional a partir de um bloco econômico de governança supranacional, ou seja, desde interesses e motivações que convergiam entre os membros participantes da UE. Nesse caso, houve uma reforma regional dos sistemas de educação e os países e as universidades tiveram que se adaptar a essa reestruturação que passou a ter diretrizes do bloco para compatibilização entre os sistemas nacionais. A política regional de educação superior visava a padronização de transferência de créditos e graus de formação acadêmica, promoção da mobilidade, reconhecimento e aproveitamento de estudos entre os países, promoção da identidade européia e estratégia para visibilidade, atratividade e competitividade mundial (SIEBIGER, 2018). A internacionalização se dava tanto no interior dos países do bloco e se expandiu para outras regiões por meio de acordos e programas de cooperação de diversos níveis e objetivos²⁷

No segundo caso, da Universidade Andina, foi também uma política regional a partir de um bloco econômico com autoridade supranacional, porém focou na criação de uma universidade voltada à pós-graduação, ou seja, com foco no desenvolvimento de pesquisadores sobre determinadas áreas de interesse do bloco. Até onde nossa pesquisa avançou sobre esse sistema, presume-se que a universidade é voltada principalmente ao âmbito da comunidade andina, sem muitas condições de promover uma internacionalização de ingresso educacional competitivo no cenário internacional.

O 3º caso, a RUDN, trata de uma política externa de integração a partir do próprio estado, ou seja, o modelo de cooperação foi estruturado pelos interesses do partido comunista da União Soviética por meio do princípio da internacionalização solidária que incentivava a atração de estudantes de países do terceiro mundo. Essa política evidencia, na realidade, um caráter hegemônico de atuação geopolítica sobre nações menos favorecidas por meio da influência do conhecimento soviético, caracterizando mais uma dependência do que o alcance dos objetivos de emancipação e libertação que a universidade deveria se propôr.

²⁷ Para saber mais, ler Siebiger (2018) em “A expansão do processo de Bolonha para a América Latina e as principais evidências de sua influência nas políticas de educação no Brasil”.

Em todos os modelos, a estratégia de integração por meio da educação superior atende a uma forma de construção do poder sobre uma determinada região com interesses políticos, econômicos sociais e culturais, além de ter as universidades como ferramenta de expansão da identidade de determinada cultura (comunidade europeia, comunidade andina, juventude comunista ou pan-asiatismo).

CAPITULO 3

“[...] relações internas de um Estado-nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas (GRAMSCI, 2000, p.42)

3. A POLÍTICA EXTERNA E DIPLOMACIA DO GOVERNO LULA - DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL À EDUCAÇÃO SUPERIOR

3.1 A Política Externa Brasileira e a Política de Integração Regional

O Governo Lula teve duas fases. Um primeiro período de 2003 a 2006 e o segundo período de 2007 a 2010. A defesa do seu projeto nacional, em seu Plano de Governo de 2002, se baseou em um discurso de desenvolvimento social com crescimento econômico pelo impulso do capital produtivo nacional, pelas políticas de inclusão social para os mais pobres, tendo a educação como estratégia de coesão social, e a execução de um conjunto de reformas (PLANO DE GOVERNO COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002). Foram anunciadas as mudanças na condução política do país (a ruptura com a “herança maldita”, referindo-se ao governo FHC), tanto internamente quanto na política externa, com foco na inserção do Brasil nas discussões políticas, econômicas e sociais nos diversos foros internacionais.

Após a sua eleição, o que se apresentou foi uma série de continuidades que conduziram um desenvolvimento nacional capitalista com pitadas de justiça social. Sobre isso, Zibechi (2016) aponta

Los nuevos gobiernos se colocan una máscara (antineoliberal, por los derechos humanos, contra la pobreza, por un mundo multipolar, etc.), pero continúan el mismo modelo bajo nuevas formas (monocultivos, minería, especulación inmobiliaria, o sea extractivismo). Se cerró la etapa privatizadora, pero se abrió la etapa de los commodities. Sigue siendo neoliberal porque gira en torno a la especulación financiera, pero adopta otro discurso, el nuestro, un discurso tomado de las calles (ZIBECHI, 2016, p. 299).

De uma proposta progressista, consolidou em ação conservadora neoliberal com mais continuidades do que rupturas, que mostrava sinais antes da posse do presidente recém eleito, com a “Carta ao povo brasileiro” (2002)²⁸ e reforçada em seu discurso em Washington no *National Press Club* (2002)²⁹, quando afirma que não iria romper contratos para garantir a confiança do mercados internacionais, atitude que Oliveira (2006) considerou como “um recado claro ao empresariado, às instituições “policiais” do capital financeiro, FMI, BIRD, BID e OMC, às grandes empresas e às grandes potências capitalistas”.

Internamente, o governo é marcado pelo pela dominação da burguesia empresarial brasileira, a elite do Estado, intelectuais banqueiros e de sindicalistas, promovidos a gerentes dos fundos de pensão³⁰, que levaram a uma remodelação das classes dominantes do Brasil (ZIBECHI, 2012; SEVERO, 2013) - uma elite mista de interesses. Sobre isso, Fontes (2010) faz um crítica dessa aproximação

[o governo] mais capacitado socialmente a exercer o papel originalmente cumprido pela Força Sindical: contribuir ativamente para a destruição interna das lutas socializantes, ao tempo em que assegura a adequação social e formidáveis recursos ao capital-imperialismo³¹ no Brasil, sob o formato

²⁸ Carta ao povo brasileiro um texto de autoria do então candidato à presidência da república do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, assegurando que, em caso de sua vitória respeitaria os contratos nacionais e internacionais. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>

²⁹ Discurso do recém eleito Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em 10 de dezembro de 2002, em Washington (EUA). Disponível em http://funag.gov.br/loja/download/128-Politica_Externa_do_Brasil_A.pdf

³⁰ Oliveira (2006) explica sobre o processo de financeirização do capitalismo no Brasil e da “nova classe” no sistema financeiro brasileiro que tem acesso aos fundos de previdência complementar das empresas estatais sendo um dos principais investidores institucionais no Brasil e que atuam nas bolsas de valores, nas privatizações das estatais e são proprietários-acionistas de grande número de empreendimentos de porte. Zibechi (2012) fala que os fundos de pensão correspondem a aproximadamente 20% do PIB brasileiro. Vasconcelos (2014) explica que a atuação do BNDES e os fundos de pensão estatais viabilizaram financiamento para as privatizações e empresas privadas, formando “uma rede de controle que não apenas comanda as empresas que deixaram de ser formalmente estatais, mas também colocam empresas nominalmente “privadas” (mesmo que não tenham sido estatais anteriormente) a serviço do governo”.

A Reforma da Previdência para os servidores públicos retirou a integralidade salarial das aposentadorias levando à necessidade de complementação por meio de contribuição com Fundos de Pensão.

³¹ Não pretendemos aprofundar os debates sobre o imperialismo e suas modificações ao longo do tempo. Porém, mencionamos aqui as categorias de capital-imperialismo brasileiro (Fontes,2010) e de subimperialismo (Marini, 1977), teorias que explicam a expansão do capital brasileiro, como potência emergente, mas dependente ao poder hegemônico, operando a condição de país imperialista na região. Parafraseando Traspadini e Honório (2017) “O subimperialismo é irmão menor do imperialismo”. Fontes (2010, p. 307) reúne as condições econômica que enquadram um país dependente na condição de capital-imperialismo: Um ciclo avançado de industrialização e monopolização do capital, com a existência dos diferentes setores econômicos complexamente entrelaçados; um Estado centrado na acumulação de capitais e com razoável autonomia diante das pressões emanadas por capitalistas singulares ou por um único setor econômico, capaz de garantir a manutenção complexa da acumulação expandida através de uma atuação externa consequente; forma razoavelmente estáveis

democrático da violência couraçada de convencimento (FONTES, 2010, p.296)

Essa elite tinha um projeto de país³² - tinha planos para tornar o Brasil uma potência mundial a partir de uma posição de hegemonia regional, dada as próprias condições do país em relação aos seus vizinhos (economia, território, recursos naturais e energéticos, tecnologia, etc). A estratégia da PEB de projeção internacional e de expansão de novos mercados para os produtos brasileiros consolidou a relação entre o governo e as grandes empresas que, com apoio do BNDES³³, expandiram suas atividades para o exterior, especialmente na América do Sul e alguns países da África. Houve, portanto um aumento da transnacionalização de grandes empresas brasileiras e do volume de capital brasileiro investido no exterior com o financiamento às exportações de bens e serviços e à participação acionária por aquisições realizadas por empresas brasileiras no exterior (VALDEZ, 2011). Essa dinâmica junto aos países do Sul³⁴ revela a estratégia de cooperação e integração em um cenário multilateral.

A política externa, como uma política pública, dilui-se o interno e o externo e a PEB do governo Lula foi considerada uma grande estratégia de defesa do interesse nacional. Junto

de contenção das reivindicações igualitárias populares. Zibechi (2006) debate com a tese de Marini, e entende que “no es sencillo afirmar que Brasil lleva adelante una política imperialista, aunque resulta evidente la búsqueda de la hegemonía. Brasil tiene frente así que potencias que lo limitan, sobre todo los Estados Unidos. Pero también Argentina y Venezuela le imponen límites. Sin embargo, los principales problemas para erigirse en una potencia media que aliente el multilateralismo provienen de sus fragilidades internas”.

³² Zibechi (2012) refere-se a um projeto de país compartilhado entre a burguesia nacional e as forças armadas, estas com um projeto nacionalista herança da Era Vargas.

³³ NEVES (2019), aponta que a grande maioria dos autores que trabalham com a integração regional e política externa apontam para uma forte atuação brasileira de apoio à integração da infraestrutura através de financiamentos do seu Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O BNDES foi peça chave no projeto de integração regional priorizado pela PEB do Governo Lula por meio de empréstimos para a construção da infra-estrutura regional sul-americana (IIRSA) e do financiamento dos processos de internacionalização das empresas brasileiras que se instalaram na região. Em 2003, o Estatuto do BNDES foi alterado passando a ser gerido pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e podendo manter escritórios no país e no exterior. O banco passa a ser o principal instrumento financiador de política de investimento do governo federal no exterior (VALDEZ, 2011). Da mesma forma, foi instrumento para inserção brasileira nos países africanos pelo “Programa de Integração com a África”. Segundo apontado pelo assessor especial para assuntos internacionais do Governo Lula, Marco Aurelio Garcia, entre 2003 e 2012 o BNDES financiou para a América Latina e África projetos no montante de 7.376 bilhões de dólares (GARCIA, 2013, p.59).

³⁴ [Nichterwitz](#)(2020, p.1) descreve que o que caracteriza o termo Sul são “a dependência em relação a um Norte; a reafirmação dessa identidade por meio de encontros regulares em coalizões e agrupamentos políticos; uma experiência compartilhada de colonialismo e imperialismo; dilemas quanto à soberania local e o desenvolvimento econômico; e crítica ao sistema internacional contemporâneo e, portanto, à ordem internacional vigente e às desigualdades.

com Lula, a PEB foi conduzida pelo seu Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e projetou seus interesses para o desenvolvimento nacional e a inserção soberana do país no cenário internacional por meio da diplomacia orientada por uma perspectiva humanista e universalista (SILVA et. al., 2003, p.37; BRASIL, 2007). Registra-se que no período de 2003 a 2010 foram abertas 67 representações diplomáticas principalmente no Caribe e na África.

A política externa independente³⁵ do Governo Lula foi definida como “ativa e ativa” por Celso Amorim (AMORIM e FELDMAN, 2011; AMORIM, 2016) e significava uma posição de autonomia do Brasil frente às relações com países hegemônicos, especialmente com os Estados Unidos, voltando sua atenção aos vizinhos e buscando novos parceiros comerciais em países com dimensões e potencial parecidos com o do Brasil (SILVA et. al., 2003). Ainda, era uma posição de se voltar às agendas de interesse do país, onde “nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, [o Brasil] terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça.”³⁶.

Ainda, a multipolaridade e o multilateralismo foram princípios interpretados como forma de atuação “criativa” frente às mudanças das agendas internacionais e de “combater hegemonias de qualquer espécie”³⁷. Com isso, o Brasil precisaria redefinir espaços com uma “ação global”, melhorando as relações com Estados Unidos e União Européia e diversificando parceiros comerciais com países em desenvolvimento, mas com atenção especial à América do Sul (SILVA et. al. 2003).

³⁵ A Política Externa Independente foi um modelo formatado por San Tiago Dantas, chanceler e ministro da Fazenda do governo de João Goulart, em 1962. Celso Amorim aplicou tais diretrizes à PEB *ipsi slitter* com o documento publicado por Dantas (Política Externa Independente foi publicada por Dantas em 1962 e, em 2011, teve uma edição atualizada pelo MRE), o que pode ser facilmente notado nos discursos de Lula e de Celso Amorim.

³⁶ Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse como presidente da República, no Congresso Nacional, em Brasília (1º de janeiro de 2003)

³⁷ Discurso do Ministro Celso Amorim na abertura da III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL). Brasília, 22 de agosto de 2007

Os discursos tem um forte apelo sobre o protagonismo brasileiro para influenciar em diversos temas na ordem mundial e na sua potencia³⁸ como polo de poder regional, conforme aponta o discurso de Celso Amorim na cerimônia de posse do presidente Lula em 2003:

Nossa política externa não pode estar confinada a uma única região, nem pode ficar restrita a uma única dimensão. O Brasil pode e deve contribuir para a construção de uma ordem mundial pacífica e solidária, fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso demográfico, territorial, econômico e cultural, e de ser uma grande democracia em processo de transformação social (BRASIL, 2007, p. 17).

A política de expansão também visava a influência do Brasil nas agendas regionais e junto às instâncias decisórias formais de organismos multilaterais, apoiando-se nas relações multilaterais como plataforma para expansão dos seus interesses, especialmente na América-Latina. Conforme aponta Lechini

Essas instâncias se apresentaram como plataformas para projetar os interesses brasileiros no exterior e para atender a interesses globais que não seriam possíveis de alcançar de maneira individual. A diversificação temática e geográfica com os países do Sul se inseriu em um projeto de busca de maiores níveis de autonomia e de margens de ação em relação aos atores centrais (LECHINI, 2018, p.411).

O G-20 também foi um espaço no qual o Brasil buscou apoio para combater os subsídios agrícolas praticados pelas grandes potências, em particular os Estados Unidos, em relação aos seus produtos.

Outra atuação ativa do Brasil em fóruns multilaterais foi a Missão de Paz da ONU que atuou no Haiti comandada pelo exercito brasileiro, denominada MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti)³⁹. Outros exemplos sobre as intenções de

³⁸ Segundo Nolte (2011, apud Carvalho, 2016) uma potência regional é definida como um país que: (i) articula uma posição de liderança em uma região delimitada geográfica, econômica e politicamente; (ii) possui os recursos materiais (militares, econômicos e demográficos), organizacionais (políticos) e ideológicos para projeção de poder regional; (iii) possui grande influência nas relações e nos resultados dos processos regionais; (iv) possui interdependência econômica, política e cultural na região; (v) influencia de forma significativa a delimitação geográfica e a construção política e ideacional da região; (vi) exerce influência por meio de estruturas de governança regional; (vii) articula e define uma identidade e um projeto regional; (viii) provê bens coletivos para a região ou participa de forma significativa da provisão desses bens; (ix) influencia fortemente a definição da agenda de segurança regional; (x) tem uma posição de liderança reconhecida ou respeitada pelos demais atores regionais e extrarregionais; (xi) participa de fóruns inter-regionais e globais, representando não apenas seus interesses, mas também, ao menos de forma limitada, os interesses regionais.

³⁹ Estimava-se R\$ 150 milhões em gastos com a MINUSTAH, porém os gastos dos cofres públicos brasileiros foram de R\$ 1,97 bilhões despendidos até 2012. Informação disponibilizada no relatório sobre a MINUSTAH do

projeção foram manifestadas com a campanha engajada pelo Brasil para de assumir um assento permanente no Conselho de segurança da ONU e se candidatou à presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2005. Não teve êxito em nenhuma delas.

A promessa de justiça social foi o mote para diversas ações do governo Lula e que foi vitrine para sua inserção no cenário internacional. O governo conservava o apoio das bases sociais, que caracterizou o lulismo⁴⁰, com uma agenda social e educativa de inclusão social, potencialmente capaz de contribuir e influenciar globalmente, como o programa Fome Zero. Isso deu voz para o governo brasileiro reproduzir seu projeto nas agendas internacionais de desenvolvimento (VISENTINI, 2013) .

No entanto, há que se destacar que em um sistema capitalista, ainda mais periférico, a política é dominada pela economia, a economia é dominada pela elites, as elites pelo capital financeiro... no Estado há um desmonte de direitos sociais e trabalhistas, e inevitavelmente há miséria. Tais políticas sociais implementadas pelo governo Lula podem ser consideradas como uma funcionalização da pobreza (OLIVEIRA, 2006) ou como políticas compensatórias (PAULINI, 20; TRISTÃO, 2011) pois não são garantias de direito nem mesmo de mudanças na estrutura social e nem um desenvolvimento sustentável de uma política social de inclusão.

Apesar disso, o governo conseguiu manter suas bases nos dois mandatos (inclusive a permanência do PT de 2011 - 2016 na presidência com Dilma Rousseff) e prosseguir com seu projeto de crescimento econômico com “justiça social”, que fez parte da sua estratégia de multilateralismo. A campanha diplomática e praticamente todos os discursos se pautaram na solidariedade, na democracia e em justiça social, conforme destaca Milani et. al (2016) que

À dimensão imaterial de ênfase à solidariedade entre países do Sul também correspondia, na era Lula, uma forte dimensão material da política externa

Grupo de Estudos de Defesa e Forças Armadas (GEDES) Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas, 2017.

⁴⁰ Termo criado por [André Singer \(2018\)](#) em 2003 para explicar a invenção de uma política de mudança social voltada para a camada mais pobre, assentada sobre medidas de redistribuição de renda por meio de transferência direta de renda (Bolsa família), valorização do salário mínimo e concessão de crédito consignado (Minha casa, minha vida), o que possibilitou o aumento do consumo e a reativação da economia, e que vinculada à figura de Lula como um projeto político de longa duração. Utilizamos a análise de Severo (2013) que usa a expressão para explicar o neoliberalismo matizado do governo PT.

(financiamentos, investimentos, cooperação pública) (MILANI et.al., 2016, p. 27).

Essa diplomacia social foi providencial para o Brasil desenrolar a sua política de expansão junto aos países em desenvolvimento. É nessa direção que PEB apontava para a criação de espaços geopolíticos e de mecanismos de cooperação internacional intensificando as parcerias com o países do integração regional latino-americana e para o desenvolvimento Sul-Sul, muitas vezes denominada pelos dirigentes da PEB como cooperação Sul-Sul.

A Política Nacional de Defesa⁴¹, de 2005, foi um importante instrumento que indica áreas geopolíticas estratégicas de atuação da PEB. A saber o que dispõe o item 4.3 do Decreto

4.3 O planejamento da defesa inclui todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra maior concentração de poder político e econômico. Complementarmente, prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima (BRASIL, Política de Defesa Nacional, 2005).

O plano define o “entorno estratégico” no qual o Brasil deve capitalizar sua liderança diplomática, econômica e militar. O “entorno estratégico”, que correspondia à América do Sul, África Subsaariana, a Antártida e Bacia do Atlântico Sul, conforme apontado por Fiori

Na América do Sul, o objetivo brasileiro segue sendo a plena ocupação econômica da Bacia Amazônica, a integração da Bacia do Prata e a construção de um acesso múltiplo e contínuo à Bacia Econômica do Pacífico, com a construção de uma sistema integrado de transporte, comunicação e defesa do território sul-americano, além do aprofundamento da integração política e econômica do Mercosul. Na África Subsaariana, o Brasil prioriza sua aproximação diplomática, econômica e militar com África do Sul, Angola, Nigéria e Namíbia, além de alguns países da Comunidade da Língua Portuguesa, como Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Nisso, o Brasil dá ênfase a suas relações bilaterais com a África do Sul, dentro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (da sigla em inglês, SADC) e dentro do Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas), criado em 2004. A Bacia do Atlântico Sul adquire uma grande importância estratégica, como principal meio de comunicação, transporte e comércio com a África. Por fim, o Brasil se propõe a ampliar suas áreas de convergência e ação comum com algumas “potências emergentes”, como China, Índia e Rússia, que é – na verdade – uma “velha potência” em processo de reconstrução. (FIORI, 2013, p.32)

⁴¹ DECRETO Nº 5.484, DE 30 DE JUNHO DE 2005

Fica claro que América do Sul e África são territórios estratégicos de ação mais ampla, de dominação; e China, Índia e Rússia que parece se limitar a uma estratégia comercial.

A tentativa de conciliar foco geopolítico no Sul com integração regional teve como primeiro objetivo a América do Sul, região na qual foram identificadas oportunidades econômicas e possíveis ganhos de integração social, educacional e cultural (MILANI, 2018). Um fator favorável à PEB é que a eleição de Lula coincidiu com a ascensão de outros governos progressistas⁴² na região facilitando uma convergência política marcada pela formação ou incremento de mecanismos regionais, o cenário propício para a política de integração regional focada na América Latina.

Há autores (MILANI, 2018; PERROTTA, 2013) que consideram que esse foi um período de inflexão em relação às relações puramente mercantilistas para o desenvolvimento, trazendo prioridades às agendas sociais e culturais que se afastavam do regionalismo aberto. De fato, há uma agenda social importante, porém o modelo econômico não foi alterado e isso é apontado por Zibechi

Decir que con los gobiernos progresistas no cambió nada parece exagerado, parece algo así como no querer ver los cambios, los “aspectos positivos” de estos gobiernos. Lo que en realidad cambió fue que con ellos se profundizó el capitalismo: hay más capitalismo (ZIBECHI, 2016, p.299)

Nesse período, emergiram na América Latina uma série de novos projetos de integração com a proposta do regionalismo pós-hegemônico, como a UNASUL e CELAC, e ainda na reformulação dos blocos econômicos existentes, Mercosul e CAN.

⁴² A série de vitórias eleitorais progressistas na maior parte dos países latino-americanos, entre 1998 e 2006 foi chamada de “Onda Rosa”

Com o cenário favorável ao crescimento econômico do Brasil⁴³ e o aumento da confiança internacional a partir de 2005, o país adquire uma capacidade de liderança associada às estratégias de seus dirigentes que a integração regional torna-se fundamental para permitir essa expansão, que interessa também a região (ZIBECHI, 2012). Dois mecanismos regionais foram estratégicos para o Brasil na iniciativa sul americana que já haviam iniciado em nos anos de 1990: o Mercosul e o projeto da IIRSA⁴⁴.

Nesse caso, o Mercosul, um bloco econômico já consolidado, precisaria ser expandido. Em 2004, o Mercosul e Comunidade Andina passam a configurar uma zona de livre comércio com a adesão do Peru, Colômbia, Equador e Venezuela⁴⁵ ao bloco (LEITE, 2011). A partir da harmonização desses dois blocos econômico, em 2008 foi criada a União de Nações Sul Americanas (UNASUL), um projeto de integração político mas com eixos para desenvolvimento econômico e social, apoiado pelo governo brasileiro para projeção do país

⁴³ Zibechi (2012) comenta que o Brasil até 2010 o Brasil era a 6ª economia do mundo, tendendo a melhorar essa posição. Ele cita o subimperialismo brasileiro que era uma plataforma de investimento de multinacionais do primeiro mundo, especialmente Estados Unidos, o que o mantinha em condição de dependência. Com a guinada econômica, apesar das multinacionais estrangeiras (especialmente automobilística e de agronegócio), o Brasil não é mais um país dependente dado o poderio das multinacionais brasileiras, algumas estatais ou com parte de capital estatal, e que estão instaladas em países latino-americanos: a Petrobrás que é a 4ª empresa petrolífera do mundo; possui tecnologia avançada para fabricar suas plataformas marítimas; a Vale S.A. é a 2ª maior mineradora do mundo, com posição de liderança nos segmentos de minério de ferro e níquel; a EMBRAER é a 3ª empresa aeronáutica do mundo em aviões comerciais; possui uma das maiores empresas frigoríficas de carne e frango do mundo (JBS); as empresas construtoras do Brasil (Odebrecht, camargo Correa, OAS...) prestam serviço para diversos países. Zibechi de fato nos mostra a potência do Brasil como um investidor internacional e a sua importância e interesse para a região, porém o autor também aponta para uma expansão minimamente responsável dessas empresas em relação aos impactos gerados no meio ambiente e de ordem social, sem se preocupar em combater assimetrias ou melhorar as condições daquelas populações, sendo questionável o interesse mútuo como deveria ser no multilateralismo. Ainda, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) realizou empréstimos para países sulamericanos, com fundos estatais, para o projetos de integração de infraestrutura regional condicionando à contratação de construtoras (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Queiroz Galvão, OAS, Carioca y EIT) e importação de equipamentos do Brasil (ZIBECHI, 2006).

⁴⁴ ROMERO WIMER et. al (2021), TRASPADINI e VALDEZ(2019) e TRASPADINI e HONÓRIO (2019) apontam sobre a incorporação de características das sociedades imperialistas (e ao papel subimperialista do Brasil) remontadas nas políticas do Governo PT com sua ação sobre a América Latina e África e, posteriormente pela consolidação do BRICS, usando arranjos regionais como canal e empresas públicas (BNDES, Petrobrás, Itaipu..) para expandir seus mercados e projetar-se ao exterior.

⁴⁵ A Venezuela havia se tornado membro pleno do MERCOSUL. Desde 2016 a República Bolivariana da Venezuela se encontra suspensa de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do MERCOSUL, em conformidade com o disposto no segundo parágrafo do artigo 5º do Protocolo de Ushuaia (MERCOSUL, s/d).

na geopolítica sul-americana, sem deixar de lado a autonomia dos países no processo. Posteriormente, foi incorporada a IIRSA.

Concebida por uma perspectiva multidimensional, a UNASUL abrange conselhos ministeriais, setoriais e temáticos que abarcam as áreas de defesa, saúde, eleição, energia, ciência-tecnologia-inovação, cultura, social, econômico-financeira, educação, infraestrutura, temas relacionados às drogas, segurança pública e justiça. Um dos pilares desse “arranjo” regional é a integração física, que está a cargo do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), pelo qual a IIRSA foi incorporada (LIMA, 2017, p.55)

A América do Sul se tornou o quintal para expansão dos mercados pelas multinacionais brasileiras bem como para investimento em megaprojetos de construção e instalações comerciais (ZIBECHI, 2012). O autor observou as mudanças nos movimentos sociais na América Latina no início do sec. XXI produzidas em parte pela ascensão do Brasil ao posto de potência e sintetiza as transformações do país ao longo desse tempo

la ampliación de la elite en el poder, que integra a nuevos actores en la alianza entre los militares y la burguesía brasileña; que esa nueva elite construyó una estrategia de poder que debe llevar a Brasil a convertirse en una potencia mundial (ya es la principal potencia regional); que el país se ha convertido en un centro autónomo de acumulación de capital con grandes empresas multinacionales, que se encuentran entre las más importantes del mundo en varios rubros, con el apoyo del Estado; que está diseñando la arquitectura política, económica y de infraestructura de la región sudamericana que se convierte así en su “patio trasero”, con relaciones altamente asimétricas con algunos países (ZIBECHI, 2012, p.34)

Um dos grandes projetos de caráter intergovernamental proposto para a América do Sul no ano 2000 foi a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) vinculada a um plano de integração econômica e política da região. A situação econômica privilegiada do Brasil e a política favorável permitem que o governo Lula financie programas de desenvolvimento econômico da região em apoio aos países menores e, então, a IIRSA é retomada⁴⁶.

⁴⁶ Zibechi (2012) descreve os eixos de integração e desenvolvimento estabelecidos são: Eje Andino (Venezuela-Colômbia-Ecuador-Perú-Bolívia); Eje del Amazonas (Colômbia-Ecuador-Perú-Brasil); Eje Interoceânico Central (Perú-Chile-Bolívia-Paraguai-Brasil); Eje Capricornio (Chile/Argentina /Paraguai /Brasil); Eje del Escudo Guayanés (Venezuela-Brasil-Suriname-Guiana); Eje Mercosur-Chile (Brasil-Uruguai-Arentina-Chile), Eje del Sur (Talcahuano-Concepción/Chile-Neuquén-Bahía Blanca/Argentina); Eje Amazônico del Sur (Perú-Brasil-Bolívia); Eje Hidrovía Paraguai-Paraná. Apesar da prevalência dos recursos do BNDES, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina

Zibechi (2012) aponta o Brasil como maior interessado já que esse corredor poderia escoar sua produção industrial e o agro negócio pelo Pacífico. Além disso, BNDES foi o maior financiador da IIRSA e os empréstimos concedidos aos países sulamericanos para as obras de infraestrutura estavam condicionados à contratação de construtoras brasileiras (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Queiroz Galvão, OAS, Carioca y EIT) e importação de equipamentos do Brasil (ZIBECHI, 2006, 2012). Essa era uma forma de financiar indiretamente as empresas brasileiras, que constroem parte da infraestrutura, com os recursos do BNDES. Outro fato é que o BNDES não se vinculava a nenhum mecanismo regional o que facilitava sua participação indireta nos projetos de infraestrutura, atendendo exclusivamente aos interesses nacionais (VALDEZ, 2011).

De forma correspondente, observa-se a ligação da atuação do BNDES e o envolvimento entre empresas nacionais e a política externa do Governo Lula. Para isso, Valdéz (2011) apresenta um levantamento de participações acionárias⁴⁷ do BNDES em empresas como JBS-Friboi (produtos alimentícios – carnes), Gerdau (siderurgia e metalurgia), Marfrig (produtos alimentícios – carnes), Vale (extração de minerais metálicos), ALL (transporte terrestre – ferrovias), Petrobras (extração de petróleo e gás natural), Brasil Foods (produtos alimentícios), a maioria com grande parte dos seus ativos externos localizados na América Latina. Essas empresas atuavam direta ou indiretamente em setores e em projetos regionais estratégicos⁴⁸(VALDÉZ, 2011). Poderíamos considerar positivo sob a ótica do suposto desenvolvimento econômico do país, não fosse o outro levantamento apontado pelo autor sobre as doações de campanha para o PT de algumas dessas empresas e de construtoras que se beneficiaram indiretamente de financiamentos do Banco.

Conclui-se que houve um grande aporte financeiro brasileiro para o desenvolvimento de atividades econômicas na região com o incentivo às exportações brasileiras, à instalação de empresas brasileiras e à reestruturação logística do continente, que sinalizou a forte relação

de Fomento (CAF) e o Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata também financiaram o projeto. Observa-se que o Brasil tem participação em todos esses fundos.

⁴⁷ Por meio da subsidiária BNDESPAR, em alguns casos o banco adquire participação acionária, como forma de garantia, de empresas que buscam os recursos de aquisição de grandes concorrentes internacionais ou de ampliação de suas atividades no Brasil ou no exterior

⁴⁸ Ver a Política Nacional de Defesa (2005), disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm

do Estado⁴⁹ e da PEB com o empresariado nacional e dessa sobre o processo de integração regional. A mesma lógica se aplica à aproximação com o continente Africano.

Também destacamos que além do acesso a mercados e das exploração de vantagens logísticas, o acesso (e controle) aos recursos naturais e a exploração do potencial energético da América do Sul e da África são fatores decisivos na estratégia de integração regional e na internacionalização das empresas⁵⁰.

Quando se trata de projetos de integração regional, esse é um tema que gera conflitos entre os Estados, já que reconhecem suas fortalezas naturais e o interesse dos outros países na exploração e no controle desses recursos, além dos impactos ambientais e sociais que podem gerar. O Conselho Sul-Americano de Defesa, proposto por Lula, foi criado para apaziguar conflitos e “inibir a cobiça extrarregional” (GARCIA, 2013). Luce (2007) ressalta que prosseguem os “litígios com os vizinhos”, contradizendo as narrativas de campanha sobre a integração solidária e reconhecimento dos desequilíbrios regionais.

A mesma lógica é aplicada às iniciativas de integração com o continente Africano. A ressalva, por óbvio, se dá por questões geográficas que influenciam as estratégias geopolíticas. As semelhanças históricas e culturais estiveram presentes nos discursos de aproximação e, ainda, o apoio da opinião pública do Brasil que tem mais da metade da população afrodescendente. Os programas brasileiros de erradicação da pobreza, de combate à desigualdade racial e de inclusão social também repercutiram nas intenções com a África (Visentini, 2010).

A África é considerada uma região estratégica para a PEB, conforme descrito no Plano Nacional de Defesa (2005), na qual o Brasil deveria assumir uma liderança e aproximação diplomática, econômica e militar. Isso fica mais evidente ao citar os mecanismos regionais em andamento estabelecidos entre o Brasil e a região: a CPLP

⁴⁹ Valdéz (2011) denominou de Estado logístico.

⁵⁰ Luce (2007) se debruça na teoria sobre a renda da terra, de Marx, na qual a exploração de recursos naturais adjacentes é uma forma de reduzir custos e obter lucros superiores para aumentar a capacidade competitiva. Ele aponta que as maiores empresas exportadoras de capital brasileiro concentram-se em atividades intensivas em recursos naturais - ramo do agronegócio, setor de mineração, setor de energia e setor siderúrgico - e que a vantagem competitiva gerada pela renda diferencial dessa exploração pode explicar a internacionalização dessas empresas.

(Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), IBAS (Diálogo Índia Brasil e África do Sul), ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul) e ASA (cúpula América do Sul – África). Destaca-se que, em relação à integração física do Brasil com a África, o Atlântico Sul é uma importante rota comercial, sendo do interesse do Brasil a proteção e a construção de políticas de defesa dos países limítrofes da África.

Um fator de aproximação com a África se dá pelas afinidades culturais e laços históricos (AMORIM, 2007) e pela língua, essencial para o início de uma criação identitária e em outros setores estratégicos. Alguns países do continente foram colônias portuguesas, chamada de África Lusófona formada pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) — Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial - e que compõe a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) - uma organização internacional formada pelos PALOP, Brasil, Portugal e Timor Leste (Ásia).

O Estatuto da CPLP estabelece como objetivos (i) a concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fóruns internacionais; (ii) a cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico; (iii) a materialização dos projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

Para além dos valores culturais, a língua é um importante instrumento de comunicação. Macau, que também foi colônia de Portugal, mesmo sem pertencer à CPLP é um importante elo de cooperação entre a China e os países da comunidade lusófona devido à comunicação em português. Em 2003, foi realizada a primeira reunião do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, também chamado de “Fórum Macau”, que se consolidou como um mecanismo multilateral e intergovernamental com um fundo de cooperação e desenvolvimento económico e comercial, mas também em educação e cultura, mostrando que a CPLP é um canal adicional das relações entre o Brasil e a China⁵¹.

⁵¹ Ver [BRICS Policy Center](https://bricspolicycenter.org/) (s.d): Fórum de Cooperação Económica e Comercial China- Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau) . Disponível em <<https://bricspolicycenter.org/forum-para-a-cooperacao-economica-e-comercial-entre-china-e-paises-de-lingua-portuguesa-forum-de-macau/>>

A língua também abriu portas para questões diplomáticas, para instalação de empresas brasileiras (especialmente construtoras) e de cooperações sul-sul que se manifestaram, não só, mas com intensidade em Angola e Moçambique, conforme palavras de Celso Amorim:

[...]desenvolveremos, inclusive por meio de parcerias com outros países e organizações, maior cooperação com os países africanos. Angola e Moçambique, que passaram por prolongados conflitos internos, receberão atenção especial. Valorizaremos a cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (SILVA et.al., 2003, s.p.)

Fazendo a articulação entre a análise de Botto (2015) sobre a integração regional latino-americana e os estudos de Miyamoto (2009) sobre a PEB e a comunidade lusófona, a atuação do Brasil na CPLP se dá, de um lado, como uma plataforma para a política externa brasileira visando maximizar sua ação em relação a outros países que fazem parte da comunidade, representando-se como um país com maior projeção e qualificação internacional, que se construiu principalmente em torno da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento dos PALOPS, que representavam atividade de cooperação humanitária, cooperação técnica, científica e tecnológica e exportação de boas práticas de políticas públicas. Ainda, foi renegociada a dívida externa de alguns países africanos.

Por outro lado, a atuação conjunta do Brasil com a CPLP visa atender interesses globais que não seriam possíveis de se obter individualmente, onde podemos pensar em relação à cooperação estratégica com Portugal nesse arranjo, por exemplo. Miyamoto (2009) afirma que, não obstante às questões culturais e históricas que são estratégicas na cooperação com a CPLP, as verdadeiras forças motivadoras da atuação da política externa brasileira junto à comunidade se dá pela possibilidade de operar, direta ou indiretamente, em várias organizações internacionais que os países membros participam, ampliando seu espaço de atuação. Da mesma forma, a atenção do Brasil com a África dirige-se ao seu entorno estratégico e aos países que representam grandes mercado e fontes de recursos.

As agendas não comerciais com a África desenvolveram-se basicamente em torno da projeção do Brasil na África de 2003 a 2010 contou com 29 visitas presidenciais ao continente, nos quais foram firmados acordos comerciais e criadas organizações empresariais. Se destacam as relações políticas e comerciais na área energética e exportação de serviço

(especialmente de engenharia), que coincidem com as ações para a América Latina, conforme palavras de Garcia (2013, p.64) “ O BNDES apoia na África projetos de infraestrutura física e energética, em moldes semelhantes àqueles desenvolvidos na América Latina”.

Fiori(2013, p.45) acrescenta o apoio financeiro pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e BNDES às exportações brasileiras para a África resultou na instalação de diversas empresas brasileiras no continente, “explorando o setor de serviços, extração de recursos naturais e construção de grandes obras públicas em transporte, hidroelétricas e barragens”. Faltou agregar à política de apoio à internacionalização de empresas brasileiras, a sua contrapartida social e ambiental. Essa falta viria a ser compensada com os projetos das universidades de integração instituídas pelo governo brasileiro a partir de 2007.

No geral, foi essa a PEB que priorizou a cooperação Sul-Sul com América Latina e África. Além da evidência apontada por FIORI quando trata de “ocupação” "exploração" e “extração”, Milani(2016) chama a atenção para essa acentuada presença de cooperação brasileira nos países latino-americanos e africanos onde há investimento estatal e corporativo brasileiro, o que revela tensões público-privadas levando a questionamentos sobre a credibilidade política dos modelos econômicos promovidos pelas novas potências:

Os investimentos estrangeiros diretos do Brasil em mineração (Vale), infraestrutura e projetos de engenharia civil, como estradas, aeroportos, portos, metrô, energias, etc. (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, entre outras), prospecção de petróleo (Petrobras), e agronegócio, entre outros setores da economia, têm sido atores-chave das relações entre o Brasil e os países africanos e latino-americanos. Novos setores, como o de biocombustíveis (etanol e biodiesel), têm surgido nos últimos anos, aumentando essas tensões e provocando algumas contradições no discurso e na prática da CSS brasileira (MILANI et al., 2016, p.17)

Terminamos nossa análise sobre a relação de poder e a posição do país na construção do modelo de integração proposto pela PEB, no qual o Brasil age a partir de uma posição de liderança em mercados que assegurem privilégios para sua política econômica expansionista, ao mesmo tempo em que nega sua hegemonia “sob a fórmula de todos ganham” (LUCÉ, 2007, p. 104) e que Romero Wimer et. al. (2021) colocou como a

“incorporação das características políticas e sociais dominantes das sociedades imperialistas contemporâneas”.

Tomando o que se apresentou da política externa brasileira no governo Lula, vamos analisar a política de educação superior com ênfase na criação das universidades de integração, considerando ser esse nosso objeto de análise presumindo-as como instrumentos de cooperação educacional para responder a interesses econômicos e geopolíticos respaldados pela retórica da integração solidária nas relações com a América Latina e África. Tomamos para nossa pesquisa a necessidade de confrontar as facetas da política de integração nos aspectos de cooperação e de dominação (RIBEIRO, 2016; HELENO, 2014), hegemonia e contra-hegemonia, ou ainda, solidariedade e interesse (MILANI, 2018, LUCE, 2007). Da mesma forma, essa dialética se apresenta nas relações da educação superior .

3.1.2 Educação Superior como agenda da política externa brasileira

Como já assinalamos, a educação superior é pauta das agendas internacionais para o desenvolvimento econômico e social e, portanto, torna-se um fator estratégico nas políticas públicas e na cooperação internacional. Para nossa pesquisa é importante atentar ao fato da educação superior na PEB, já que as universidades de integração são iniciativas da política brasileira para região e não de uma política regional para a educação, sendo fundamental esse olhar de integração e cooperação a partir do Brasil.

A cooperação em educação é uma estratégia de política externa dos países que a ofertam como ferramenta para o crescimento econômico, com a incorporação de mão de obra qualificada nos espaços de produção e como apoio à transformação social na medida em que o conhecimento é produzido para melhoria da qualidade de vida das pessoas (MENEGHEL e AMARAL, 2016). Esses objetivos se confirmam pelo próprio MRE

A política externa para temas educacionais se orienta pela busca de resultados nas dimensões econômica, política e cultural. Por relacionar-se diretamente à **qualificação da mão-de-obra** de um país, a cooperação educacional contribui para o **desenvolvimento econômico**. Em um mundo globalizado, em que a capacidade de uma economia para atrair capitais, investimentos e tecnologias está condicionada ao nível educacional e à

qualificação de seus recursos humanos, iniciativas de cooperação educacional objetivam a **inserção competitiva no mercado internacional**.

A cooperação em temas educacionais é um **instrumento político para promover a aproximação entre os Estados** por meio de suas sociedades (BRASIL, MRE, 2014, grifo nosso).

O Brasil há tempos possui programas de cooperação educacional, alguns já consolidados, próprios das políticas de relações internacionais do país. Um dos primeiros programas de internacionalização encampados pela PEB foi criado em 1965 no contexto da “ajuda” internacional do pós-guerra (MENEGHEL e AMARAL, 2016) - o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). Sua gestão era de competência do Ministério das Relações Exteriores, mas atualmente é compartilhada com o Ministério da Educação (MEC). Trata-se de uma política de mobilidade, voltada a estudantes estrangeiros de países que mantenham acordo educacional com o Brasil para oferecer a oportunidade de realizar seus estudos de graduação ou pós-graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, públicas ou privadas, e que sejam conveniadas ao programa (BRASIL, MRE, s/d). Destaca-se que em princípio é um programa de vagas, não de bolsas, mas vincula outros programas de outras pastas, como MEC, ou de outros países que financiam bolsas para esse fim.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) a educação diversifica os temas das relações internacionais e está “fortemente ligada ao desenvolvimento econômico e social, à cooperação internacional e à promoção da convivência cultural das sociedades”, sendo considerada uma agenda positiva⁵² da política externa agindo em três eixos - econômico, política e cultural

Economicamente, a educação, ao relacionar-se diretamente à qualificação da mão-de-obra de um país, interfere no desenvolvimento econômico. No cenário de globalização, a habilidade de uma economia em atrair capitais, investimentos e tecnologias, inserindo-se de forma competitiva no mercado internacional, está condicionada ao nível educacional e à qualificação dos seus recursos humanos. A cooperação é uma modalidade de relacionamento que busca construir essas capacidades. Politicamente, a cooperação educacional representa parte de uma agenda positiva da política externa, ao promover a aproximação entre os Estados por meio de seus nacionais. A

⁵² Uma agenda positiva implica em ações de benefício mútuo para os países. Perrotta (2016) também usa o termo ao tratar da internacionalização da educação superior em políticas regionais. Nossa crítica em relação a isso é que os benefícios mútuos se apresentam de maneira desigual e a cooperação prestada está investida de condicionantes.

visão do Brasil como um país que age com base em princípios de solidariedade e respeito favorece a formação de um pensamento positivo, tudo isso no âmbito da crescente cooperação entre países em desenvolvimento. Culturalmente, a convivência, o aprendizado do idioma e a troca de experiências contribui para o estreitamento de laços entre as sociedades. Com isso, tem-se a formação de uma cultura de integração, de conhecimento mútuo das realidades de outros países, em meio a uma forte significação humanista. Como resultado, aumenta-se a compreensão mútua e a tolerância (BRASIL, s.d, MRE⁵³, grifo nosso)

Os eixos apresentados, apesar de se referirem a educação em geral, são claramente convergentes com as diretrizes das agendas internacionais para a educação superior. Essas dimensões - econômica, política e cultural - que buscaremos analisar nas universidades de integração do governo Lula, ampliando para a política de integração regional.

No mesmo tom, o MRE atribui o papel da educação na política externa como uma responsabilidade do Estado a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, mencionando Constituição Federal de 1988 e completa

Iniciativas brasileiras nessa área em parceria com outros países em desenvolvimento contribuem para projetar o Brasil como país cuja atuação internacional é solidária. Ademais, a convivência com outras culturas, o aprendizado de idiomas estrangeiros e a troca de experiências levam à formação de um ambiente de integração e conhecimento mútuo, propiciando maior compreensão, respeito à diversidade e tolerância (BRASIL, 2014a).

Portanto, o MRE concebe a educação é um instrumento político ligado ao desenvolvimento econômico e social, à cooperação internacional e à promoção da cultura e identidade dos países. Como elemento da PEB, a cooperação educacional representa um mecanismo de aproximação entre Estados podendo se configurar no aspecto cultural, político e econômico, ao mesmo tempo em que projeta o país no cenário mundial. Nora Krawczyk diz sobre as vantagens brasileiras em investir nessa política que

[para o Brasil]significa a oportunidade de produção científica compartilhada para o desenvolvimento regional; apoio político desses países nas organizações internacionais; e a possibilidade de atrair docentes e estudantes estrangeiros para conhecer a cultura, língua e a política do Brasil, criando

⁵³ Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEB.php>

vínculos que possam facilitar relações econômicas, políticas e culturais no futuro (KRAWCZYK, 2008).

No governo Lula, prioridades da PEB com a política de integração regional baseada nas relações sul-sul se encontraram com as políticas para a educação superior que se voltavam para a internacionalização. Como resultado, ampliaram-se as ações de cooperação no campo de educação, ciência e tecnologia, uma agenda que fortalecia o discurso da integração solidária e do desenvolvimento regional com justiça social e dignidade dos cidadãos⁵⁴ ao mesmo tempo em que aumentava sua manobra de atuação política e econômica para favorecer sua posição como liderança regional.

O Brasil como fornecedor de cooperação ganhou atenção e densidade material com a intensificação da cooperação Sul-Sul⁵⁵ e a ênfase na América Latina e a África (MILANI et. al, 2016; MILANI, 2018; LIMA et. al, 2021; MENEGHEL, AMARAL, 2015), o que inclusive aproximou o MEC e MRE. Paralelamente, o campo da educação superior se desenvolveu sob os interesses da PEB, correspondendo aos processos regionais de interesse brasileiro em andamento e em torno de um intenso processo de internacionalização do governo.

Na América Latina, os arranjos regionais que se configuraram nos anos de 1990 já incluíam outras áreas de política, como a educação superior, que se somaram à integração comercial, como já apresentamos o caso da CAN e do Mercosul. No caso, a partir da gestão do governo Lula, especialmente no segundo mandato, com a aproximação dos dois blocos e a consequente ampliação do Mercosul, o Setor Educacional do Mercosul se tornou um polo de articulação para a PEB. As estratégias da PEB se confirmam com a fala do presidente Lula

[o Mercosul] deve constituir-se em espaço de articulação de políticas industriais, agrícolas, de ciência e tecnologia, que assumam também uma

⁵⁴ Termos retirados do Consenso de Buenos Aires (2003).

⁵⁵ Essa estratégia faz parte do projeto político de inserção do Brasil como potência emergente, mas fazemos a crítica sobre a ideia que se transmite de que a cooperação sul-sul é construída apenas sob princípios de solidariedade, horizontalidade, respeito à soberania estatal, não uso de condicionalidades, compartilhamento de experiências e práticas de políticas públicas (MILANI et. al., 2016), quando na verdade inclui recompensas e condições e pode não significar o desenvolvimento a que se propõe. Outro fator apontado por Milani é que o debate sobre a cooperação sul-sul no mundo acadêmico é uma estratégia de politizar a produção do conhecimento desenvolvido a partir de novos polos de poder (MILANI, 2018).

dimensão social, e que garanta a livre circulação de pessoas. Devemos propiciar uma profunda integração de nossas universidades e instituições científicas e estimular contatos culturais entre nossos povos. Devemos perseguir a articulação de nossos sistemas produtivos (BRASIL, 2007, p. 64)

O discurso do presidente simboliza a centralidade da educação superior como parte da política de integração do Mercosul nas dimensões econômica, social, política e cultural. Nesse sentido, destacou-se a atuação do MEC na política externa implementando medidas de alcance internacional, a fim de atender as diretrizes ora estabelecidas pelo governo Lula (PINHEIRO E BESHARA, 2015, p. 199).

Corroborando com Akkari (2011) e Milani (2015) que apontam para o movimento da internacionalização de políticas educacionais no Brasil, as pesquisadoras França e Badin (2010) realizaram um levantamento do envolvimento dos órgãos do poder Executivo em questões internacionais durante a gestão do governo Lula e concluíram que o MEC apresenta alto grau de internacionalização, com mais de 80% de suas estruturas comprometidas com a agenda internacional e com a coordenação de atividades na área. Sobre isso, aventamos que, tradicionalmente, a cooperação educacional e os programas de internacionalização da educação superior eram administrados pelo Ministério das Relações Exteriores, passando posteriormente para uma administração compartilhada com o MEC.

A Assessoria Internacional do gabinete do Ministério da Educação publicou um relatório referente a todas as ações de cooperação externa no plano acadêmico realizadas no período de 2005 a 2007, que destaca o crescente interesse de países desenvolvidos e em desenvolvimento pelo Brasil e a necessidade de fortalecimento dos programas de internacionalização das instituições de educação superior, basicamente fazendo referência à mobilidade ativa e passiva⁵⁶. Houve um grande número de acordos de cooperação com países fronteiriços (Argentina, Bolívia, Paraguai, Guiana, Venezuela, Uruguai, Peru, Colômbia)⁵⁷

⁵⁶ Conceito utilizado por Lima e Contel (2011) referindo-se a internacionalização ativa à atração de estudantes sejam de graduação e pós-graduação, na qual a inserção internacional do setor educacional é influenciada pela implementação de políticas de Estado e da oferta de serviços educacionais no exterior, tanto presencial como a distância. A internacionalização passiva é definida por uma política de emissão de acadêmicos, normalmente Sul-Norte.

⁵⁷ Destacam-se as ações de cooperação bilateral em educação entre os países participantes do Mercosul em regiões de fronteira ao Brasil (BRASIL, 2008a): (i) Argentina: Assinatura do Protocolo para Promoção do Ensino de Espanhol e de Português como segundas línguas em novembro de 2005; criação do programa Escolas Bilíngues de Fronteira em 2005; Criação em julho de 2006 do Mecanismo Permanente Conjunto de temas

relacionados ao ensino e aprendizagem de português, desde à educação básica até a pós-graduação, envolvendo a criação de cursos de licenciatura e de mestrado em língua portuguesa.

Algumas agendas educacionais engajadas pelo Ministério da Educação para fomentar a internacionalização, demonstradas no relatório da Assessoria Internacional, foram estabelecidas com MERCOSUL, UNESCO, Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI), Organização dos Estados Americanos(OEA), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), mencionando o lançamento do Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul e o projeto da Universidade Latino-Americana (UNILA) e do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA). Ainda, no período de 2005 a 2007, houve a expansão da cooperação sul-sul com países da África, América Latina e Caribe, Oriente Médio e Ásia, com assinatura de acordos bilaterais de colaboração técnica, redes de pesquisa, educação à distância e difusão da língua portuguesa. Também menciona um memorando de entendimentos assinado com os Estados Unidos com ênfase na educação superior e profissional, pós-graduação e nas parcerias público privadas (BRASIL, 2008a).

Outras pautas da Assessoria Internacional do MEC são os rankings universitários que publicaram universidades brasileiras: o World University Ranking 2007 e o Institute of Higher Education da Shanghai Jiao Tong University, cujos indicadores se baseiam em número

Educacionais; assinatura do Protocolo de criação do Colégio Doutoral Argentino-Brasileiro, (ii) Bolívia: destaque para cooperação via PEC-G e PEC-PG; em dezembro de 2007, é assinado o Acordo de Cooperação em matéria de Educação Superior e o documento [Brasil-Bolívia: Avançando em Direção a uma Parceria Estratégica](#) que coloca a educação superior e as escolas bilingues em papel de destaque nos dois países (esse documento também traz as agendas de integração energética, defesa, e das ações da OTCA); (iii) Colômbia: Diversas Reuniões da Comissão de Vizinhança e Integração Brasil-Colômbia para cooperação universitária e bilinguismo; proposta do MEC de consórcio entre universidades para atender áreas de interesse recíproco, como o ensino de línguas e estudos amazônicos; (iv) Paraguai: Assinatura do Programa de Trabalho e Programa Executivo Educacional para desenvolvimento de atividades no âmbito do SEM; envolvimento da Itaipu Binacional nos acordos de cooperação em educação superior, especialmente a partir de 2007 com a criação do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA) e do projeto da UNILA; cooperação no setor Educação Profissional e Tecnológica nos polos da UTFPR (antigo CEFET/PR); oferta de vagas de educação à distância (EAD) na Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Núcleo de Pesquisa em Tecnologias Educacionais do PTI; (v) Peru: Em 2006, é firmado em Brasília o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Educacional desde a educação básica à educação superior para formação de professores, intercâmbio acadêmico e EAD, (vi) Uruguai: agenda orientada pelo SEM; cooperação interuniversitária, especialmente com o Rio Grande do Sul, (vii) Venezuela: em 2007, Haddad apresentou os projetos do IMEA e da UNILA; propostas de cooperação científica e tecnológica em áreas e setores estratégicos para o desenvolvimento regional e bilinguismo; (viii) Guiana: em 2006, é proposto o projeto de abertura de escolas bilingues na região da ponte Ponte Binacional Franco-Brasileira que está sendo construída entre os dois países (a ponte foi finalizada apenas em 2011).

de citações, a relação entre instituição e alunos, a abertura para professores de renome internacional e estudantes internacionais.

Desde que assumiu, o ministro Fernando Haddad⁵⁸ se mostrou entusiasmado com a política de governo voltada para a integração regional⁵⁹. Em julho de 2006, o ministro brasileiro e o ministro da Educação, Ciência e Tecnologia da Argentina, Daniel Filmus assinaram Protocolo para criação do Mecanismo Permanente Conjunto em Temas Educacionais em cumprimento a recomendação emanada da Reunião Presidencial entre os Presidentes Lula e Néstor Kirchner (BRASIL, 2008a).

O segundo semestre de 2006 coincidiu com a presidência pro tempore do Brasil no Mercosul. Na ocasião do protocolo de temas educacionais, o ministro da educação, Fernando Haddad, discutiu um projeto de universidade do Mercosul, pública, com cursos voltados à integração regional, e que pudesse reconhecer os diplomas de todas as instituições dos países do bloco. Em um primeiro momento, a ideia era integrar uma rede de universidades brasileiras e argentinas nas faixas de fronteira entre os dois países e depois se expandiria para Uruguai, Paraguai e associados (BRASIL/MEC/Assessoria de Comunicação, 2006).

Esse projeto de integração no plano educacional reverberou na política de expansão e interiorização das universidades brasileiras pelo REUNI e no período de 2007 a 2010 foram encaminhados projetos de uma restrita lista de universidades temáticas criadas com um viés integracionista, voltadas tanto para a interiorização da educação superior nacional, quanto para o intercâmbio com regiões prioritárias da PEB, que denominamos de universidades de integração: a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Federal do Oeste do Pará, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dessa forma, presumimos que essas IFES objetivavam mais do que a ampliação do acesso à educação superior pela população brasileira com faixa etária entre 18 e 24, conforme definido na política de educação que detalharemos a seguir. Sob a premissa da expansão do

⁵⁸ Fernando Haddad era secretário-executivo do MEC e assumiu o Ministério da Educação na metade de 2005, indicado por Tarso Genro que havia deixado a gestão do MEC para assumir como líder do PT (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/haddad-fernando>)

⁵⁹ Ver notícia “A integração regional será pela educação”, Jornal O Globo (2005). Acesso em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/395460/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>>

acesso, do desenvolvimento e da cooperação solidária, elas foram ferramentas para afirmar sua presença política, diplomática e econômica em regiões de interesse nacional ambicionando seu reconhecimento e protagonista no cenário mundial. Para analisar essa situação vamos descrever a política de educação universitária e associá-la ao contexto da PEB.

3.2 A política educacional universitária

Quando o governo Lula assumiu a presidência, estavam vigentes a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001), este com vigência de 10 anos. A Lei de Bases e Diretrizes da Educação (LDB)⁶⁰, em vigor desde 1996 no governo FHC (1995-2002), definiu os tipos e a organização das instituições de nível superior e flexibilizou a sua oferta para o setor privado. Já o Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência de 2001 a 2011, propunha como meta a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década. A ampliação do acesso se daria pelo setor público ou privado em regiões menos desenvolvidas⁶¹.

Em seu plano de governo estava prevista uma ampla reforma na educação para atender as metas que não haviam sido contempladas pelo governo anterior. No seu Programa de Governo 2003-2006, constava que a educação promove a cidadania e, *“sobretudo nos dias de hoje, instrumento fundamental para o desenvolvimento e a inserção competitiva de qualquer nação no mundo”*(PROGRAMA DE GOVERNO..., 2002; s/d, p. 44). Nesse momento, já é inserido o contexto da educação mundial. Havia um proposta exclusiva para a educação, o projeto *“Uma Escola do Tamanho do Brasil”*, coordenado por Antonio Palocci Filho, no qual expressa a prioridade de políticas públicas na área da educação

A educação superior é reconhecida por seu valor na formação acadêmica e ética de recursos humanos, nas atividades de pesquisa científica e tecnológica e no desenvolvimento cultural, econômico e social. As fortes demandas

⁶⁰ A LDB possibilitou um novo ordenamento jurídico para a educação superior, conforme destacado por Veloso e Maciel (2015) como o desenvolvimento de instituições de ensino superior públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização (art. 45 da LDB); a distinção entre as IES privadas sem fins lucrativos e com fins lucrativos (Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997); a diversificação das IES, ao redefinir sua organização acadêmica para universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores (art. 4º do Decreto nº 2.306, de 9 de agosto de 1997).

⁶¹ Plano Nacional e Educação 2001, Item 4.3 *Objetivos e Metas: 3. Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País*

populares por acesso à educação superior situam-na hoje no horizonte dos direitos sociais básicos. As universidades públicas e os institutos de pesquisa – na qualidade de instituições complexas, que detêm a síntese da capacidade intelectual, científica e cultural – devem ser valorizados e integrados ao processo de desenvolvimento nacional, considerando sua importância na recuperação da capacidade de produção própria de ciência e tecnologia e seu papel crítico diante da sociedade. (PROGRAMA DE GOVERNO..., 2002, p. 4)

O documento apontava para o aumento da demanda por educação superior e fazia uma comparação entre IES privada e públicas, que apontava um crescimento das IES privadas e do nº de matrículas no sistema particular, dados que iriam sustentar o alcance meta do PNE de oferta de vagas no ensino superior para 30% da população com faixa etária entre 18 e 24 anos. Além disso, propunha substituir sistema de crédito educativo vigente (FIES) e ampliar a oferta de ensino público universitário a proporção de no mínimo 40% do total de vagas, prevendo a criação de novos estabelecimentos de educação superior.

De maneira geral, a meta era a expansão do acesso à educação superior que, ao longo de sua gestão, se deu por diferentes estratégias.

A primeira gestão foi um período de construção da reforma da educação superior. Foram várias consultas à especialistas na área a fim de solidificar a proposta de reforma, com pouquíssimos avanços em relação à sua regulamentação: um anteprojeto de Lei da Reforma Universitária. O Programa Expansão, iniciado em 2003, nunca tomou forma de projeto, tendo sido mencionado como programa de governo apenas em 2006, no documento “Expansão das Universidades Federais: o sonho se torna realidade!”. Por esse “programa” foram criadas 10 novas universidades federais e 49 novos campi universitários. Em 2004, foi criado o Programa Universidade para Todos (Prouni), pela Lei nº 11.096/2005. Aprofundaremos adiante esse processo.

O Plano de Governo de 2007 a 2010 começa com a frase “O nome do meu segundo mandato será desenvolvimento. Desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade.” (Programa de Governo 2007-2010, s/d, p. 3). A proposta para a educação superior é de uma universidade reformada, expandida e de qualidade superior para garantir a inclusão econômica, social e política da população. De fato, em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) nos “moldes das experiências internacionais” e junto,

especificamente para a educação superior, é publicado o Decreto nº 6.096/2007 que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Apresentamos um breve resumo da política de educação superior do período de 2003 a 2010, pois não há muitos registros oficiais dos programas que compuseram essa política e estes também apresentam diferentes nomenclaturas.

Iremos agora detalhar como se construiu a reforma universitária até chegar no projeto das universidades de integração, sob a ótica de internacionalização dessa política educacional nacional, ou seja, baseada nas recomendações de organizações e de modelos internacionais e dos interesses de projeção internacional que vão além da função primária de ensino-pesquisa-extensão das universidades sob o discurso da solidariedade.

3.2.1 A Reforma Universitária

A política educacional do governo Lula baseou-se na reestruturação, expansão e interiorização da oferta da Educação Superior no país. A reforma universitária é vista como algo positivo e é colocada como prioridade para o desenvolvimento do país - a perspectiva do conhecimento científico e tecnológico; a formação de recursos humanos qualificados; e o fortalecimento da cidadania e da cultura. E, ainda, o movimento de expansão se articulava ao grande projeto brasileiro de inserção mundial

O reconhecimento do papel da universidade como um instrumento de transformação social, desenvolvimento sustentável e inserção do país, de forma competente, no cenário internacional, mobilizou os movimentos reivindicatórios de expansão da educação superior pública e gratuita. (BRASIL, 2012, p. 9)

Entre 2003 e 2010 foram criadas 14 universidades. A criação destas IFES foi parte do projeto para a interiorização do ensino superior público e a integração com os países da América do Sul, Caribe, e países lusófonos, em especial os africanos (BRASIL, 2012).

O período de 2003 a 2006 foi uma etapa de construção da reforma universitária. Foram promovidos eventos para debate da reforma e consultas à especialistas de organizações nacionais e internacionais. Destacamos, em 2003, a realização de dois eventos promovidos

pelo governo brasileiro: “Seminário Internacional Universidade XXI” e o “Seminário Universidade: Por que e como Reformar?”, além do evento internacional “Conferência Mundial para a Educação Superior Paris +5”, realizado em 2003, em que o então Ministro da Educação do Brasil, Cristóvão Buarque, abriu a Reunião de Parceiros da Educação Superior e que resultou no relatório de trabalho “Educação Superior: Reforma, Mudança e Internacionalização” (UNESCO, 2003).

Este estabeleceu recomendações para as agendas de educação superior em todo o mundo: a inclusão social como nova missão da universidade e à internacionalização como fator indispensável (co-participação) no conhecimento e na cooperação internacional baseada na solidariedade, reconhecendo a necessidade de boas práticas devido à prevalência da internacionalização da educação superior como instrumento catalisador das atividades econômicas.

Em agosto de 2003, no “Seminário Universidade: Por que e como Reformar?” de promoção conjunta da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), da Comissão de Educação do Senado Federal e da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados e com o apoio da UNESCO, contou com a contribuição de diversos especialistas que debateram sobre quatro eixos: Sociedade, Universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social; Universidade e Desenvolvimento: globalização excludente e projeto nacional; Universidade e Valores Republicanos: conhecimento para a emancipação, igualdade de condições e inclusão social; e Universidade Século XXI, resgate do futuro, estrutura e ordenação do sistema: a tensão entre o público e o privado. Na abertura do evento, destacamos a fala do ministro da educação⁶² que indicou para a dimensão internacional da reforma

Hoje, a universidade brasileira não pode ignorar o fato de fazer parte de um projeto global. O saber universitário, hoje em dia, já não cabe dentro das fronteiras de país algum. E a universidade brasileira tem de fazer parte do saber internacional, tanto em termos de suas qualidades quanto de seus temas (UNESCO, 2003, p. 61)

⁶² Apresentação do Ministro da Educação, Cristovam Buarque, na abertura da Reunião de Parceiros da Educação Superior da Conferência Mundial para a Educação Superior Paris +5, em junho de 2003.

A sociedade do conhecimento, a qualificação de recursos humanos e o desenvolvimento científico-tecnológico também se destacaram como eixos importantes para a reforma, conforme apontou o Secretário de Educação Superior (SESu/MEC), Carlos Roberto Antunes dos Santos

Nesta Sociedade do Conhecimento, o conhecimento é a grande moeda de troca. Investir hoje em educação e na produção do conhecimento significa investir na soberania e no desenvolvimento do país. Hoje, indiscutivelmente, o conhecimento em ciência e tecnologia constitui o principal fator de agregação de valor ao desenvolvimento (UNESCO, 2003, p.9).

Em setembro de 2003, foi apresentado ao legislativo federal um diagnóstico sobre reforma universitária, num documento intitulado “Reforma da Educação Superior Brasileira”, que aparece como vinculado a um programa denominado “PROGRAMA UNIVERSIDADE XXI”. O relatório foi elaborado pela ORUS *International*⁶³, uma ONG de origem francesa contratada pela SESU/MEC, para realizar um diagnóstico do ensino superior brasileiro no qual aponta que há dois tipos de reforma necessários. Uma é a da universidade federal e a outra é a das relações do sistema de educação superior: o público e o privado. Ao mesmo tempo, outro estudo encomendado pelo MEC ao observatório, denominado “Reforma universitária e ensino superior no País: o debate recente na comunidade acadêmica” que constou de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema da reforma universitária no país. O relatório termina com “ensino superior não é sinônimo de universidade”, referindo-se à diversidade de IES e às condições entre público e privado que privilegiam centros universitários e faculdades isoladas enquanto limitam a autonomia de universidades públicas.

Ambos os relatórios produzidos serviram de subsídio para o “Seminário Internacional Universidade XXI”, realizado em novembro do mesmo ano pelo MEC com o apoio da UNESCO, do BM e do ORUS *International*, no qual foram problematizados a massificação do ensino superior e excelência acadêmica; participação social e mérito acadêmico; educação pública e educação privada; investimento público no ensino fundamental e no ensino

⁶³ No início do relatório de diagnóstico, a ORUS *International* se apresenta como um Observatório Internacional de Reformas do Ensino Superior que “reúne iniciativas de reformas universitárias (experiências, estratégias, propostas) procedidas com grupos constituídos em observatórios locais (Orus nacionais/regionais), sob impulso do observatório internacional. O local abarca(in)formação científica via programas especiais. Requer diálogo transdisciplinar de pesquisadores, professores, atores sociais e atores políticos. Cabe-lhe acompanhar internacionalmente reformas universitárias em perspectiva transdisciplinar e complexa da organização e da produção de conhecimentos”

superior; autonomia e avaliação Externa; e políticas nacionais para a educação superior e internacionalização dos sistemas educacionais. No seminário foram apresentadas como proposta a criação de uma “Universidade Mundial” e da “Universidade da América do Sul”.

Estes estudos preliminares serviram de referência para o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) e tiveram um papel decisivo na elaboração das diretrizes da reforma universitária no Governo Lula (OTRANTO, 2006).

O GTI foi criado pelo Decreto s/nº, de 20 de outubro de 2003⁶⁴, composto por membros da Casa Civil, da Secretária-geral da Presidência da República e dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Planejamento, da Fazenda e da Educação com a missão de apresentar um plano de ação para adequação da legislação relativa às IFES, inclusive no que diz respeito às suas respectivas estruturas regimentais, eficácia da gestão, os aspectos organizacionais, administrativos e operacionais, a melhoria da qualidade dos serviços e instrumentos de avaliação de desempenho.

O resultado foi o documento “Bases de enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira”, que foi o precursor de todos os dispositivos legais da reforma e a partir da qual iniciou-se uma grande expansão do ensino superior no Brasil. O documento apontou que “as universidades governamentais sofreram conseqüências da crise fiscal do Estado que incidem sobre seus recursos humanos, de manutenção e de investimento” que ameaça também as instituições particulares “pelo risco de uma inadimplência generalizada do alunado e de uma crescente desconfiança em relação a seus diplomas” e aponta que a solução se constitui em um programa emergencial ao ensino público e uma reforma universitária mais profunda que contaria com consultas à comunidade acadêmica e sociedade. Para possibilitar a meta de ampliação em 40% das vagas em universidades públicas, seria necessário reformular os custos que sustentassem a expansão (inclusive com contribuição voluntária e não-voluntária de egressos, criação de fundo empresarial para o ensino superior), reposição do quadro de professores e técnicos e autonomia e fundação de apoio captar e administrar recursos, definir

⁶⁴ Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 21/10/2003, Página 3 (Publicação Original). Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/2003/decreto-52428-20-outubro-2003-603937-publicacaoorigin al-124832-pe.html>

prioridades e estruturas de gastos e planejamento. Propõe também um Pacto de Educação para o Desenvolvimento Inclusivo previa a oferta de vagas gratuitas em áreas estratégicas identificadas como lacunas de pessoal qualificado prevendo fluxo adicional de recurso federal para instituições que aderissem ao pacto (públicas e privadas) e a criação e desenvolvimento de redes de ensino superior a distância, com a meta de em 2007 ter até 500 mil alunos cursando essa modalidade.

Leher (2005) e Otranto (2006) chama a atenção para a correlação da proposta do GTI com as orientações da organizações internacionais, como BM, OMC e a recém mencionada ORUS International, que direcionaram medidas legais como PROUNI, o SINAES, a Lei de Inovação Tecnológica, entre outros. Além dos documentos oficiais, outros varios autores pesquisam sobre a presença de atores estrangeiros e dos organismos internacionais que marcam a reforma universitária no governo Lula (MOROSINI, 2020; SOUZA DE LIMA, 2005,2011; OTRANTO 2006; LEHER, 2005) e isso tem importância na medida em que as políticas educacionais se constroem com base em fatores exógenos.

Desde o início do governo Lula foram apresentadas 3 propostas de projetos de Lei para a Reforma Universitária. A primeira no ano seguinte aos trabalhos do GTI, em 2004. Em 2005, o então Ministro da Educação Tarso Genro propõe um anteprojeto de lei da reforma com base nesses trabalhos, mas que não foi apreciado no legislativo. Em 2006, Fernando Haddad, como ministro da educação, submete o projeto de Lei de Reforma Universitária⁶⁵ (PL 7200/2006) que não chegou a ser publicada.

Em 2004, a primeira medida regulamentada por lei (Lei 10861/2004) foi a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que substituiu o “provão⁶⁶”, e tinha por objetivo a avaliação das IES, dos cursos e dos estudantes. O SINAES, que em principio foi proposto com um caráter formativo, foi visto como mais como uma forma de controle do Estado que ocupava os espaços da autonomia universitária (MANCEBO, 2007; OTRANTO, 2006).

⁶⁵ Exposição de Motivos Nº 015 /MEC/MF/MP/MCT. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0g9h86uqfolce1rkfuzvwmfrpy381293.node0?codteor=402692&filename=PL+7200/2006

⁶⁶ O MEC instituiu, por meio da Portaria n.º 249/1996, o Exame Nacional de Cursos (ENC), comumente chamado de Provão, com foco na avaliação dos cursos pelos resultados de desempenho dos estudantes.

No mesmo ano entra em vigor a Lei de Inovação Tecnológica (Lei 10.973/2004), discutida mais no âmbito do MCTI do que do MEC que estabelece *in verbis* “medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País”. Se trata de um estímulo para agências de fomento público e privado a investirem em atividade Científica, Tecnológica e de Inovação. Ao mesmo tempo, essa regulamentação pode representar riscos para a Instituições públicas de ensino e pesquisa, pois o conhecimento, os recursos humanos e os laboratórios e outras infra-estruturas públicas são compartilhadas e disponibilizados para essas empresas, que potencializam seu capital, em troca de financiamento (MANCEBO, 2007; Romero Wimer et. al, 2021).

Enquanto não havia um consenso para dar o encaminhamento aos Projetos de Lei da reforma universitária, essas e outras medidas para a educação superior foram sendo regulamentadas paulatinamente. Na próxima sessão vamos aprofundar como se deu a política de expansão do período de 2003 a 2010, configurando-a em 3 objetivos-chave interdependentes - expandir, reestruturar e integrar - que marcam a política de educação e que dividiremos da seguinte forma: Primeira Etapa - Programa Expansão (2003-2006); Segunda Etapa: REUNI (2007-2008); Terceira Etapa: Expansão pela integração regional (2008 -2010).

3.2.2 A Política de Expansão da Educação Superior

3.2.2.1 Primeira Etapa - Programa Expansão (2003-2006)

Em 2003, é iniciado o Programa Expansão⁶⁷ das IFES pelo MEC finalidade do Projeto é retomar o crescimento do ensino superior público, através da criação de novas universidades federais e campi universitários e ampliar o número de vagas na educação superior, interiorizar a educação pública e gratuita e combater as desigualdades regionais.

Durante o processo de implementação dessa primeira fase, o programa não foi regulamentado⁶⁸ como em outros programas do governo federal para liberação de recursos para os projetos. A proposta de expansão com interiorização consistia na criação de novas universidades, na transformação de faculdades e centros tecnológicos em Universidades, no desmembramento de uma Universidade em duas e na construção e consolidação de novos campi.

A interiorização significava uma estratégia geopolítica no processo de criação das universidades federais, considerando que essas instituições são instaladas em cidades do

⁶⁷ Algumas publicações de dissertações e teses trazem nas referências bibliográfica “BRASIL. **Programa de expansão da educação superior pública: 2003-2006.** Brasília/DF, 2003” e o mesmo programa às vezes aparece como **Programa de Expansão da Educação Superior Pública/EXPANDIR (2003-2006)**. No Relatório de Acompanhamento do Primeiro Ano do REUNI publicado pelo MEC aparece como Programa de Expansão fase 1 das Universidades Federais, que contemplaria o período de 2003 a 2008, e o Programa REUNI, que contemplaria o período de 2008 a 2012; No Relatório Anual de Avaliação do Programas do MEC, publicado em 2009, aparece o nome do programa “Brasil Universitário”, que refere-se à execução financeira do programa de expansão. Este relatório divide o programa de expansão em Primeiro, segundo e terceiro Ciclo de Expansão. O Programa EXPANDIR indica ser análogo ao Programa Expansão, fazendo referência a Programa de Expansão da Educação Superior Pública/EXPANDIR (2003-2006). A Assessoria de Comunicação Social do MEC utiliza esse termo, a exemplo da notícia “[Programa Expandir chega ao município de Volta Redonda](#)” e há menção no material de divulgação produzido pelo MEC em 2005 denominado “Universidade: Expandir até ficar do tamanho do Brasil”, mas este não menciona nenhum programa. Mas como não encontramos o documento base do programa (publicado a princípio em 2003), dividimos nossa análise em Primeira Etapa - Programa Expansão (2003-2006); Segunda Etapa: Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) - a partir de 2007; e Terceira Etapa - Expansão via integração regional internacional. Nos baseamos na cronologia dos acontecimento, nos limitando ao período de 2003-2010, e no varios relatórios que foram sendo publicados pelo governo depois de ter iniciado o processo de expansão, sendo possível encontrar diferentes denominações do programa de expansão, bem como das suas etapas.

⁶⁸ Na nossa pesquisa não localizamos o documento que institucionaliza o Programa Expansão, iniciado em 2003. Nossa fonte sobre o programa é o relatório “Expansão das Universidades Federais: o sonho se torna realidade”, o relatório de Auditoria da CGU, de 2006, que menciona que foi apresentado na tomada de contas o “Relatório executivo do programa de expansão das IFES”.

interior que possuem certo nível de articulação regional e consideradas polos de desenvolvimento regional (ALMEIDA, 2017).

Sobre isso, aponta o Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Educação (2005b):

[a Secretaria Executiva] promoveu, dada a prioridade presidencial conferida à Expansão do Ensino Superior, a articulação dos arranjos institucionais e a busca de recursos financeiros para a execução do plano coordenado pela Secretaria de Educação Superior - SESU. Neste caso a Secretaria Executiva tem analisado e encaminhado para os devidos estudos, as demandas de expansão da oferta de ensino superior público e gratuito de regiões empobrecidas. Essas regiões buscam, com a implantação de universidades, aporte para o desenvolvimento local e regional. Exemplo disso está sendo a criação da Universidade Federal do Pampa, na Metade Sul do Rio Grande do Sul, onde havia reivindicação antiga de acesso ao ensino superior público (BRASIL, 2005b)

A estratégia de expansão foi alinhada a outros programas, a exemplo do FIES, criado em 2001, e do PROUNI, em 2005. O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi instituído por Medida Provisória em 2004, regulamentada pelo Decreto n. 5.245/2004 e, em 2005, foi instituído pela Lei 10.096 com a finalidade do programa é conceder bolsa de estudos integrais ou parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior. O programa é uma política de ações afirmativas voltado para estudantes de baixa renda e de cotas étnico-raciais.

As IES privadas com ou sem fins lucrativos que aderiram ao programa obtinham isenção tributária, conforme disposto no Art. 8º da lei, em Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social. Silva (2014) indica que a elaboração do projeto de lei do PROUNI teve contribuições se empresários da educação, entre eles a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES⁶⁹), entidade que representa o ensino superior particular nacional. Os dados abertos do MEC demonstram mais de 100 mil bolsas concedidas por ano. Os estudantes que

⁶⁹ No site da ABMES a associação se define como “entidade que representa o ensino superior particular e atua junto ao governo e Congresso Nacional pelos interesses legítimos das instituições educacionais”. Disponível em <https://abmes.org.br/o-que-e-a-abmes>

recebem bolsa parcial do PROUNI, podem financiar 25% da mensalidade com recursos do FIES.

O Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES), criado em 2001 pela Lei 10.260, é um crédito estudantil para alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação em instituições privadas, similar ao sistema norte-americano. Até 2010, a Caixa Econômica Federal era o agente financeiro exclusivo do FIES, passando a incluir o Banco do Brasil. O relatório de Gestão do FIES aponta que fundo encerrou o exercício de 2005 com 396.108 estudantes beneficiados.

Apesar da democratização do acesso, ampliação do número de vagas, da interiorização e da inclusão de segmentos sociais com pouco ou nenhum acesso ao ensino universitário, o PROUNI e o FIES são alvos de diversas críticas, pois, na prática, as instituições privadas acabam sendo financiadas indiretamente com dinheiro público, além de terem vantagens fiscais para aderirem ao programa ao reservar vagas de inclusão social. Se constituiu numa política de incentivo ao setor privado. Segundo Sguissardi (2015), no Brasil as IES particulares representam 4/5 de todas as instituições que contam com 2/3 de todas as matrículas da educação superior de graduação no país. O autor refere-se à expansão privada a partir da LDB com a constituição de IES com fins lucrativos e, especialmente a partir de 2007, com a expansão e fusão de grupos educacionais

a abertura de capital e ingresso no mercado de ações de empresas educacionais e o implemento de programas como o Prouni e o Fies são formas de o Estado dinamizar as virtualidades do sistema de mercado em detrimento da concepção da educação superior como um direito ou serviço público (SGUISSARDI, 2015, p. 876).

Outra questão é que esses programas beneficiam qualquer IES que tenha avaliação positiva no MEC o que não significa que são instituições de qualidade. Enquanto de um lado pretende-se expandir a educação superior pública com todos os predicados e regulações que lhe são cabíveis, de outro lado permite-se uma expansão do sistema privado priorizando-se apenas o acesso ao cidadão vulnerável sem garantia de uma formação de qualidade.

Igualmente, como apontado por Sguissardi (2015) se fortalece a tendência de estudantes oriundos de famílias com renda de até 3 salários mínimos a buscarem

preferencialmente os cursos de baixa demanda (“pobres”), como História e Pedagogia, e não os cursos de alta demanda (“nobres”), como Medicina e Odontologia. E ainda, há novamente o estímulo a “bancarização” da população, como foi feito em outros programas de acesso ao crédito.

Mesmo reconhecendo os esforços para a expansão das vagas públicas no ensino superior, as medidas que vem acompanhando o processo de reforma universitária indicam para uma política compensatória que busca atenuar um problema de acesso, mas tem alcance limitado, pois não atuam sobre as causas da desigualdade social produtora da exclusão (SGUISSARDI, 2015).

Nessa primeira fase, o Programa Expansão encerra com: (i) a criação da Universidade Federal do ABC (ii) a transformação de faculdades e centros tecnológicos em Universidade - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA, Universidade Federal Tecnológica do Paraná – UFTPR, Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri – UFVJM, Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFRSA, Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL; (iii) Desmembramento de 1 Universidade em 2 - Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA - origem Universidade Federal de Santa Maria), Universidade Federal da Grande Dourados (origem Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB - origem Universidade federal da Bahia; (iv) consolidação de Universidade criada antes do Programa de Expansão - Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e Universidade Federal do Tocantins – UFT; (v) construção de 49 Novos Campi Universitários; (vi) fortalecimento de Universidades (já existentes) inseridas na Amazônia Legal - Universidade Federal de Roraima(UFRR), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) Universidade Federal Amapá (UNIFAP), Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Apesar de constar no relatório do MEC (2006) a implantação de 10 universidades no período de 2003-2006, a UFCSPA e a UNIPAMPA só foram instituídas por lei em 2008. Em 2006, tramitava no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7203/06 sobre a transformação da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre - FFFCMPA em Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – FUFCSA, assim como o

Projeto de Lei N° 7204/06 que tratava do desmembramento da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) para instituir a UNIPAMPA.

Destaca-se que a partir de 2006, algumas universidades começam o processo de reestruturação de seus formatos curriculares, sinalizando as mudanças preconizadas pela reforma universitária. A UFABC foi pioneira na implantação do modelo de formação em nível superior de até 03 anos chamado Bacharelado Interdisciplinar, explicado no site da universidade como “um programa de formação em nível superior em uma grande área, com uma forte fundamentação básica, para que o estudante possa seguir seus estudos na própria universidade, num curso de formação específica ou numa pós-graduação, e depois dessa etapa, continuar em um ambiente de trabalho”. Faz parte de um modelo de formação em ciclos inspirado no Processo de Bolonha e nos *colleges* estadunidenses, que, segundo a Secretaria de Educação Superior/MEC (2010b) é uma mudança necessária considerando a mudança do perfil do aluno o onde

o modelo tradicional de uma graduação longa, com itinerários de formação rigidamente pré-definidos, voltada para uma profissionalização precoce e dotada de uma estrutura curricular engessada começou a dar sinais de esgotamento progressivo (BRASIL, MEC, 2010b, p. 2).

Essa posição do MEC se referia ao modus operandi do próprio sistema de educação superior brasileiro, dando a entender que é deficiente. A recomendação de inovação para essa nova arquitetura acadêmica é reforçada com o REUNI.

3.2.2.2 Segunda Etapa: Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) - a partir de 2007

Logo que iniciou o segundo mandato, Lula anunciou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que englobava uma série de medidas para impulsionar setores estratégicos por meio da parceria entre o governo, empresas estatais e iniciativa privada (viabilizada pela lei de PPP). Grande parte do recurso de concentrou na área energética e na modernização e ampliação da infra-estrutura do país, mas tb com ampliação da cobertura geográfica para IIRSA (BRAGAIA, 2019).

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é lançado em abril de 2007 abrangia desde a educação básica à educação superior prevendo a organicidade no sistema nacional de educação. Especificamente para a educação superior, o plano instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por meio do Decreto 6096/2007. Esse programa se torna o marco legal da reforma universitária.

O REUNI⁷⁰ foi instituído em 2007 e teve duração até 2012. As diretrizes do programa seguiam a meta do PNE de provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década. Para isso, propunha às universidades federais a elaboração de projetos de reestruturação a fim de alcançarem a meta global do REUNI

o REUNI tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano (BRASIL/MEC, 2007c, p.4).

A contrapartida se daria com um aporte maior de recursos para as universidades que aderissem ao programa. Os planos de reestruturação aprovados teriam “exequibilidade financeira garantida pelo MEC a partir do ano de 2008, mediante termo de pactuação de metas a ser firmado entre o MEC e as universidades participantes” (BRASIL, 2007c,p. 6)

As diretrizes do REUNI se sustentavam na democratização e ampliação do acesso e permanência com ensino superior de qualidade, e orientavam para (i) a inovação pedagógica na formação superior (redesenho curricular, com flexibilização e a interdisciplinaridade, diversificando as modalidades de graduação e articulando-a com a pós-graduação); (ii) mobilidade estudantil nacional e internacional e internacionalização dos currículos; (iii) políticas de inclusão e assistência estudantil. Conforme o parecer nº 204, emitido em 2010 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), apenas o Programa REUNI envolveu cerca de R\$4,5 bilhões em recursos financeiros em reestruturação.

Siebiger (2018) defende que o REUNI é a expressão mais evidente da influência do Processo de Bolonha na educação brasileira e, de fato, já assinalamos essa ligação com os Bacharelados Interdisciplinares, modalidade que ganha até um manual de orientação

⁷⁰ [DECRETO Nº 6.096, de 24 de abril de 2007](#) - Institui o Programa de Apoio a Planos de reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

elaborado pela SESU/MEC em 2010. Ademais da reestruturação da arquitetura acadêmica, Siebiger associa as diretrizes do programa ao Manifesto da Universidade Nova, assinado por reitores de universidades federais em 2006, no qual transmitiram a preocupação da incompatibilidade do modelo brasileiro com modelos vigentes dos países desenvolvidos, situação que dificulta as ações de internacionalização.

O REUNI representou, de várias formas, a correspondência às agendas internacionais para a educação superior e a um sistema de acumulação flexível, seguindo os padrões de políticas neoliberais. O Conselho Nacional de Educação (2011) afirma sobre a reforma curricular preconizada pelo REUNI e, mais especificamente, sobre os Bacharelados Interdisciplinares que o modelo atende a formação de competências, habilidades e conhecimentos gerais proposta pela Organização Internacional do Trabalho, agência da ONU, ONU

Esse diploma não tem caráter profissional específico, mas (...) os egressos dessa categoria de cursos desenvolvem competências, habilidades e conhecimentos gerais necessários aos postos de trabalho que requerem educação superior em uma grande área do conhecimento, mas não formação profissional específica (BRASIL, 2011, p.3)

Ainda em 2007, outra medida de destaque se trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAEs, instituído em âmbito federal pela Portaria Normativa 39/2007, um marco na política de assistência por definir ações direcionadas às IFES. O programa, que só entrou em vigência em 2008, apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial, oferecendo assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. A participação no programa depende de critério de vulnerabilidade estabelecidos nos editais das universidades. Em 2010, passou a ser regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010. Porém, apesar de ser um marco na política de assistência por definir ações direcionadas às IFES, seu instrumento jurídico que não garante o pleno direito ao estudante, podendo ser revogado a qualquer tempo. Em 2008, também foram instituídas as Bolsas Reuni de Assistência ao Ensino, nas modalidades de mestrado e doutorado, sob responsabilidade da CAPES.

Nessa fase, marcada pelos anos de 2007 e 2008, podemos concluir que o REUNI voltou-se à reestruturação das universidades brasileiras. O Relatório do primeiro ano do REUNI, de 2008, registra que das 54 universidades federais existentes ao final de 2007, 53 aderiram ao programa. A única que não participou foi a UFABC que já foi criada com as inovações preconizadas pelo programa.

Segundo Tisher (2016), a expansão das universidades também previa como estratégia o desenvolvimento regional, com investimentos em mesorregiões diferenciadas, no semiárido nordestino, nas faixas de fronteira. Sendo confirmado com a declaração da SESU/MEC(2014) ao estabelecer os critérios para instalação de espaços universitários

Entre estes destaca a vocação da região e políticas públicas em desenvolvimento - arranjos produtivos locais; a promoção do desenvolvimento com redução das desigualdades regionais; a localização geográfica; a população da micro e mesorregião atendidas; os polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB); os indicadores de desenvolvimento econômico e social (taxas de evolução): IDH, IDEB; a taxa da oferta de vagas públicas e privadas na educação superior (estadual, federal e técnica) na microrregião e mesorregião; as áreas de formação prioritárias (formação de professores, saúde, tecnologias); o curso em área de conhecimento existente na universidade; o curso novo em área de conhecimento de ações prioritárias e a ampliação da oferta de educação superior pública no período noturno (BRASIL, SESU/MEC, 2014b, p.36).

Conforme descrito no parecer do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CES nº 204/2010), as etapas que compreenderam o programa de expansão:

1. Interiorização institucional, com a criação de novas IFES e novos campi e ampliação de vagas em cursos oferecidos por IFES já consolidadas, iniciado em 2003.
2. Implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), com o estímulo a reformulações pedagógicas e estruturais nos programas acadêmicos e mais um ciclo de expansão de vagas em cursos, a partir de 2007.
3. Criação de novas IFES destinadas à integração, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e a Universidade Federal de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) (BRASIL,2011, p. 15).

Cada uma das fases ou etapas ou ciclos priorizou uma estratégia da reforma, e a última da gestão do governo Lula foi de expandir os projetos universitários para além das fronteiras brasileiras. Assim, o MEC desenvolveu um processo de integração regional e

internacionalização da educação superior, por meio da criação de quatro universidades que integram as áreas fronteiriças da região Sul do Brasil, da Amazônia, os países da América Latina e os países falantes da língua portuguesa em outros continentes, como África e Ásia.

3.2.2.3 Terceira Etapa - Expansão via integração regional internacional

O que contextualiza esta etapa é, especialmente, a política de integração da PEB que se fortaleceu na educação superior. Desde o primeiro mandato de Lula, as políticas educativas de expansão já apontavam para sua articulação com a integração regional. Em 2005⁷¹, o recém nomeado Ministro da Educação, Fernando Haddad, publicou juntamente com o Ministro da Educação da Argentina, Daniel Filmus, um texto intitulado “A integração regional será pela educação” no qual manifestam convergência com o desenvolvimento das políticas educacionais entre esses dois países e coloca que “nas sociedades com economias intensivas em conhecimento, o investimento em educação produz ganhos de produtividade por meio da maior qualificação profissional” (BRASIL, 2005a, p. 7). É nesse contexto que surge o projeto da Universidade do Mercosul⁷² e da criação do Espaço de Educação Superior do Mercosul, provindo do governo brasileiro e a primeira tentativa de prover a educação superior como meio para a integração regional sulamericana.

⁷¹ Em 2005, Brasil e Argentina estabelecem um acordo de cooperação para desenvolvimento do projeto “Escolas Interculturais Bilingües de Fronteira” que tinha como objetivo o intercâmbio entre professores dos países do Mercosul, com foco na integração e na ampliação das oportunidades do aprendizado da segunda língua.

⁷² A ideia de Universidade do Mercosul se desenvolveu entre os anos de 2005 e 2007, idealizada, segundo Rosevics (2020), por Fernando Haddad (Ministro da Educação) e Alessandro Warley Candeadas - diplomata do Itamaraty e Assessor internacional do MEC no período mencionado. Ambos fortaleceram esse projeto com a intensa participação nas reuniões do SEM. Em julho de 2006, é cogitada pela primeira vez a criação dessa universidade multinacional no âmbito do Mercosul quando foi assinado o “Protocolo para criação do mecanismo permanente conjunto em temas educacionais” entre o Brasil e Argentina, já fortalecido pelo ARCU-SUL (“Acordo de Admissão de Títulos e Graus Acadêmicos para Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Parte do Mercosul). Em setembro de 2006, a proposta é apresentada pela primeira vez no “Seminário de Educação Superior e Integração Regional”, realizado com apoio da Itaipu Binacional em Foz do Iguaçu, onde o governo brasileiro propôs aos membros do MERCOSUL a criação de um espaço acadêmico multinacional com campi em cada país do bloco e bilingue. Em novembro de 2006, é realizado o Fórum de Educação Superior do MERCOSUL: Desafios e Expectativas, que reuniu representantes de universidades, associações e órgãos governamentais em Belo Horizonte, MG, Brasil, para debater os rumos da educação superior nos países do bloco. Ali, os ministros da Educação se comprometeram a elaborar um projeto que viabilizasse o Espaço Regional de Educação Superior do MERCOSUL (ERES), com objetivo de promover a cooperação acadêmica solidária entre os países da região. De acordo com Andrés (2010, p.32), os objetivos da ERES incluíam mobilidade acadêmica, compatibilidade de programas, reconhecimento de títulos e diplomas, qualidade. Mesmo com entusiasmo inicial dos representantes dos ministérios da educação dos países do bloco, a Universidade do MERCOSUL não foi adiante. O Brasil seguiu adiante com o projeto.

Como apontado pela assessoria de comunicação do MEC, em 2010

Por meio do programa de expansão da educação superior, 14 universidades federais foram criadas a partir de 2003. Dez delas voltadas para a interiorização do ensino superior público. As outras quatro, planejadas para a integração regional e internacional (BRASIL, 2010c.).

Conforme já apontado em outros documentos como Parecer CNE/CES nº 204/2010 (BRASIL, 2010) e o Relatório da Comissão de Análise da Expansão do Ensino Superior 2002-2012 (BRASIL, 2012), e conforme a nossa classificação proposta, a terceira etapa da política de expansão constituiu-se dentro de um projeto de reestruturação e expansão com ênfase na integração regional e internacional.

Concomitantemente ao período da interiorização e reestruturação, ocorreu a fase da integração regional e internacional com a criação de quatro universidades: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que integra os estados fronteiriços da região Sul do Brasil; Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), que é a universidade da integração amazônica; Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), voltada para todos os países da América Latina; e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), cujo objetivo é a aproximação entre os países falantes da língua portuguesa em outros continentes, como África e Ásia (BRASIL, 2012, p. 10)

Portanto, esta fase trata da criação dessas quatro universidades a partir de uma política educacional com dimensões internacionais como estratégia de integração. Esse último ciclo, que se deu no segundo mandato do presidente Lula, é fundamental para entender o comportamento do Estado ao adotar educação superior e sua internacionalização como PEB expandindo sua área de influência através de novas universidades⁷³, com características peculiares que aqui serão denominadas como universidades de integração. As universidades de integração brasileiras foram assim definidas, como já assinalamos, como as instituições criadas durante a fase da integração regional e internacional na terceira etapa da reforma

⁷³ A título de curiosidade, a Andifes criou a Comissão de Novas Universidades da Andifes para a elaboração de um documento que normatizasse critérios e parâmetros para criação de universidades e novos campi, bem como para a construção do Plano de Desenvolvimento das Novas Universidades (PDNU), com intuito de mostrar as peculiaridades dessas instituições localizadas nas regiões interioranas e fronteiriças. Porém não foi possível obter mais informações a respeito desse documento, já que o mesmo não está disponível para consulta

universitária do programa de expansão das universidades brasileiras⁷⁴, segundo os próprios gestores do Ministério da Educação (BRASIL, 2012)

⁷⁴ Essas universidades foram implantadas pelo programa, mas não foram beneficiadas com o Reuni, ou seja não receberam o aporte financeiro que as outras universidades já criadas receberam como contrapartida ao ingresso no programa.

CAPÍTULO 4

4. UNIVERSIDADES DE INTEGRAÇÃO DO BRASIL

No capítulo 3, discorremos sobre o entendimento de integração e cooperação e desses processos como estratégia de política externa. Então, inserimos o campo da educação superior como instrumento de cooperação e integração regional, o que pressupõe a sua internacionalização. Também apresentamos experiências nas quais universidades foram criadas em meio à processos de expansão e integração regional.

Vamos tratar das novas IES criados pelo Brasil no governo Lula. As universidades de integração⁷⁵ criadas durante a reforma universitária brasileira - UNILA, UFOPA, UFFS e UNILAB - foram modelos inovadores preconizados pelo REUNI, projetados com interfaces internacionais, e que fizeram parte política externa brasileira de integração regional, que por sua vez projetava nos espaços regionais sua plataforma para inserção internacional.

A política de expansão, interiorização e reestruturação do sistema de educação superior brasileiro correspondeu a atuação mais internacionalizada do governo brasileiro e, seguindo as diretrizes da política externa, tinha a vocação para a projeção brasileira no cenário mundial. Dessa forma, o MEC e o Itamaraty atuaram conjuntamente no sentido de materializar as diretrizes da política externa, período marcado pela diversificação e ampliação da agenda de cooperação internacional em educação superior, com ênfase (mas não somente) nos países do hemisfério sul.

Segundo a Assessoria Internacional do MEC (2008a), a expansão dos projetos de cooperação Sul-Sul foi responsável pela essa ampliação de atividades conjuntas desses dois ministérios, colocando essa coordenação político-geográfica como um “diferencial” na orientação da cooperação educacional do Brasil que

⁷⁵ A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), fruto da política de expansão das universidades federais, criada em 2005, também pode ser considerada uma universidade de integração ao analisarmos sua localização e seu funcionamento voltado à região fronteira. Romero Wimer et. al. (2021) aponta para sua vocação na cooperação internacional pela sua posição estratégica próxima às fronteiras com o Uruguai e Argentina. Não aprofundamos na criação da UNIPAMPA na nossa pesquisa apenas pelo fato de que ela não é considerada, conforme constam nos documentos oficiais sobre a reforma universitária, na terceira Etapa de expansão via integração regional internacional. De qualquer forma, os estudos sobre a UNIPAMPA nesse contexto de integração regional requerem aprofundamento.

[...] se destaca, entre outros aspectos, pela solidariedade manifestada na total ausência de interesse na “absorção de cérebros” de países em desenvolvimento. Ao contrário, o Brasil deseja formar uma “massa crítica” de recursos humanos qualificados nesses países, em particular por meio do apoio à estruturação local de políticas de ensino superior, pós graduação e educacional profissionalizante (BRASIL, 2008a, p.9) .

Ao mesmo tempo, essa agenda de cooperação externa se apresentava como necessidade “na construção da sociedade e da economia do conhecimento” o objetivo de “fortalecer sua diplomacia acadêmica, intelectual e científica, ampliando seu patrimônio de *soft power*” (BRASIL, 2008a, p. 4). Chama a atenção o fato da cooperação educacional ser “proclamada com “fins altruístas” (ROMERO WIMER et. al, 2021), mas que, ao mesmo tempo, coadunam com agendas competitivas e revelam interesses políticos e econômicos do país. A saber, América Latina, África e Ásia eram os principais mercados exportadores e de investimento do Brasil, tornado-se regiões prioritárias de atuação da PEB (ROMERO WIMER, e, al, 2021).

O interesse em articular o plano educacional à PEB de maneira mais ampla colocava o país como um ator relevante no cenário internacional com capacidade de difundir as boas práticas de suas políticas públicas e fortalecer o prestígio internacional dos programas brasileiros em educação superior, destacando a participação ativa no SEM e nas reuniões da CPLP, voltada à América Latina e África respectivamente, além da liderança brasileira no âmbito do programa Educação para Todos da UNESCO (BRASIL, 2008a). Dessa forma, a educação superior foi sendo instrumentalizada como uma estratégia para fortalecer os processos de regionalização liderados pelo Brasil e convencido de sua diplomacia e da sua capacidade como potência regional (dominante), o governo apostou na criação de universidades de integração regional. As universidades de integração são legados desse interesse: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) quanto a Universidade da Integração Latino-Americana (Unila), pensadas para integração sul americana a partir do Mercosul; a Universidades do Oeste do Pará (Ufopa), com sede em Santarém e concebida para “integração amazônica” juntamente com o contexto de integração sul americana; a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), multicampi, localizada no interior do Ceará e da Bahia, com objetivo de integração entre os países lusófonos (CPLP), sobretudo na África e Portugal.

Conforme aponta Saviani (2003) a educação contém a dimensão política além da pedagógica. E o Estado (as classes dominantes do), consciente ou inconscientemente, usa a educação como um aparato de dominação. Em uma dimensão internacionalizada da educação superior associada à integração regional, precisamos estar cientes das políticas governamentais em educação podem estar condicionadas, não mais ao bem social, mas aos interesses das classes dominantes da sociedade capitalista. Sobre isso, Krawczyk (2008) indica um cenário que se torna mais frequente no qual

As universidades (latino-americanas) têm agora o desafio de lidar com a dimensão política da regionalização. De uma perspectiva crítica elas terão que encontrar os caminhos para não deixar que a dinâmica institucional e da produção do conhecimento fique subordinada ao processo hegemônico de integração econômica regional e global e assim reforçar seu papel crítico de seu tempo histórico (Krawczyk, 2008, p. 51) .

Os projetos das universidades de integração pautam-se na proposta brasileira de integração apresentada pela política externa e, por isso, precisam ser entendidas a partir dessa particularidade. Permeiam, portanto, as iniciativas de integração sob liderança do governo brasileiro a partir da educação superior sob uma perspectiva geopolítica. No caso, temos uma política de educação superior pautada na internacionalização e integração sob as agendas internacionais que se volta aos interesses geopolíticos que se concentravam na América Latina e África, onde o Brasil mantinha uma posição de liderança econômica e a participação em projetos regionais que legitimavam a sua atuação nesses espaços.

Ainda, Tischer (2019) afirma que quase metade das universidades federais implantadas a partir de 2005, com a expansão e interiorização, coincidiam com a promoção de políticas públicas de desenvolvimento regional⁷⁶ e com as áreas do entorno estratégico definidos no Plano Nacional de Defesa (2005). Ribeiro(2016) e Santos (2017) referem-se à centralidade de atuação do Brasil no conjunto geopolítico do Atlântico Sul para se projetar nos continentes sulamericano e africano.

Diferente de outras pesquisas que analisaram essa política do governo Lula, seja pela educação superior, seja pela integração, a partir de experiências isoladas dessas universidades especialmente em relação à UNILA e UNILAB, marcadas especialmente pela

⁷⁶ PNDR e PNFF do Ministério da Integração Nacional e Plano Nacional de Defesa do Ministério das Relações exteriores

internacionalização, (SILVA, 2019; BERTOLLETI, 2017; PROLO, 2019; BRACKMANN, 2010; MARTINS, 2011; ALMEIDA, 2015), nós pretendemos analisar o conjunto dessa política de educação superior articulada à política externa e aprofundar o entendimento sobre a idealização desses arranjos universitários regionais para a política de integração.

Considerando que a política do governo Lula se caracterizou por um projeto de liderança pela expansão e dominação por parte do Brasil em relação às outras nações dependentes, entendemos que as demais universidades de integração devem ser analisadas por este ângulo, no qual a educação superior se volta à satisfazer a projeção subregional do poder brasileiro. Posto isso, analisar essas quatro universidades em sua concepção e sua relação com a política externa. Buscaremos correlacionar o que motivou a criação dessas universidades enquanto espaços acadêmicos à política de integração enquanto projeção do Estado brasileiro como potência regional.

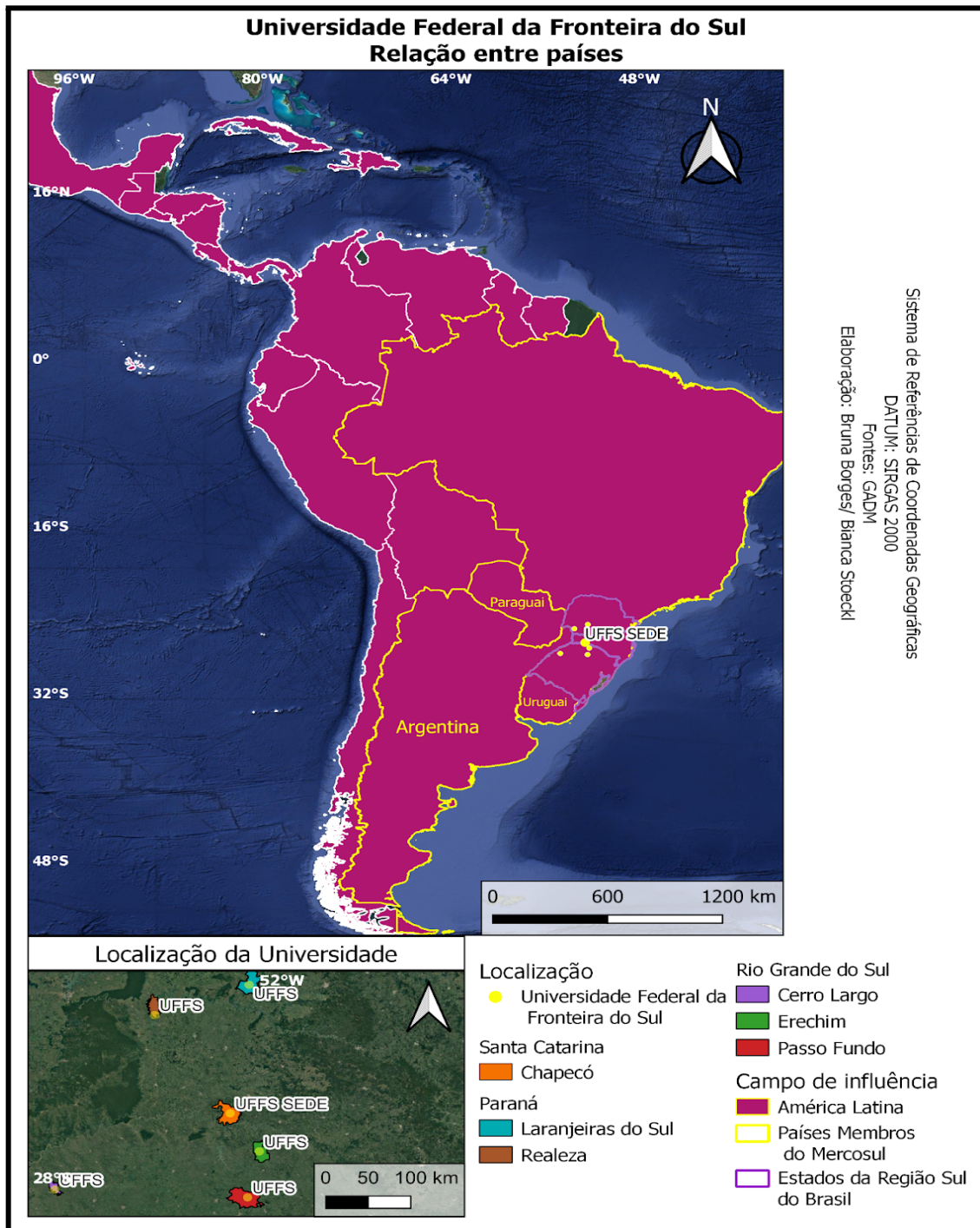
4.1 A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

A UFFS foi a primeira das quatro universidades criadas no período de 2003 a 2010 com o perfil de integração regional. A implantação da UFFS está diretamente relacionada ao objetivo da integração no interior do país e com os países vizinhos, manifestada com o projeto de uma universidade do Mercosul, ao mesmo tempo se consolida a partir de movimentos sociais para atender a população e os arranjos produtivos locais (FERREIRA, 2009). A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi criada pela Lei 12.029, de 15 de setembro de 2009. O Art. 2º da Lei dispõe sobre seu objetivo:

A UFFS terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação **multicampi**⁷⁷, abrangendo, predominantemente, o norte do Rio Grande do Sul, com **campi** nos Municípios de Cerro Largo e Erechim, o oeste de Santa Catarina, com **campus** no Município de Chapecó, e o sudoeste do Paraná e seu entorno, com **campi** nos Municípios de Laranjeira do Sul e Realeza (BRASIL, 2009).

⁷⁷ Em 2013, foi inaugurado mais um **campi** em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, já na gestão de governo de Dilma Rousseff

Figura 1 - Mapa de localização da UFFS com a distribuição de seus campi nos três estados da região sul do Brasil e sua relação com os países vizinhos.



Fonte: Elaboração Bianca P. Stoeckl e Bruna Borges (2022).

4.1.1 Criação de uma universidade para o Mercosul

Em agosto de 2006, segundo reportagem da Agência Brasil, o MEC anunciou que a partir de um protocolo de cooperação permanente com a Argentina sobre assuntos educacionais, o governo pretendia implantar a Universidade Popular do Sul, que corresponderia ao projeto de Universidade do Mercosul e abrangeria o noroeste do Rio Grande do Sul, mas também o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná. Da mesma forma, a Assessoria de Comunicação do MEC, em julho de 2006, anunciou que a Universidade Popular do Sul promoveria a integração entre Brasil e Argentina e posteriormente seriam agregados os demais países do Mercosul.

A estrutura interestadual multi campi da UFFS, prevista em sua lei de criação, está localizada nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul na sub-região denominada Mesorregião Grande Fronteira Mercosul (Mesomercosul)⁷⁸, uma região criada em 1997 cujo elemento estruturado era o Desenvolvimento Sustentável da Área da Bacia do Rio Uruguai (CARNEIRO FILHO e CAMARA, 2019). Essa é uma região de destaque no Mercosul, cuja estrutura produtiva é fortemente vinculada à agropecuária, à agricultura familiar e à agroindústria exportadora (REINERT e LAFFIN, 2008; UFFS, s.d). A região é composta por 415 municípios em uma área total de 139 mil km².

O Mesomercosul é composto por três estados que fazem fronteira com o leste da Argentina e por isso denomina-se como uma grande fronteira. A denominação dessa região é um indicativo de uma estratégia geopolítica que

[...]traz a palavra fronteira e Mercosul (Mercado Comum do Sul) no nome. Os significados atribuídos a esses nomes remetem às relações com outros países e buscam construir novos eixos de cooperação com os países vizinhos. A fronteira, nesse sentido, passa a ser vista como parte de uma estratégia integradora (FÓRUM MESOMERCOSUL, 2002 apud RORATO, 2016)

⁷⁸ A subregião é formada pelo Sudoeste do Paraná, pelo Oeste de Santa Catarina e pelo Noroeste do Rio Grande do Sul (UFFS, s/d)

De fato a região é estratégica devido a sua extensão de fronteira com os países do Mercosul. Prova disso foi, em 2002, o Programa Grande Fronteira do Mercosul (Lei 10.466/2002) que definiu uma área formada por municípios de Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina localizado até 450 Km de distância ao longo da fronteira do Brasil com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai e tinha como objetivo assegurar recursos público nos polos de desenvolvimento, o fortalecimento da agricultura familiar, o estímulo ao cooperativismo e associativismo econômico e promover o “desenvolvimento econômico e social da área de abrangência, dotando-a das condições indispensáveis a sua inserção no Mercado Comum do Sul e à competição internacional”. Entre as ações previstas no programa, destacamos a criação e a expansão de núcleos de pesquisa científica e tecnológica, a realização de obras de infra-estrutura nos setores dos transportes e de recursos energéticos e gerenciamento dos recursos hídricos.

Considerando o programa insuficiente, já sob a gestão de Lula, o Ministério de Integração Regional, coordenado pelo ministro Ciro Gomes, propõe “reestruturar o Programa em seu fundamento territorial e estratégico”⁷⁹. Essa nova política de integração previa em nível subcontinental

Implantação e desenvolvimento de agrupamentos funcionais dos estados-nações (MERCOSUL, Comunidade Andina) possibilitando a formulação de novo marco regulatório das interações entre os Estados, inclusive a criação de territórios especiais regido por normas bilaterais ou multilaterais (BRASIL, 2005, p. 10)

Em 2007, a consolidou-se o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)⁸⁰ que demarcou as sub-regiões prioritárias de atuação, destacando a faixa de fronteira e as mesorregiões prioritárias

Nas instâncias sub-regionais reside o foco operacional da PNDR. [...] A faixa de fronteira⁸¹ merece relevo por sua importância estratégica no objetivo

⁷⁹ Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. (BRASIL, 2005)

⁸⁰ Decreto 6.047/2007

⁸¹ A base territorial das ações do governo federal para a faixa de fronteira estabelece como áreas de planejamento três grandes arcos: O primeiro deles é o Arco Norte, que compreende a faixa de fronteira dos estados do Amapá, Pará, Amazonas e a totalidade dos estados de Roraima e do Acre. O segundo é o Arco Central, que compreende a faixa de fronteira de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O terceiro é o Arco Sul, que abrange a fronteira do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. (IPEA, 2017). Atualmente 71 municípios fronteiriços estão localizados no Arco Norte, 99 no Arco Central e 418 no Arco Sul

maior da integração econômica sul-americana.[...]As ações dos programas regionais sob governança do MI são, portanto, preferencialmente implementadas e desenvolvidas em escala mesorregional ou em outros espaços sub-regionais que justifiquem uma ação diferenciada do governo federal, em consonância com o objetivo estabelecido pela PNDR (BRASIL, 2005c, p. 15)

Essa ação diferenciada se referia a mesorregiões nas quais

a Política [mesorregiões diferenciadas] está voltada para a redução das desigualdades regionais e também para a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras. O ponto central da estratégia é valorizar a magnífica diversidade regional do país. Diversidade essa que se desdobra em múltiplas dimensões - ambiental, socioeconômica e cultural (BRASIL, 2005c, p. 4-5)

As áreas especiais de planejamento, como a faixa de fronteira, constituem objeto de programas específicos no PPA para a escala sub-regional, no caso o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF (BRASIL, 2007). Na faixa de fronteira Arco Sul, a Mesomercosul tem parte de seu território que coincide com a faixa de fronteira com a Argentina, onde estão os municípios que comportam as unidades da UFFS de Chapecó (SC) – sede da Instituição, Realeza e Laranjeiras do Sul (PR) e Cerro Largo e Erechim (RS). Significa que a UFFS foi instalada em uma região estratégica por estar em uma mesorregião diferenciada e ainda dentro da faixa de fronteira.

Carneiro Filho e Camara (2019) explica que com o governo Lula, o Brasil adotou uma nova política para as faixas de fronteira, considerando uma função estratégica no âmbito da integração sul-americana, implementando medidas concernentes ao desenvolvimento dessas áreas que envolviam o fortalecimento das conexões com os países vizinhos, conforme detalha o PDFF

Como resposta a este cenário de “ameaças” provocado pela globalização, entende-se que o fortalecimento das regiões de fronteira e de seus subespaços, envolvendo a Amazônia, a Região Central e o Mercosul, configura-se como uma oportunidade de adquirir a competitividade

necessária ao desenvolvimento sustentável integrado com os países da América do Sul (BRASIL, 2007d, p. 10).

Sobre o Arco Sul, o PDFF detalha que

trata-se do espaço com a mais intensa influência do legado socioeconômico e cultural europeu ao longo da Faixa, e aquele mais intensamente afetado pela dinâmica transfronteiriça decorrente do projeto de integração econômica promovida pelo Mercosul (BRASIL, 2007d,p.41).

Antunes (2015), em sua pesquisa de doutorado, revela que a faixa de fronteira Arco Sul é a mais dinâmica comercialmente se comparada com as demais, pois é onde estão localizadas a maioria das empresas exportadoras, a maioria da população e a maioria das cidades fronteiriças. Igualmente, devido ao dinamismo comercial do Arco Sul, os municípios dessa região têm mais inserção internacional em relação aos municípios do arco norte e arco central.

Nota-se a importância dessa região de fronteira para a integração. Thischer (2016) realizou um estudo sobre o desenvolvimento regional a partir da criação da UFFS e considerou em seu trabalho que o contexto de interiorização do REUNI coincidiu com as políticas nacionais de desenvolvimento regional⁸². Ao identificar as faixas prioritárias de desenvolvimento regional e correlacionar à distribuição de campi universitários criados durante REUNI, entre elas citamos as localizadas na região sul: a UFFS instituída com 5 campi no Mesomercosul e faixa de fronteira; menciona em 2005, a UTFPR, antigo Centro Federal de de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET/PR), com *campi*⁸³ no Mesomercosul ou Faixa de Fronteira, em 2010, instala-se a UNILA com sede em Foz do Iguaçu, na fronteira com Paraguai e Argentina; a UNIPAMPA, criada (por desmembramento) em 2008 também com campi no Mesomercosul ou Faixa de Fronteira.

O PDFF listou as estratégias de atuação internacional nessas regiões tais como a institucionalização instâncias e fóruns de desenvolvimento regional, promoção da cidadania

⁸² O autor cita o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso) no recorte das mesorregiões diferenciadas iniciadas no Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido na Macrorregião Nordeste do Brasil sob o comando do Ministério da Integração Nacional (MIN) (TISCHER, 2016, p. 19)

⁸³ Os campi da UTFPR já faziam parte da estrutura antes do governo Lula, que passou a ter o status de universidade em 2005. Em 2013, a universidade teve 2 expansões.

como a valorização cultural, desenvolvimento econômico integrado, desenvolvimento de normas específicas quanto à educação e ao exercício profissional e planejamento conjunto da infra-estrutura física.

A UFFS apesar de não ter nenhuma sede em municípios limítrofes com a Argentina, a ênfase da universidade se dá do desenvolvimento de um região composta por três estados que fazem fronteira com a Argentina e ainda, com interesses em aprofundar as relações com o Mercosul pela educação superior. Dessa forma, a integração se dá entre os próprios estados do sul brasileiro, mas também com interesse geopolítico sul-americano. Conforme pontua Zibechi (2012, p. 209) sobre a integração exógena, como um estratégia do Brasil desenvolvida para “alcanzar el liderazgo regional a través de la incorporación a su zona de influencia de los países de su entorno geográfico más próximo”.

4.1.2 A concepção da Universidade

A concepção da UFFS tem uma marcante presença dos movimentos sociais que reivindicavam uma universidade na região (RORATO, 2016; TISCHER, 2016; TREVISOL, 2015). A comissão responsável por apresentar o projeto da universidade, identifica no seu relatório que

Do ponto de vista político, desenvolveu-se na Mesorregião uma dinâmica de organização de diferentes sujeitos sociais, determinando um rico aprendizado para a participação política e social. Como reflexo, surgiu uma densa rede de organizações da sociedade civil, a exemplo do Movimento Sindical, Movimento Popular, Movimento Cooperativo, ONGs, Associações de Municípios e Conselhos, que constitui um grande patrimônio social e que serve de modelo para outras regiões do País (REINERT e LAFFIN, 2008, p. 6)

Segundo Trevisol (2015) desde os anos de 1970 havia um descontentamento nas regiões de SC, RS e PR devido as poucas opções instituições educação superior pública no entorno, o que acabou sendo remediado com IES comunitárias e, mais tarde, com fundações e, nos anos 1990, com as redes privadas de educação superior, que fizeram as pressões sociais aumentarem.

Destaca-se a existência do Fórum do Mesomercosul, instituído em 28/11/2002, um importante espaço de discussão regional que tem o papel de gestão de programas na Mesorregião e é uma instância articuladora e de representação dos atores regionais. Este espaço deu início às movimentações de uma universidade na região.

Com a chegada do governo PT, em 2003, os movimentos sociais organizados, sindicatos, lideranças políticas e religiosas conseguiam negociar junto ao presidente Lula e sua equipe a instalação de uma universidade na região. Vários movimentos culminaram no projeto da UFFS. Grupos do noroeste do Rio Grande do Sul como Via Campesina, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL) reivindicavam uma universidade na região do Alto-Uruguai (NICTERWITZ, 2020).

Somado a isso, em 2005, foi apresentado um Projeto de Lei pelo deputado Claudio Vignatti, de origem em Chapecó/SC, que trazia o nome da Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul – UFGFM e em sua justificativa a necessidade de uma universidade o desenvolvimento econômico da região, redução do êxodo rural e para gerar conhecimento científico e tecnológico. A UFSC foi demandada a realizar um estudo da região, recebendo recurso via emenda parlamentar.

A intensificação das discussões de ambos os projetos em regiões próximas deu origem nesse mesmo ano ao “Movimento Pro-Universidade”⁸⁴ coordenado pela Via Campesina, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), junto com Igreja Católica, estudantes, membros do corpo político dos três estados do sul (TREVISOL, 2015; NICTERWITZ, 2020).

A primeira sugestão apresentada, em audiência realizada em junho de 2006, pelo Ministro da Educação para atender essa demanda foi a instalação de uma universidade do Mercosul, já que a política externa brasileira priorizava esse interesse e o projeto da Universidade da Integração Latino-Americana estava em construção. Tendo a negativa do Movimento Pró-Universidade⁸⁵, Reinert e Laffin (2008, p.3) mencionam que o MEC

⁸⁴ Rorato (2016) as principais lideranças políticas envolvidas no Movimento Pró-Universidade eram alinhadas ao Partido dos Trabalhadores e que o Mesomercosul era um reduto eleitoral marcante de votantes em Lula e no PT.

⁸⁵ Nichterwitz (2017, p. 85) relata em sua dissertação sobre uma audiência pública realizada pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, realizada em 08 de novembro de 2007 em Brasília, pouco antes

“entendeu que a demanda do Movimento não era a Universidade do Mercosul, com foco na integração, que estava em processo de criação”.

Então, o ministro considerou que a modalidade de instituto tecnológico (IF) seria a melhor opção para a região com vistas ao ensino profissionalizante. Porém, o Movimento Pró-Universidade não concordou novamente e insistiram em seus argumento a favor de uma universidade que atendesse os interesses da população daquela região (TREVISOL, 2015; NICHTERWITZ, 2020).

Em 2007, foi instituída a Comissão de Projetos da Universidade Federal Fronteira Sul (Portaria 948, de 22/11/2007) composto por 11 integrantes indicados pelo Movimento Pró-universidade e outros 11 indicados pelo MEC. A comissão propôs que fossem tratadas como prioritárias as temáticas de produção agroindustrial, agricultura familiar e camponesa, a agroecologia, cooperativismo; os setores industriais, como o agroindustrial, metal-mecânico, móveis, confecções, eletroeletrônico e extrativo-mineral; infra-estrutura de transporte, energia e comunicações; os recursos naturais e a diversidade ambiental, com destaque ao Aquífero Guarani e à Bacia do Rio Uruguai; o potencial turístico; a diversidade cultural; as Políticas Públicas e o setor de serviços (REINERT E LAFFIN, 2008, p.9).

Concluído o trabalho da comissão, o ministro da educação dá encaminhamento ao Projeto de Lei 3774/08 no qual expõe a motivação de criação da UFFS

[...] A expansão da rede de ensino superior e a ampliação do investimento em ciência e tecnologia, promovendo a inclusão social, são objetivos centrais do governo federal e foco do debate sobre a reforma universitária. [...] A Universidade Federal da Fronteira Sul será pautada por princípios orientadores com vistas à integração regional e o desenvolvimento dos municípios que perfazem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno⁸⁶. Destacando-se [...] o acesso ao ensino superior como fator decisivo para o

de ser instituída a Comissão de Projetos da UFFS, na qual o movimento Pro-Universidade reivindica que a nova universidade “estabelecesse um dispositivo de combate às desigualdades sociais e regionais e que tivesse “forte intercâmbio” entre universidades e instituições culturais, entre os países do Mercosul e da América Latina.
⁸⁶ Entorno refere-se ao território (ou à população estrangeira como aponta o [PDF de 2010](#), p. 33) adjacente à faixa de fronteira, no caso os países vizinhos na América do Sul, podendo extrapolar a massa do subcontinente incluindo a projeção pela fronteira do Atlântico Sul ([Política de Defesa Nacional](#), 2005)

desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da região [...] (BRASIL⁸⁷, 2008d)

Enquanto ocorria a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o MEC instituiu a Comissão de Implantação (CI) da UFFS (Portaria 148/09/MEC), presidida pelo Prof. Dilvo Ristoff⁸⁸, que se tornaria Reitor Pro Tempore da Universidade. Vale ressaltar, que tratando-se de uma universidade reclamada pelas classes populares, a comissão foi composta de quatro professores representantes do Movimento Pró-Universidade (CUT, 2009). À CI caberia realizar estudos e atividades para o planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular e a administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças visando atender os objetivos do Projeto de Lei. A UFSC foi designada como tutora da nova universidade.

Após ser aprovada em todas as comissões do legislativo, é sancionada a Lei 12.029 de 15 de setembro de 2009, que cria a UFFS multicampi e dispõe que

A UFFS terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi, abrangendo, predominantemente, o norte do Rio Grande do Sul, com campi nos Municípios de Cerro Largo e Erechim, o oeste de Santa Catarina, com campus no Município de Chapecó, e o sudoeste do Paraná e seu entorno, com campi nos Municípios de Laranjeira do Sul e Realeza. (BRASIL, 2009a, Art. 2º)

A universidade previa para iniciar as atividades em 2010 o funcionamento de 33 cursos de graduação distribuídos em cinco campi e oferta de 2.160 vagas com ingresso via ENEM (BRASIL, 2019).

4.1.3 A UFFS e a Política Externa

A UFFS foi a primeira universidade alinhada à PEB pensada para a integração, cogitada para atender o projeto de iniciativa brasileira de criação do Espaço de Educação Superior do Mercosul e da Universidade do Mercosul, mesmo que a Universidade de

⁸⁷ EM Interministerial nº 00096/2008/MP/MEC

⁸⁸ Dilvo Ristoff participou da equipe que em 2002 elaborou o Programa de Educação (Uma Escola do Tamanho do Brasil) do candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva. Durante o Governo Lula, foi Diretor de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) e foi um dos responsáveis pelo processo de construção e implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Integração Latino-Americana já estivesse sendo pensada pelo governo brasileiro. Apesar de não ter se concretizado como uma universidade internacional em sua lei de criação, sua concepção foi delineada com fins de promover integração transfronteiriça de alcance internacional por meio de uma universidade pública brasileira, voltadas ao Mercosul (FERREIRA, 2009)⁸⁹.

É possível inferir que a proximidade das relações entre o MEC e o Itamaraty, como já assinalamos, resultou na projeção dos anseios de expansão e interiorização à uma geoestratégia de aproximação com o Mercosul. A partir das fortes investidas de cooperação bilateral com a Argentina no plano educacional, demonstradas pelas intenções dos presidentes Lula e Nestor Kirchner em 2003 e pelos protocolos estabelecidos entre os ministros da educação Haddad e Filmus, observou-se o otimismo brasileiro quanto ao aprofundamento da colaboração e integração entre os dois países para a consolidação do projeto de liderança regional do Brasil.

A proximidade do governo federal a partir de 2003 com a antiga demanda por uma universidade na região oeste dos estados de SC, RS e PR, aos olhos do MEC era propícia à contemplação do ousado projeto no âmbito do Mercosul de uma universidade internacional multicampi ou nos moldes do EEES. No entanto, a UFFS seguiu como um projeto endógeno, mais discreto, que se colocou a serviço do Mercosul, mas que se consolidou em direção à demanda dos movimentos sociais da região do Mesomercosul por uma universidade. Movimento que, inclusive, rechaçou a vinculação da universidade à integração do Mercosul (NICTERWITZ, 2017).

De qualquer forma, a semente da universidade de integração foi plantada pelo governo brasileiro. A UFFS foi instalada em um território considerado estratégico para o Brasil, conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Regional e mesmo em outros programas e espaços regionais anteriores ao governo Lula.

Destaca-se que a Argentina é uma região geoeconômica prioritária. É o principal parceiro comercial do Brasil no Mercosul, além dos dois países serem as maiores economias do bloco e da América do Sul, terem níveis de renda próximos e a proximidade geográfica

⁸⁹ Essa mesma condição da UFFS se aplica à UFOPA.

entre a Argentina e o centro-sul do Brasil que favorecem o intercâmbio entre os dois países e o multilateralismo regional (SANTOS, 2013).

É possível inferir que a expansão e interiorização do REUNI utilizaram como critério a localização nessas regiões estratégicas tanto por uma questão de desenvolvimento econômico e social, que no caso a educação superior pode promover, quanto pelo propósito de integração sul americana, que motivou projetar políticas públicas para essas regiões, conforme apontou Carneiro Filho e Camara (2019). Isso demonstra um envolvimento com questões geopolíticas a partir do MEC, como é o caso da interiorização. Nesse caso, retomamos os exemplos a localização das outras novas universidades levantadas por Tischer (2016), UNIPAMPA, UTFPR e UNILA.

Na análise das comissões de projeto e de implantação e dos estudos sobre a UFFS TREVISOL(2014) e RISTOFF(2020) fazem um apanhado do histórico de criação da universidade e TISCHER(2016) e RORATO (2016) analisam a universidade e sua relação junto ao território e seu desenvolvimento. Tischer e Rorato mencionam, mas não aprofundam, o papel da UFFS como eixo de integração ou cooperação com países vizinhos nem de internacionalização ou intercâmbio acadêmico, que seriam esperados para um projeto de universidade de integração.

O caráter integracionista subcontinental da universidade se manifesta a partir do governo federal. Já em 2010, logo que a universidade foi criada, o MEC oficializa o estatuto da UFFS dispondo sobre os seus objetivos institucionais no qual indica a cooperação internacional no Art. 5º

XV- Fomentar a paz e a solidariedade e a aproximação entre as nações, povos e culturas mediante cooperação internacional e intercâmbio científico, artístico e tecnológico em especial com países de língua portuguesa e com os países da América Latina (BRASIL, 2010, Art. 5º).

Mas esse caráter permanece e aprofunda a partir da comunidade acadêmica. Apenas em 2015, o Estatuto foi revisado e aprovado pelo Conselho Universitário da UFFS, definido a atuação junto à comunidade regional entendida como a população da mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e entornos (BRASIL, 2015, Art. 68) e dispôs no Art. 8º, XV, entre sus objetivos “promover intercâmbio prioritário com os países do Mercosul”. A Política de

Internacionalização, aprovada em 2018, definiu como prioritária a realização de ações na Fronteira e América Latina –

[...]esse foco se centra no fortalecimento da cooperação, da solidariedade e da aproximação cultural com os países latino-americanos e, sobretudo, com nossos vizinhos argentinos, buscando construir uma perspectiva latino-americana de análise da realidade que proporcione soluções efetivas para os problemas regionais [...] (UFFS, Relatório de Gestão 2009-2019, p. 86)

Destacamos na consolidação da UFFS os movimentos sociais, especialmente da Via Campesina e Fetraf-Sul (RORATO, 2016), como os meta-atores da construção e consolidação da universidade. A existência do Fórum do Mesomercosul, desde antes da reforma universitária, também contribuiu como ator efetivo e aglutinador das discussões desse espaço regional e os movimentos sociais. Eram eles que vivenciavam as preocupações com a região e, portanto, eram sujeito de direito de tais reivindicações, construindo esse território a partir de histórias e identidades, que foram sendo alteradas no tempo e no espaço por questões externas. E, em 2003, vêm uma oportunidade de chamar para si a atenção das políticas públicas.

Por tudo isso, acreditamos que a UFFS significou uma universidade de integração popular para as classes sociais que viram na educação superior pública uma oportunidade de mudança, mas também de chamar a atenção para as principais demandas de desenvolvimento regional relacionadas ao sistema produtivo daquela região. Esse espaço junto ao governo se deu pela aproximação partidária, mas também pessoal do presidente com esses movimentos. Sobre essa condição criada pelo governo Lula, Severo (2013) refere que essa combinação heteróclita se “valió como una condición de gobernabilidad y como un poderoso instrumento de dominación social (ibidem, p. 127)”.

De qualquer forma, a universidade viria a produzir e a levar conhecimento a partir da percepção da realidade daquela região, com um projeto pedagógico voltado a uma região de compromisso social profundo e com uma tradição ligada a terra.

A universidade está em um território estratégico de integração, apesar de ser discreto em seu projeto de construção a interação para intercambiar com o campo acadêmico, sendo manifestado essa intenção de integração com internacionalização só ao longo de sua

consolidação depois de 2010. Assim, podemos afirmar a UFFS sob uma perspectiva do governo brasileiro como uma universidade com perfil para a integração regional com olhar para o Mercosul a partir da faixa de fronteira de três estados brasileiros com a Argentina e uma universidade de integração do Mesomercosul sob a perspectiva dos movimentos sociais.

4.2 A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

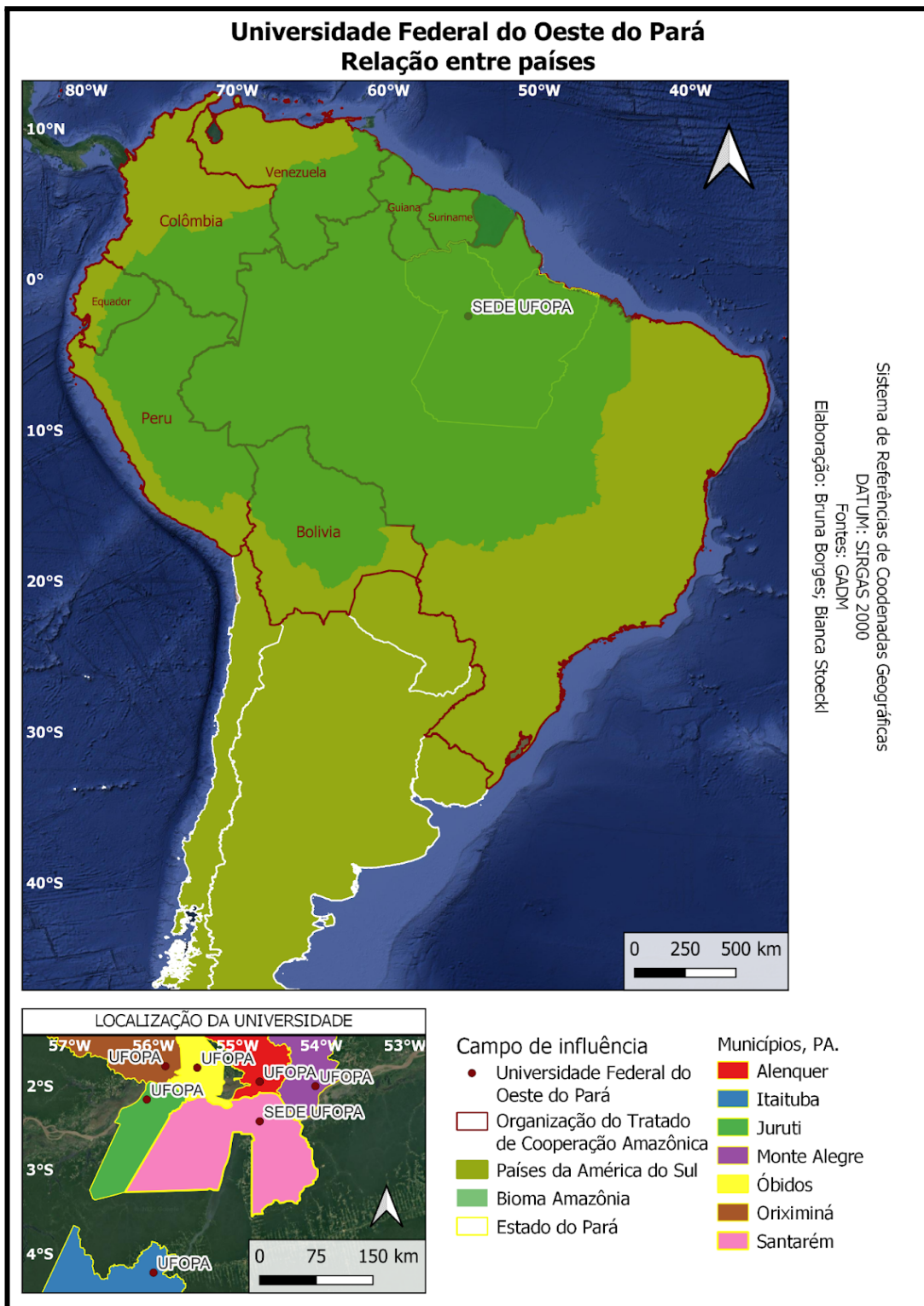
O projeto da Universidade Federal do Oeste do Pará surge de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Federal do Pará (UFPA) para ampliação do ensino superior na região amazônica. A instituição seria localizada em Santarém, a terceira maior cidade do Pará e um dos pontos mais estratégicos da Amazônia (UFOPA, s.d).

Apesar de ter uma legislação própria, a UFOPA não é uma universidade nova. Ela é criada a partir do desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA), sua tutora, e da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Alguns campi da UFOPA também foram assimilados de outras unidades da UFPA e da UFRA.

A Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. Sua sede se estabeleceu na cidade de Santarém, onde mantém três unidades, e na lei de criação já estava prevista sua estrutura multicampi, que abrange outras cinco unidades instaladas nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná.

A criação dessa universidade no interior da Amazônia brasileira problematiza questões para além do campo acadêmico ou da democratização do acesso à educação superior, mas permeia as questões sobre o interesse mundial nessa região de magnífica diversidade natural e social e das estratégias do Estado brasileiro na região.

Figura 2 - Mapa de localização da UFOPA com a distribuição de seus campi no estado do Pará e sua relação com os países amazônicos.



Fonte: Elaborado por Bianca P. Stoeckl e Bruna Borges (2022)

4.2.1 A concepção da universidade

O Pará possui desde 1957 a Universidade Federal do Pará, com sede principal em Belém. Em 1986, a UFPA em parceria com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Prefeitura Municipal de Santarém (PMS), instalaram um campus na cidade de Santarém. Considerando a relevância econômica e o crescimento populacional do município, é instalado, em 1998, um campus da Universidade Estadual do Pará (UEPA). Em 2002, é criada a Universidade Federal Rural da Amazônia com sede em Belém que consolida uma unidade descentralizada para Santarém (unidade Tapajós da UFRA) no ano de 2003. A rede pública é ampliada mais ainda no município, em 2009, com a implantação do Instituto Federal do Pará (IFPA) (SOUSA, 2019). No mesmo ano, é criada a UFOPA com modelo multicampi, mas com a matriz em Santarém. A cidade do interior se torna uma referência em ensino público superior, técnico e profissionalizante, sendo considerada um polo universitário no oeste do Pará.

Além do espectro do estado do Pará, as outras universidades federais que estão instaladas na Amazônia brasileira são Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Gomes (2011) e Sousa(2019) fizeram um estudo histórico que desvenda a construção da UFOPA e da educação superior no interior da Amazonia brasileira e inicia a partir da criação da UFPA, instituição criada em plena ditadura militar que seguia o modelo de reforma norte americano baseada no modelo empresarial taylorista/fordista e busca pela produtividade. A partir de práticas extensionista da UFPA, é iniciado um programa de interiorização na região amazônica a partir de 1980 alinhado à política nacional desenvolvimentista da época que difundia diretrizes de democratização da educação superior e de estratégias geopolíticas de desenvolvimento de regiões despovoadas e represadas, associando o desenvolvimento científico e tecnológico ao progresso da nação. (SOUSA,

2019). Desse programa de interiorização da UFPA, em 1986, surge o campi de Santarém⁹⁰ que mais tarde seria incorporado à UFOPA (*ibidem*, 2019).

Nesse mesmo ano, a UFPA, que já mantinha desde a década de 1970 acordos de cooperação entre instituições de países da região amazônica como Colômbia, Peru e Equador, inicia um programa para intensificar suas relações de cooperação com países latino-americanos em torno da Amazônia. A Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ) foi instituída em 1987 e aglutinou ações de desenvolvimento científico e tecnológico para o desenvolvimento da região (GOMES, 2011). Esse é considerado o principal instrumento de integração regional amazônica impulsionado pela educação superior. Envolve os oito estados componentes da Amazonia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins) e parcialmente a Maranhão e os países que fazem parte da rede são, além do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

A UNAMAZ é referência para o desenvolvimento amazônico por meio da cooperação regional e internacionalização da educação superior encampada por universidades da região, e trabalha em conjunto com um importante organismo regional, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), conforme aponta Aragón (2008)

[...]que a parceria entre as duas (UNAMAZ e OTCA) se fortalece ao longo do tempo, podendo assumir a execução de algumas atividades que envolvem o desenvolvimento científico e tecnológico na região (ARAGÓN, 2008, p. 4)

Isso sinaliza uma ampla rede de cooperação educacional pan-amazônica e demonstra a necessidade e o interesse em um tratamento subcontinental para contribuir com desenvolvimento da região. A UNAMAZ e a OTCA são organismos muito envolvidos com programas que visam a cooperação dos estados da Amazônia com seus limites internacionais no desenvolvimento científico e tecnológico. A UNAMAZ possui 69 universidades dos oito

⁹⁰ Destaca-se que esse campi de Santarém foi doado pela UFSC que tinha um Campus Avançado em Santarém, para desenvolvimentos do Projeto Rondon, um dos maiores projetos de extensão criados na época do governo militar.

países amazônicos⁹¹ e desde 1992 participa do Programa Cátedras UNESCO (ARAGÓN, 2008)

Além da UFPA, a UFRA, criada em 2002, foi planejada como uma instituição multicampi e instalou uma unidade em Santarém em 2003 para o curso de Engenharia Florestal. Apesar de dois campi de instituições federais, Santarém não tinha uma universidade. A partir dessa contextualização sobre o papel da educação superior na região amazônica podemos entender os fatos que antecederam a criação da UFOPA.

A idealização da UFOPA é envolta de alinhamentos político-partidários entre as três esferas do poder. No mesmo ano em que Lula assumiu a presidência, em 2003, é reeleito o Deputado João Batista de Oliveira Junior do PT/PA. Motivado pelo programa de governo em relação à expansão universitária, o parlamentar apresentou um Projeto de Lei solicitando a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará com sede em Santarém (PL 657/2003), porém o projeto foi arquivado em 2004 por não ter sido aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação. Em 2006, outro dois projetos de lei para a instalação da nova universidade no Pará tramitaram no Senado Federal. Ambos de autoria do mesmo parlamentar, Flexa Ribeiro (PSDB/PA), requerendo duas universidades justificando o tamanho do estado. Mais adiante, esses PLs subsidiaram legalmente o pedido de duas novas universidades pela governadora do Pará, do Partido dos Trabalhadores, eleita para o mandato de 2007-2010 (SOUSA, 2019).

Quando Lula iniciou seu segundo mandato em 2007, ele definiu que uma das quatro universidades previstas na política de expansão seria na região amazônica, induzindo a uma disputa política entre os estados do Pará e do Amazonas. O estado do Pará levou vantagem e o alinhamento político-partidário naquele momento foi fundamental para definir a localização da universidade, já que as 3 esferas do governo federal eram filiadas ao PT: a prefeita do município de Santarém, Maria do Carmo Martins Lima; a governadora do Estado do Pará, recém eleita, Ana Julia Carepa; e o presidente da república reeleito, Luís Inácio Lula da Silva (GOMES, 2011; SOUSA, 2019).

⁹¹ A UFOPA foi a 69ª universidade a entrar para a rede, em 2011. Informação disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/comunicacao/comunica/jornalismo/ufopa-na-midia-2/2011/fevereiro/ufopa-e-o-mais-no-vo-membro-da-unamaz/>

A decisão do foro de instalação da universidade ficou mais a cargo de representantes políticos do que sociais. Segundo Gomes (2011), entre as entidades que apoiavam a cidade de Santarém como sede estavam a Assembleia Legislativa do Pará, a Prefeitura e Câmara de Vereadores do município, a Associação dos Municípios das Rodovias Amazônicas. A opção por Santarém foi baseada no crescimento universitário na cidade, a expansão econômica proporcionada pelo desenvolvimento da indústria e tecnologia e por ser um anseio da população ter uma universidade própria (GOMES,2011), apesar de na nossa pesquisa não ter sido constatado nenhum evento que caracterizasse essa demanda por parte da população como seminários, audiências, movimentos estudantis, etc.

Em um primeiro momento, no início de 2007, o MEC incumbiu à UFPA a elaboração de uma proposta para o projeto de criação da UFOPA em um modelo multicampi e por desmembramento dos campi da UFPA e UFRA em Santarém (SOUSA, 2019). A experiência da UFPA em projetos de interiorização e também de internacionalização influenciaram na construção da nova universidade. Sousa (2019, p. 148) destaca a pouca representatividade da comunidade de Santarém na elaboração desse pré-projeto cuja comissão era “composta de seis membros, dispunha de apenas dois professores do Campus de Santarém, mas sem representatividade da categoria técnica local, tampouco do segmento estudantil.”

O pré-projeto foi acolhido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), pela Academia Brasileira de Ciências (ABC)⁹² e pelo MEC. Dando sequência em dezembro de 2007, o MEC encaminhou ao presidente a exposição de motivos⁹³ para criação da UFOPA e logo foi encaminhado ao congresso nacional para ser tramitado sob o Projeto de Lei nº 2879/2008⁹⁴. Na Exposição de Motivos Interministerial nº 00332/2007/MP/MEC o Ministro da Educação, Fernando Haddad, manifesta que

⁹² Vale ressaltar que a ABC teve importante participação nas recomendações para a reforma universitária, em 2004, com um trabalho encomendado pelo MEC intitulado “Subsídios para a reforma da educação superior”, no qual as reformas do Processo de Bolonha e da academia norte americana são usadas como referência de sucesso, sendo necessário apenas “copiá-las”, conforme aponta o documento: “Uma revisão de todo esse movimento reformista é descabida neste texto, mas é possível apresentar-se uma ideia do seu denominador comum” (ABC, 2004, p. 9).

Em 2008, a Academia Brasileira de Ciências publicou o documento “Amazônia: Desafio Brasileiro para o Século XXI” no qual manifesta a necessidade de uma revolução científico-tecnológica para a Amazônia brasileira, aplicável a Amazonia Continental. O documento serviu de base para a comissão de implantação da UFOPA.

⁹³ E.M INTERMINISTERIAL nº 00332/2007/MP/MEC

⁹⁴ Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=384521>

[...] a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará trará efetivos benefícios para a Região Amazônica, ampliará a oferta de ensino superior e, ao mesmo tempo, gerará conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar de aproximadamente um milhão de habitantes da região, além de **contribuir de forma estratégica em defesa dos nossos recursos naturais**, gerando um desenvolvimento sustentável, como fator preponderante na **manutenção da soberania nacional na região amazônica, repercutindo positivamente para o resto do mundo** (BRASIL, 2007f, grifo nosso).

Durante a tramitação do PL nas comissões parlamentares, o MEC instaurou a Comissão de Implementação (CI) da UFOPA (Portaria 410/2008/SESU/MEC)⁹⁵, composta em sua maioria por servidores da UFPA, além de servidores do MEC e da UFRA.

A CI sugeriu uma alteração do nome da universidade de UFOPA para UNIAM (Universidade Federal de Integração Amazônica), tendo em vista sua localização estratégica no coração amazônico que viria a integrar uma grande região com os demais estados da Amazônia, bem como com os países que fazem fronteira com o Brasil naquela região. Nessa mesma onda, o deputado Joaquim de Lira Maia⁹⁶ propôs a mudança de nome para “Universidade Federal da Integração Amazônica – UNIAMA”, argumentando a localização privilegiada da universidade e o valor estratégico da Amazônia que “extrapola a ótica local” devendo seguir o modelo inovador do projeto da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que também estava tramitando no congresso.

A CI seguiu os trabalhos apresentando a universidade com a denominação de UNIAM que seguiu essa referência em todo Projeto de Implantação (PI) (2009). O PI apresenta a universidade como um importante instrumento na formação de recursos humanos e produção de conhecimento para o desenvolvimento sustentável da região Amazônica.

De início, o PI exacerbou a integração com os oito países da Amazonia Continental que compartilhavam das mesmas características em relação à segurança nacional, às populações tradicionais que residem na floresta, às distâncias geográficas dos centros

⁹⁵ A Portaria 410/2008/SESU/MEC é mencionada no relatório final da Comissão de Implantação da UFOPA, porém não localizamos sua publicação no Diário Oficial da União.

⁹⁶ O Deputado Lira Maia propôs a alteração para UNIAMA em dezembro de 2008 com o PL 4344/2008. Em julho do mesmo ano, ele havia sido relator da Comissão de Educação do PL 2879/2008, da criação da UFOPA, mencionando em seu parecer que a população havia requerido o nome de UNIOESPA, mas que “para não gerar nenhum entrave político” não incluiu a proposta.

políticos e econômicos e os problemas ambientais e de gerenciamento de recursos naturais. Além de vincular a nova universidade aos interesses geopolíticos brasileiros e à PEB

A importância estratégica da Amazônia...adquire o significado de um duplo patrimônio, o de terras propriamente dito, e o de um imenso capital natural. Acresce que, dadas a continuidade dos ecossistemas e as redes de relações hoje existente, só se pode pensar a Amazônia em termos continentais. Por outro lado, sua posição geográfica torna-se estratégica como meio entre os novos blocos de poder norte-americano, europeu e asiático, favorecendo a política multilateralista perseguida pelo Brasil. [...] cabendo ao governo brasileiro (com uma experiência pioneira) a responsabilidade de lidar com esse imenso patrimônio nacional, regional e global. (PROJETO DE IMPLANTAÇÃO, 2009, p. 9)

Ainda, é dada uma atenção especial à Guiana e ao Suriname, sendo previsto no projeto a implantação de um Programa de Cooperação transfronteiriça com esses países para formulação e implementação de políticas públicas e de produção de conhecimento voltado à integração regional transfronteiriça (PROJETO DE IMPLANTAÇÃO, 2009). A aproximação com os dois países se intensificou durante o governo Lula⁹⁷ com objetivo de aproximá-los da integração nas perspectivas da América do Sul e da Amazônia, bem como de trazê-los para a zona de influência do Brasil.

Em uma região com muitas carências e problemas e ao mesmo tempo tão rica em biodiversidade e cultura como é a Amazônia, à universidade pública é dado o desafio de transformar o capital natural da região em ganhos econômicos e sociais ao mesmo em que mantém a conservação da natureza e da cultura dos povos que nela habitam (PROJETO DE IMPLANTAÇÃO, 2009).

O PI foi entregue ao ministro Fernando Haddad em junho de 2009. Após ser aprovada em todas as comissões parlamentares, em 5 de novembro de 2009 é sancionada a Lei nº

⁹⁷ Alguns indicadores dessa aproximação: (i) Em 2007, iniciou-se o Programa Operacional Amazônia, o primeiro programa de cooperação transfronteiriça para Guiana Francesa – Brasil – Suriname. 75% do programa é custeado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) com o objetivo de integrar regionalmente a Guiana, mas o Brasil e Suriname participam com o restante do financiamento (NEVES, 2015); (ii) O incentivo à integração física promovida pelo Brasil por meio da IIRSA voltados principalmente ao aproveitamento do potencial guianense nos setores hidrelétricos e portuários que permitiria ao Brasil atender a demanda energética nacional e escoar mercadorias de modo mais competitivo (LIMA, 2015). (iii) Também, em 2007, foi construída a primeira ponte entre Brasil e Guiana sobre o Rio Tacutu; (iv) a aproximação desses países com a América do Sul está atrelada a mecanismos regionais promovidos pelo Brasil, como a UNASUL e IIRSA. *Em 2013, os dois países passam a integrar o Mercosul como membros associados.

12.085, que cria a UFOPA⁹⁸ por desmembramento da UFPA e da UFRA, sob a guarida de ser a primeira universidade federal no interior do Pará.

A Ufopa deve atender ao oeste do Pará. Com estrutura multicampi, tem a sede instalada em Santarém e câmpus em Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná, de forma a integrar uma região com área particularmente extensa. A Ifes define como sua missão “produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia”, e para isso parte de uma visão ampla de ensino com a determinação de “ser referência na formação interdisciplinar para integrar sociedade, natureza e desenvolvimento (BRASIL, 2012, p.38)

Conforme previsto, a UFOPA absorveu a estrutura física e de pessoal das unidades descentralizadas da UFPA⁹⁹ e da UFRA em Santarém. Com a implantação da UFOPA seriam criados 41 novos cursos de Graduação, tendo como meta 10.710 estudantes nos cursos de graduação, mestrado e doutorado, e um quadro de pessoal de 432 cargos de docentes e 332 técnico-administrativos (BRASIL, 2007f). As atividades acadêmicas iniciaram em março de 2011.

4.2.2 A proposta de estrutura acadêmica da UFOPA

Sua proposta acadêmica é estruturada exatamente em consonância com os novos desenhos e percursos curriculares pregados pelo REUNI, pautado nos princípios da interdisciplinaridade, da flexibilidade curricular, da formação continuada e da mobilidade acadêmica, numa formação em ciclos (PDI 2019-2023). Em uma pesquisa apresentada por Silva (2014) a UFOPA é a universidade que mais oferta cursos na modalidade de Bacharelado Interdisciplinar, modelo esse compatível com os *colleges* estadunidenses e com o modelo

⁹⁸ Apesar da CI ter realizado o projeto denominando a universidade como UNIAM, por decisão da governadora do Estado do Pará o nome se manteve como UFOPA, conforme estava no PL n° 2.879/2008 (SOUSA, 2019).

⁹⁹ A Exposição de Motivos do Projeto de Lei de criação da UFOPA descreve a situação dessas unidades até 2008. O campus da UFPA em Santarém oferecia os cursos de Biologia, Direito Matemática, Física ambiental, Pedagogia, Letras e Sistemas de Informação, além dos cursos intervalares, ministrados durante os meses de janeiro, dezembro, junho e julho, como História; também tinha estruturas nos municípios de Belterra, Curuá, Óbidos e Alenquer, entre outros; eram 65 professores efetivos e 23 servidores técnico-administrativos e um campus construído com mais de 4 mil m² de área. A Unidade Descentralizada UFRA/Tapajós, oferecia o curso de graduação em Engenharia Florestal e a unidade contava com 9 (nove) docentes e 36 técnico-administrativos; possuía uma unidade construída de 2.700 m² (EM Interministerial n° 00332/2007/MP/MEC; 2007)

unificado europeu, segundo Siebiger (2019). Silva conclui em sua pesquisa, realizada com dados do sistema E-MEC de 2013, que:

[...]nota-se que a UFOPA domina a oferta, no que se refere à diversidade de cursos, uma vez que oferta Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e tecnologia, Ciência e Tecnologia das Águas, Ciências Biológicas, Ciências da Terra, Etnodesenvolvimento, Gestão Ambiental e Tecnologia da Informação (SILVA, 2014, p. 132).

A implantação da UFOPA também sofreu influência de recomendações internacionais, como as estabelecidas na Conferência Mundial sobre Educação Superior da UNESCO, conforme apontado no Plano de Desenvolvimento Institucional da universidade (2019-2023):

A Ufopa nasceu em um contexto político e educacional direcionado pelo estreitamento das políticas de expansão e organização do ensino superior com as diretrizes internacionais ditadas pela Unesco (1998) e contidas na Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação, dentre elas, o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) que tinha como objetivo primeiro a ampliação do acesso e da permanência de maior número de estudantes na educação superior, primando pela qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento das estruturas físicas e dos recursos humanos já disponíveis (UFOPA, 2019, s.p).

Institucionalmente, a UFOPA estabelece seu caráter de universidade de integração e internacionalização por meio da Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais (ARNI), ligada à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica.

4.2.3 A UFOPA como política externa - A Universidade e o projeto nacional e regional para a Amazônia

Quando o governo Lula sinalizou que uma das instituições integração regional e internacionalização da educação superior seria instalada na região Amazônica, pressupõe-se que, independente do local onde a universidade seria instalada, o envolvimento da região amazônica na expansão universitária era estratégico, sobretudo para o projeto nacional. Ao mesmo tempo, ao considerarmos o território pan-amazônico¹⁰⁰, este corresponde a 2/5 da América do Sul e a maior parte dos territórios dos países amazônicos, sendo que 60% está dentro do território brasileiro (BECKER, 2010). Porém, uma política pública como a

¹⁰⁰ Em referência ao território que de todos os países que têm a floresta amazônica: Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, as Guianas, Suriname, Brasil

implantação de uma universidade pública não se faz de maneira aleatória e há indicadores para definir a melhor estratégia entre as estratégias.

A localização do município de Santarém se dá em uma região central e estratégica da Amazônica brasileira, na confluência dos rios Amazonas e Tapajós, com importantes rodovias no seu entorno e, ainda, com um aeroporto internacional desde 1977. Como já foi assinalado, a cidade comporta a educação superior pública pela UEPA, UFOPA e IFPA, estas duas últimas na gestão do governo Lula. Santarém foi considerado um pólo universitário, mas esse título não se deu apenas por uma demanda da população por educação superior, senão pelo estímulo ao desenvolvimento e integração da Amazônia.

Na época do regime militar, a cidade foi considerada um ponto estratégico para implementar as políticas de ocupação e de “defesa” da Amazônia, no qual o presidente Castelo Branco, em 1966, adota o slogan de "Integrar para não Entregar", e propõe ações de ocupação da região, como: incentivo à imigração, grandes obras rodoviárias em direção à Amazônia e criação de autarquias cujo objetivo era o desenvolvimento da região amazônica (GOMES, 2011).

O estímulo ao desenvolvimento da Amazônia, provocou uma intensa migração da zona rural para as cidades e a ocupação desordenada desses territórios. Um marco dessa expansão em Santarém foi a descoberta de ouro nos anos 1960 nos afluentes do rio Tapajós, onde o garimpo injetou grandes volumes de dinheiro na economia local e atraiu uma grande quantidade de imigrantes até o fim da atividade no início dos anos de 1990. Após isso, muitos garimpeiros passaram a trabalhar na expansão agrícola. O produção de grãos e a instalação da multinacional CARGILL foram as principais responsáveis pela mudança econômica na região, com pouca diferença para os trabalhadores (HOEFLER, 2013)

Hoefler atribui ao crescimento de Santarém a expansão dos serviços públicos e privados nos setores bancários, ambientais, técnico-agrícolas, médico-hospitalares, educacionais e político, possuindo até mesmo uma sede de diocese com bispo e sendo “a cidade é parada obrigatória para políticos de nível estadual e federal em época de eleição” (HOEFLER, 2013 p. 73).

Um fato (talvez o mais importante) que torna o oeste do Pará uma região estratégica, se trata do trecho Cuiabá-Santarém da rodovia BR 163, uma importante via de comunicação entre o Planalto Central e a Amazonia Central e de escoamento da produção agrária e industrial. A Rodovia que foi aberta em 1973, porém não foi pavimentada. Ainda assim, era uma promessa de desenvolvimento econômico para a região na época. Por esse motivo, a rodovia foi um dos mecanismos responsáveis pela colonização e ocupação econômica desordena e depredatória dos recursos naturais, além de ter causado uma série de conflitos sociais pela terra e outros atos ilícitos e criminosos.

Diante disso, o governo Lula previu a pavimentação do trecho no Plano Plurianual 2004-2007, com o PLANO BR-163 SUSTENTÁVEL que estava sob a direção de diversos ministérios. O Plano referia-se a um conjunto de intervenções para assegurar um desenvolvimento sustentável para a região da Amazônia Central. Além disso, há muito tempo essa era uma pressão de empresas de dois setores econômicos significativos pois : a soja e os produtos da zona Franca de Manaus, que permitiria baixar os custos de transporte rodoviário e aproveitar o sistema portuário de Santarém e Miritituba (BRASIL, 2004).

O projeto de implantação da UFOPA menciona que a universidade influenciaria essa área de domínio da BR 163 devido ao grande interesse dos movimentos ambientalistas, sociedade civil organizada, setores empresariais e autoridades governamentais nessa região, ao mesmo tempo que precisa de soluções para os problemas ali incrustados (PROJETO DE IMPLANTAÇÃO, 2009)

A vocação da UFOPA é integrar a Amazônia Legal com os países Pan Amazônicos e promover cooperação internacional transfronteiriça dos estados amazônicos brasileiros com demais países da Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA) (UFOPA, 2013). A sua criação está ligada a estratégia de defesa nacional da Amazônia e do interesse do Brasil em garantir sua soberania na região. Por mais que a maior parte da floresta amazônica esteja em território brasileiro a proteção dessa região de interesses externos deve ser feito de modo integrado aos demais países amazônicos, considerando a riqueza natural dessa região reconhecida mundialmente.

Dessa forma, a UFOPA simboliza a iniciativa do governo Lula (já que esta não era a primeira política ou frente de educação superior para o desenvolvimento da Amazônia) de orientar uma política desse governo para a região. Nesse sentido, a OTCA e a Comunidade Andina (em união com o Mercosul em 2008, como já assinalamos anteriormente) foram palco para a atuação dos interesses brasileiros.

A OTCA é uma organização intergovernamental formada em 1998, a partir da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) entre oito países da região entre Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, sendo considerado um bloco socioambiental. O TCA¹⁰¹ antecede a Organização, tendo sido assinado em 1978 com intuito de buscar o desenvolvimento sustentável e retirar do campo as influências externas da região (COSTA, 2011).

Essa organização tinha um papel importante para o interesse do Brasil na integração sul-americana, considerando, como assinalamos, a representação significativa do território amazônico na América do Sul e de suas fronteiras com o Brasil. Representantes parlamentares do estado do Pará manifestaram sua defesa para criação da nova universidade justificando seu caráter estratégico para a OTCA, conforme discurso do Deputado Federal Paulo Rocha, do Partido dos Trabalhadores:

A nova instituição deverá promover a cooperação regional e internacional, com a participação dos demais Estados da Amazônia Legal - Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão e do Mato Grosso - e dos outros países membros da Organização do Tratado da Cooperação Amazônica - Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. (BRASIL, 2009c, p. 101)

A OTCA foi uma das instituições na qual o governo Lula focou para seu projeto de integração sul-americana, ao considerar que uma universidade teria importância nacional,

¹⁰¹ O TCA permaneceu latente até a década de 1990, tendo ganhado atenção com a Conferência Rio 92, evento que reuniu 113 países e resultou na Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e em uma repercussão mundial sobre desenvolvimento com preservação ambiental. As constantes pressões internacionais sobre os acontecimentos ambientais na Amazônia, e uma possível reativação do tratado já existente culminaram com a proposta do Brasil na transformação em OTCA, com personalidade jurídica própria. O projeto fazia parte de PEB e tinha caráter integracionista do continente. Devido a fragilidade financeira dos países membro, a organização começou a contar com aportes extrarregionais para consecução de seus objetivos, o que significava recursos de países centrais (COSTA, 2011)

regional e internacional para a questão amazônica. Destacamos que todos os países da OTCA passaram a compor o Mercosul impulsionados pelo governo brasileiro.

Em relação às pesquisas desenvolvidas na região, a organização trabalho junto à UNAMAZ, rede de universidades dos países amazônicos que fortalece o ensino superior, a formação profissional e a geração de conhecimento voltados à região amazônica contribuindo com as ações e decisões dos Estados da OTCA. Nesse contexto, observamos que a integração por meio da educação superior entre os países da Amazônia não é uma novidade do governo Lula e já é reconhecida como fator de cooperação internacional desde a criação da UFPA. A implantação da UFOPA no território amazônico apenas reforça a presença contundente do governo brasileiro na região, considerada como área prioritária para ação de políticas de desenvolvimento regional e parte do entorno estratégico¹⁰², além de representar direta ou indiretamente o reconhecimento por múltiplas organizações internacionais que atuam para as questões amazônicas.

O contexto geopolítico de expansão das universidade, segundo Almeida(2017) significa uma relação entre espaço e poder de atuação do Estado a partir de políticas públicas de caráter estratégico no território nacional ou regional, onde o espaço deve ser entendido em valor econômico, político, estratégico e cultural.

Becker (2010) aponta que esse é um mecanismo de passagem de cooperação para a integração, sendo que, diante de um conjunto tão assimétrico de países, o Brasil apresenta as melhores condições de negociação junto aos organismos internacionais. Portanto, integração amazônica subcontinental significa seu projeto nacional de inserção competitiva em nível mundial, pois “interessa alargar seu espaço econômico e obter complementaridade energética, bem como ganhar força política” (BECKER, 2010, p. 30)

Ainda, no governo Lula o Brasil se consolidava no cenário internacional como potência emergente articulada em defesa do meio ambiente, o que rendeu ao Brasil uma participação ativa e propositiva em conferências e assembleias multilaterais, apesar do discurso proferido apresentava-se distante das práticas. O ano de 2004 apresentava um dos

¹⁰² Para ações detalhadas sobre as políticas de desenvolvimento na região Amazônica, ver a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2003), o Plano Amazônia Sustentável – PAS (2008) e o Plano Estratégico de Defesa (2005)

maiores valores já registrados de desmatamento da Amazônia. Outra questão era a prevalência dos interesses da bancada ruralista no Congresso Nacional para o agronegócio que eram atendidos para preservar sua governabilidade. Apesar disso, Schwertner (2021) considera que devem ser reconhecidas as boas práticas nas políticas em defesa da preservação da Amazônia, como o criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes (Lei 11.516/2007)¹⁰³ que passou a se responsabilizar pela administração das Unidades de Conservação e a viabilizar projetos de pesquisa e de conservação.

A estratégia de integração se dá juntamente com a retomada dos projetos de infraestrutura da IIRSA, sendo o Eixo Amazônico o de maior impacto, devido a sua extensão, e isso se apresenta no Plano de Aceleração do Crescimento, de 2007. Becker (2010) e Zibechi (2012) denunciaram sobre as investidas em hidrelétricas na região amazônica, sendo que cinco estavam planejadas para a bacia do Rio Tapajós, no Pará, e que afetariam unidades de conservação e “son las puntas del iceberg que modificará para siempre la región amazónica (ZIBECHI, 2012, p. 157).

Diante do que foi apresentado, é possível delinear que a UFOPA faz parte do projeto de integração sul americana considerando sua localização e sua concepção estratégica sobre um "bem público regional" que é a Amazônia. Essa região é considerada um entorno estratégico brasileiro tanto pela suas riquezas naturais e biodiversidade e quanto para consolidação do projeto da PEB de integração subcontinental, já que ter o controle desse espaço significaria a aproximação do sul e do norte da América do Sul (facilitada pela capacidade de influência da PEB sobre a OTCA e pela aproximação do Mercosul com a CAN).

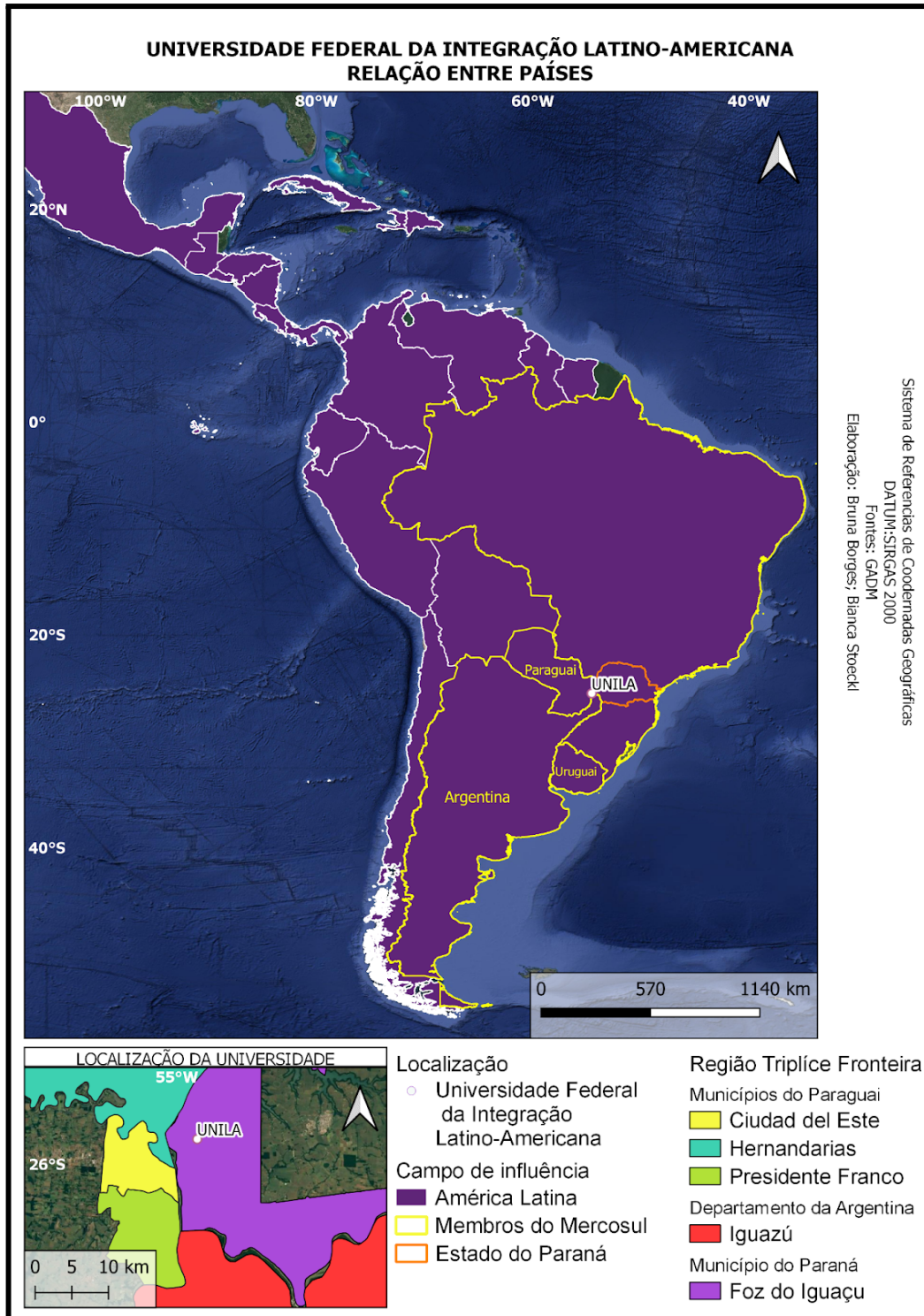
4.3 Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

A UNILA é criada em janeiro de 2010, com a Lei 12.189/2010 na qual consta o caráter internacional e integracionista da instituição brasileira voltada aos países latino-americanos. Está situada na cidade de Foz do Iguaçu, em importante uma região de

¹⁰³ LEI 11.516/2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111516.htm>

tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. O município foi palco de outro grande projeto de integração binacional nos anos 1970, a Usina Hidroelétrica de Itaipu.

Figura 3 - Mapa de localização da UNILA, em Foz do Iguaçu, na região da Tríplice Fronteira e sua relação com os países do Mercosul e demais países latino-americanos.



Fonte: Mapa elaborado pela autora (2022).

Dentre as quatro universidade de integração internacional, a UNILA é, sem dúvida, a que tem a maior quantidade de pesquisas acadêmicas em relação à integração regional. Além de ter sido a “menina dos olhos” do governo Lula, que incluiu um projeto arquitetônico monumental elaborado por Oscar Niemeyer¹⁰⁴ que seria erguido em um terreno doado pela Itaipu. Infelizmente, a obra começou, foi suspensa e nunca foi terminada.

A criação da UNILA se volta, em um primeiro momento, para MERCOSUL, como sua prioridade, e expande seu projeto para a América Latina e Caribe. O Art. 2º de sua lei de criação dispõe que

Art. 2º A Unila terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (BRASIL, 2010).

A UNILA possui uma ampla literatura a seu respeito dentre as universidades criadas entre 2003 e 2010 por ser considerada um modelo universitário inovador de iniciativa brasileira que traz em lei a missão de integração latino-americana e a internacionalização solidárias, a reserva de vagas para estrangeiros e o bilinguismo. Exaltamos seu projeto enquanto universidade pública, autônoma e com função de ensino-pesquisa-extensão, porém, considerando nossa análise crítica sobre o governo Lula, vamos refletir sobre seu projeto contrapondo grande parte dos estudos que tem uma visão romantizada sobre sua criação, sobretudo pela perspectiva que se colocou da cooperação sul-sul - da PEB - e que foi delegada à missão da UNILA para integração e cooperação solidária.

¹⁰⁴ Há um simbolismo sobre a posição do Brasil no cenário mundial nesse projeto arquitetônico. Em conferência proferida pelo ministro Celso Amorim, em abril de 2008 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, ele expressa sua admiração pelas obras do arquiteto Oscar Niemeyer e de sua participação no projeto original para o prédio das Nações Unidas em Nova York “Não sei se todos aqui têm presente este fato, mas o famoso edifício da ONU existe em sua forma atual graças ao talento e à criatividade de Niemeyer. Atualmente, Niemeyer, que já nos deu o Memorial da América Latina, continua a nos brindar com seu vigor e seu espírito generoso ao dispor-se a elaborar um projeto para a futura sede da Biblioteca América do Sul-Países Árabes, a ser construída em Argel. O Itamaraty lhe é muito grato por mais esta demonstração de compromisso com o ideal de aproximação entre os países do Sul e a paz no mundo. Mas além do traço elegante com que racionaliza e dá forma poética aos espaços, Niemeyer também é credor de nossa gratidão pela visão humanista, pelo seu exemplo de vida, sua dedicação à luta por um mundo mais justo e mais solidário. Esta luta, sem dúvida, é de todos nós. E é também a da nossa diplomacia” ([BRASIL, MRE, 2010, p. 102](#))

Como já observamos, a cooperação sul-sul não se sustenta apenas pelas premissas de premissas como solidariedade, horizontalidade, não ingerência, respeito à soberania estatal, não uso de condicionalidades políticas relacionadas a direitos humanos e democracia liberal (MILANI et.al, 2016). Ela se insere na dinâmica capitalista e copia padrões hegemônicos de cooperação no sistema internacional.

Da literatura que detém a criação da Unila como uma proposta de horizontalidade do governo brasileiro frente aos países latino-americanos, sem propor uma análise crítica da idealização desses projetos sobre o contexto político em que estavam alicerçadas, podemos citar Alexandre (2015), Martins (2011), Almeida (2015), Bertoletti (2017), Brackmann (2010). Porém, os autores são valiosas fontes para entender a concepção da universidade e, assim, poder analisá-la em outra perspectiva. Compartilhamos a perspectiva de Wimmer (2021), Traspadini e Valdez (2019) e Ribeiro (2016) sobre a materialização da UNILA no marco dos interesses geopolíticos do governo Lula na construção da liderança regional brasileira.

O projeto da UNILA contou com atores fundamentais para sua construção, para além do MEC, no qual destaca-se a Comissão de Implantação (CIUNILA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), definida como tutora, a criação do Instituto Mercosul de Estudos Avançados do Mercosul (IMEA) e a ação da Itaipu Binacional.

4.3.1 A concepção da UNILA

A literatura é quase unânime ao relacionar a criação da UNILA com o SEM e a proposta de criação do Espaço Regional de Educação Superior (ERES) junto com o projeto da Universidade do Mercosul¹⁰⁵. Essa era uma proposta de iniciativa brasileira e que estava em elaboração no MEC desde o início de 2006 e dirigiam-se de maneira ampliada para o Mercosul, combinando a experiência do espaço europeu de educação superior - porém sem previsão de uma reforma imediata dos sistemas de educação - ao modelo implantado pela CAN de uma universidade multinacional para o bloco. No mesmo ano, sob a presidência pro tempore do Brasil no Mercosul, esse projeto foram acolhido pelo SEM na XXXI Reunião de

¹⁰⁵ Ao analisar a UNILAB veremos que a origem da Universidade do Mercosul e do Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul se dá em 2004 com a Declaração de Fortaleza pela CPLP por meio da apresentação da proposta de Portugal para construção do Espaço de Educação Superior da CPLP.

Ministros de Educação sendo instituído um grupo de estudos de alto nível para sua viabilização.

Apesar de uma reação inicial favorável dos países sulamericanos, aos poucos a ideia de criar uma universidade multinacional ou de um espaço regional de educação superior, perdeu relevância institucional¹⁰⁶, enquanto, para o Brasil o projeto mantinha-se viável e, por fim, avançou em direção à criação de uma universidade de integração de iniciativa unilateral. Portanto, a UNILA não está vinculada a estrutura do Mercosul (ROMERO WIMER et. al, 2021). Ainda que sua concepção seja relacionada pela CIUNILA como uma contribuição para o ERES, ela se consolida exclusivamente por iniciativa do governo brasileiro, estando inserida na estratégia da PEB sob o interesse nacional de integração sul americana, especialmente na consolidação da posição de liderança no Mercosul. Como já assinalado, esse processo avançou no bloco justamente no período da presidência pro tempore brasileira do bloco, oportunidade em que a atuação do Brasil foi contundente nas demandas e reuniões dentro do SEM, o que deu visibilidade ao projeto e, conseqüentemente, um maior apoio político na busca pela liderança regional.

Dessa forma, a UNILA foi materializada a partir do projeto idealizado pelo Ministério da Educação do Brasil de uma política regional de educação superior para o Mercosul que não avançou como planejado. Quando o Brasil decidiu impulsionar esse projeto partindo da criação de um universidade brasileira com esse propósito, o governo ainda não havia definido como isso se materializaria e é por isso que a concepção da UNILA e da UFFS se confundem em algum momento, já que são pensadas a partir da ideia inicial da Universidade do Mercosul, conforme demonstramos no Quadro 1.

¹⁰⁶ Há várias interpretações para a perda de relevância do projeto do ERES e da Universidade do Mercosul no âmbito do bloco. Rosevics (2020) afirma que foram questões de ordem financeira e institucionais do órgão, e não a empecilhos provocados pelos demais países membros do bloco. Romero Wimer et.al (2021) indica a dificuldade de articulação entre os estados mercosulinos e a ausência de mecanismos decisórios supranacionais. Brackmann (2010) aponta para a reação dos países do Mercosul ao imperialismo brasileiro (com base em uma entrevista de Carlos Augusto Moreira Junior, Reitor da UFPR no período de 2002-2006). Martins (2010) defende que para os países do bloco “Achava-se que era prematuro ter uma universidade em comum”

Quadro 1 - Cronologia da Universidade do Mercosul até a criação da UFFS e UNILA

ANO	ACONTECIMENTO	DESCRIÇÃO
2003	Reunião Presidencial entre os Presidentes Lula e Néstor Kirchner	Recomendações em diversos temas de integração entre Brasil e Argentina.
2004	IV Reunião de Educação Superior da CPLP	Declaração de Fortaleza da CPLP para criação do Espaço de Educação Superior da Comunidade de países Lusófonos, em conformidade com o Processo de Bolonha.
2005	Movimento Pró-Universidade Federal Projeto de Lei 6.037/2005- Proposta de criação da UFGFM pelo Deputado Federal Vignatti - PT/SC.	Projeto de Lei 6.037/2005 trata da proposta de criação da Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul – UFGFM. Em 2007, o PL 2199/2007 foi proposto pelo Deputado Federal Vignatti - PT/SC. O processo foi rejeitado e arquivado em 2009.
Julho 2006	Assinatura do protocolo de Mecanismo Permanente Conjunto em Temas Educacionais, firmado entre Brasil e Argentina	Haddad apresenta o projeto da Universidade do Mercosul para o ministro da Educação, Ciência e Tecnologia da Argentina, Daniel Filmus
julho de 2006	Audiência do ministro da Educação com presidente da República.	Apresentação da criação da Universidade do Mercosul a partir de redes de universidades brasileiras e argentinas
Agosto de 2006	Notícia - Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação, do Reitor da UFPR	Primeira unidade da Universidade do Mercosul deve ser instalada em Foz do Iguaçu (PR), devendo ter unidades ampliadas para São Borja (RS), e Chapecó (SC) Catarina.
Agosto de 2006	Notícia - Pronunciamento de Haddad - Agência Brasil e	Projeto nomeado como Universidade Popular do Sul, em parceria com a Argentina. A instituição abrangeria o noroeste do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná.
setembro de 2006	Seminário de Educação Superior e Integração Regional	Debates para a constituição do espaço universitário do Mercosul e sobre a implementação da Universidade do Mercosul sob três eixos: formação de consciência, capacitação de recursos humanos e a harmonização dos sistemas educativos. Itaipu declara apoio ao projeto de Universidade de Integração
outubro de 2006	XX Reunião da Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior	Levar as discussões iniciadas no Seminário Educação Superior e Integração Regional para a Reunião de Ministros de Educação.
novembro de 2006	XXXI Reunião de Ministros de Educação dos países do MERCOSUL	Aprovação da criação de um grupo de alto nível com o objetivo de elaborar o projeto ERES
novembro de 2007	XXXIII Reunião de Ministros de Educação dos países do MERCOSUL.	Indicação de representantes para compor o grupo de alto nível do ERES; Lançamento do IMEA, inspirado no ERES, e da UNILA
Dezembro 2007	EM Interministerial nº 00331/2007/MP/MEC	Motivação para criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, e dá outras providências.
Janeiro de 2008	Portaria nº 43/2008/MEC	Comissão de Implantação da UNILA
Fevereiro 2008	Projeto de Lei 2878/2008 Autor: Poder Executivo	Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e dá outras providências
junho/julho de 2008	Projeto de Lei 3774/2008 EM Interministerial nº 00096/2008/MP/MEC Autor: Poder Executivo	Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e dá outras providências
2009 (sem mês)	Portaria 148/2009/MEC	Comissão de Implantação da UFFS
Setembro 2009	LEI Nº 12.029, DE 15 DE SETEMBRO DE 2009.	Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
Janeiro de 2010	LEI Nº 12.189, DE 12 DE JANEIRO DE 2010.	Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No primeiro semestre de 2007, o MEC requisitou ao professor Héglio Trindade¹⁰⁷ para anunciar a criação do que foi considerado o embrião da UNILA e responsável pela elaboração de seu projeto - o Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA), voltado à pesquisa e à pós-graduação, com objetivo de integrar universidades da região sul do Brasil e de países vizinhos.

O instituto foi acolhido pela Itaipu Binacional para ser instalado no Parque Tecnológico de Itaipu (PTI). Essa iniciativa possibilitou que o Brasil divulgasse seu interesse nas relações interinstitucionais, além do Mercosul, com países norte-americanos, da América Central, europeus e africanos (CIUNILA, 2009). Em novembro de 2007, na reunião interministerial do SEM, ocorreu o lançamento do IMEA junto com o projeto da UNILA, porém o instituto foi instalado oficialmente no PTI apenas em agosto de 2009 (ROMERO WIMER et.al., 2021).

A partir das experiências e apoios obtidos com o IMEA, em dezembro de 2007 Fernando Haddad encaminhou para o presidente Lula a Exposição de Motivos Interministerial¹⁰⁸ para criação da UNILA. Nesse documento, o Ministro da Educação reflete o interesse da PEB orientada para a integração regional e articula isso ao programa de expansão das universidades Federais (Reuni) e ao projeto de expansão e interiorização das universidades como justificativa para criação da nova universidade

A UNILA pretende [...] ampliar o acesso à educação e ao conhecimento; ao fortalecimento das bases culturais, científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento e ampliando a participação do País no mercado internacional, preservando os interesses nacionais; e à promoção dos valores e interesses nacionais, intensificando o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional (BRASIL, 2007e).

Enfatizando a retórica da cooperação Sul-Sul¹⁰⁹, a Exposição de Motivos é enfática nos objetivos traçado pelo MRE em relação à educação superior nos eixos político, cultural e

¹⁰⁷ Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e intelectual dos seminários (Universidade do século XXI e Por que e como Reformar) que contribuíram com a reforma universitária do governo Lula. Também presidiu a CIUNILA.

¹⁰⁸ EM Interministerial nº 00331/2007/MP/MEC

¹⁰⁹ Dos 17 itens dispostos na EM Interministerial nº 00331/2007/MP/MEC, 6 deles tratam, *in verbis*, da cooperação e integração solidária.

econômico, sobretudo na ênfase ao potencial da UNILA para “contribuir de forma estratégica em defesa e fortalecimento do Bloco Econômico do MERCOSUL (BRASIL, 2007e, p. 7)”.

Sobre a vocação para a América Latina, demonstrou-se o papel da universidade na cooperação pelo conhecimento e tecnologias, dando ênfase às áreas de exploração de recursos naturais e biodiversidades transfronteiriças, estudos sociais e lingüísticos regionais e relações internacionais, prioritárias para os países do MERCOSUL. Outra referência de integração se faz por meio da internacionalização com a seleção para o quadro de professores e alunos de origem da América Latina e o intercâmbio acadêmico. Dessa forma, o Brasil liderou a proposta de cooperação latino-americana, especialmente com o Mercosul, através da criação de um espaço de integração acadêmica sob os auspícios das intenções políticas nacionais.

Essa motivação deu origem ao Projeto de Lei 2878/2008, proposto pelo próprio Ministério da Educação, e após submetido à apreciação do presidente Lula, tramitou nas Comissões do Congresso nacional. Em 2008, o MEC publicou a Portaria nº 43/2008 que nomeou a Comissão de Implantação da UNILA (CIUNILA), instalada em março de 2008 sob presidência do Professor Hélgio Trindade, e designou a UFPR como tutora da nova universidade. Os intelectuais que fizeram parte da sua composição eram em grande parte professores¹¹⁰, mas também foi mediada por especialistas latino-americanos, que orientaram os trabalhos da comissão na definição do projeto da nova universidade, da AUGM, do SEM, da UNESCO e da Itaipu Binacional, além de técnicos do governo federal.

A localização da UNILA ficou definida na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, por ser uma região geograficamente estratégica de tríplice fronteira com Ciudad del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazu, na Argentina, e pela importante e estratégica relação do projeto do governo brasileiro com a Itaipu. A empresa acolheu a ideia da Universidade do Mercosul e foi palco de diversas reuniões para o desenvolvimento desse projeto. Quando foi definida a UNILA, a Itaipu disponibilizou o do espaço do Parque Tecnológico de Itaipu (PTI) para sua instalação provisória, além de apoio técnico, financeiro, jurídico e capital social para o desenvolvimento do projeto e ainda doou o terreno para edificação de sua infraestrutura (BERTOLLETI, 2017).

¹¹⁰ Curiosamente, por ser tratar de um projeto de integração latino-americana, apenas um dos membros da CIUNILA não era brasileiro. O professor uruguaio, Gerônimo de Sierra, que posteriormente seria o primeiro vice-reitor pro tempore da UNILA (ROMERO WIMER et. al, 2021).

Romero Wimer et. al.(2021) remonta a instalação da UNILA nesse espaço à assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973. Esse acontecimento que definiu a construção da hidrelétrica de Itaipu Binacional significou a expansão de interesses brasileiros no Paraguai, com exploração de seus recursos naturais e fontes de energia, ao mesmo tempo em que isolou a Argentina inviabilizando a construção da hidrelétrica de Corpus¹¹¹. Sobre a escolha da sede da UNILA, ao mesmo tempo em que representa a construção do conhecimento latino-americano sem fronteiras, foi uma escolha orientada “a partir de uma posição de liderança regional que coincidiu com a ascensão econômica brasileira e as redefinições em sua política externa (ROMERO WIMER et. al., 2021, p. 79)”.

O atendimento às agendas internacionais para a educação são presentes na concepção da CIUNILA. Em um primeiro momento se define a cooperação internacional solidária fundamentada na Declaração Mundial de Educação Superior (1998) e a necessidade da universidade em responder aos desafios da sociedade do conhecimento e da integração regional diante das mudanças da ciência e tecnologia. Nesse contexto, a comissão justifica a intervenção brasileira para superação das desigualdade regionais existentes nesses sistemas de educação por meio da cooperação centrada da compatibilização de interesses entre as partes (CIUNILA, 2009).

A comissão de especialista definiu a interface internacional da universidade e seu caráter integracionista que se daria com o bilinguismo (português e espanhol como línguas oficiais) e que a metade do corpo acadêmico discente e docente deveria ser oriunda da América Latina, a fim de assegurar o diálogo intercultural. A Associação de Universidades do Grupo Montevideu seria usada como uma facilitadora para inserção na América Latina, em princípio por meio das 22 universidades que compõem a rede, mas a UNILA se tornaria “um campo de abrangência mais amplo em termos latino-americanos” (CIUNILA, 2009, p. 19).

Ao analisar esse histórico de construção da UNILA por meio de seus documentos fundadores, especialmente da CIUNILA, pudemos notar que sua concepção não se limitava a apenas uma universidade. Ela era reconhecida como um projeto a ser ampliado. Quando correlacionamos sua concepção às demais universidades de integração (em especial à UFFS),

¹¹¹ Segundo Zibechi (2012) os acontecimento da construção de Itaipu representam a própria imagem do subimperialismo brasileiro “aseguró a Brasil una potencia de 12,6 millones de kw.; anexó prácticamente al Paraguay y perjudicó el proyecto hidroeléctrico más importante de la Argentina, para el cual ella no tiene, como Brasil, alternativas exclusivamente nacionales” (ZIBECHI, 2012,p. 29)

podemos pensar que o projeto da universidade do Mercosul se mantinha como algo ainda possível a ser alcançado e conduzido pelo governo brasileiro. .

A UNILA foi oficialmente criada pela Lei 12.189, sancionada em 12 de janeiro de 2010. Portanto, estabelece-se como uma autarquia regida por normas brasileira e voltada institucionalmente para a internacionalização e para integração. Consideramos, sobre essa política, o posicionamento de Bertolleti (2017)

A integração regional latino-americana proposta pela Unila é, pelo seu próprio carácter constitutivo, conciliador de diversos interesses. No entanto, o que não deve ser esquecido é que a iniciativa é, de todo modo, uma estratégia brasileira de integração latino-americana (BERTOLLETI, 2017, p. 183).

Atentamos nesse aspecto para a idealização da universidade sobre o imaginário social da integração latino-americana solidária, quando a integração também se configura como um espaço de disputa orientado por interesses diversos e posições de poder.

As atividades da UNILA iniciaram em agosto de 2010, inicialmente com seis cursos de graduação. Nesse período, ingressaram aproximadamente 200 alunos do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina¹¹².

4.3.2 UNILA e a Política Externa

A UNILA é a mais forte expressão da política externa governo brasileiro pela educação superior e expressa a estratégia geopolítica do país de integração regional para competir em melhores condições no mercado internacional (ROMERO WIMER et. al, 2021, TRASPADINI, 2019; ZUCK, 2020; RIBEIRO, 2016).

Diferentemente das universidades de integração que a antecederam - UFFS e UFOPA - a UNILA, assim como a UNILAB, expressa em lei a sua missão de integração e de internacionalização da educação superior brasileira disposta pelo “intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do Mercosul e com os demais países da América

¹¹² Deixamos como reflexão que a proposta de internacionalização da UNILA impõe desafios para o seu funcionamento e para sua missão institucional. Em primeiro lugar porque a integração depende da reciprocidade entre os países envolvidos e a UNILA é uma política brasileira de integração regional. Ainda, outros fatores condicionantes são a existência de condições para a validação dos diplomas expedidos pela instituição brasileira nos países de origem e o exercício profissional, considerando que os estudantes estrangeiros cursam integralmente a graduação no Brasil e seu ingresso na instituição independe de convênio com outros países. Não é observado nos documentos dão origem ao seu projeto pedagógico a preocupação com o reconhecimento dos diplomas dos estudantes estrangeiros que se formarão na universidade nem de como a universidade reconhecerá os títulos dos profissionais estrangeiros que ingressarão no quadro docente e técnico da instituição.

Latina”, pelo currículo onde está prevista tanto a língua portuguesa como em língua espanhola e os cursos ministrados que seriam em áreas de interesse mútuo dos países da América Latina, e pela composição da comunidade acadêmica na qual a seleção dos alunos e dos professores é aberta a candidatos dos diversos países da região. Portanto, a origem da universidade tinha o propósito de expansão e interiorização universitária, a integração regional e a internacionalização da educação superior.

Assim como a PEB buscou um maior incentivo às relações sul-sul, mas, no caso dos países latino-americanos (e africanos) Os princípios da UNILA foram estabelecidos sobre a integração e internacionalização solidárias, o que fez do país agente de boas práticas internacionais e passíveis de apoio por parte dos beneficiários, diretamente, e de outros países e organizações. A PEB buscou um maior incentivo à cooperação Sul-sul mas, no caso dos países latino-americanos (e africanos), a assimetria da política internacional e do desenvolvimento entre os sistemas de educação superior sempre significou um obstáculo ao processo de integração regional e essa foi a motivação do Brasil para assumir cooperação solidária, especialmente devido a sua posição de liderança. No entanto, essa situação apresenta-se contraditória ao pensarmos em equidade e reciprocidade quando na relação de cooperação os parceiros não detêm as mesmas condições econômicas e sociais.

Enquanto universidade internacional, a UNILA se assemelha ao modelo da RUDN, enquanto projeto de regionalização ela se baseia no modelo europeu no Processo de Bolonha de expansão de conhecimento. Conforme observado por Lima e Maranhão (2009) e Romero Wimer et. al. (2021), a UNILA (e a UNILAB) é uma iniciativa de integração e internacionalização mediante oferta de educação superior para incentivar a captação de estudantes e de profissionais, o que possibilita uma aprendizagem bilíngue e multicultural e traz como vantagens a influência cultural e política do país, a atração de cérebros e de mão de obra especializada e a transferência de tecnologias. Configura-se, dessa forma, a reprodução das práticas dos países centrais pelo Brasil, com o aprofundamento de sua presença como potência emergente no subcontinente, especialmente no Mercosul, favorecendo sua atuação em outras áreas além da educação.

Dessa forma, a integração na universidade seria uma ferramenta para complementar propostas de aprofundamento das relações econômicas na América Latina, conforme afirma Traspadini e Honorio (2017)

A Unila sempre esteve tocada pela dualidade entre a centralidade da integração comercial e a desejosa consolidação de uma integração social, presentes na política de governo do PT (TRASPADINI E HONORIO, 2017, s.p.)

A orientação dada à política regional nesse período coincide com as políticas sustentadas na cooperação e solidariedade centradas no social dos governos progressistas, ao mesmo tempo em que o Brasil era o articulador da integração regional e conduzia uma política de supremacia comercial no continente conduzida com ajuda de ativos públicos para expansão de capital e estímulo à atividade empresarial transnacional. Traspadini e Valdez (2019) contextualiza a universidade sobre a atuação do Brasil, enquanto economia subordinada aos interesses hegemônicos dos EUA e China, como reprodutor dessa política econômica desigual junto aos países do Mercosul. Podemos fazer a mesma analogia em relação à UNILAB e a política econômica junto aos países africanos.

Em termos regionais, o Mercosul se tratava de importante mecanismo para o multilateralismo regional, e fazia parte do plano estratégico de defesa e desenvolvimento nacional, sendo considerada uma região do entorno estratégico brasileiro e um importante eixo de investimento de infraestrutura valorizada pela IIRSA, contexto que Traspadini e Valdez (2019) associa à UNILA como sendo “um novo projeto educativo de integração regional imerso na continuidade de políticas neoliberais no continente, como a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana” (*ibidem*, p. 87).

Posto isso, podemos concluir que a UNILA pode ser entendida como um instrumento da política externa brasileira para aprofundar a inserção de sua economia (especialmente) no continente e, politicamente, expressar seu papel hegemônico na condução da integração regional. Soma-se a isso a sua missão institucional específica de “formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana” em consonância com as narrativas das agendas internacionais.

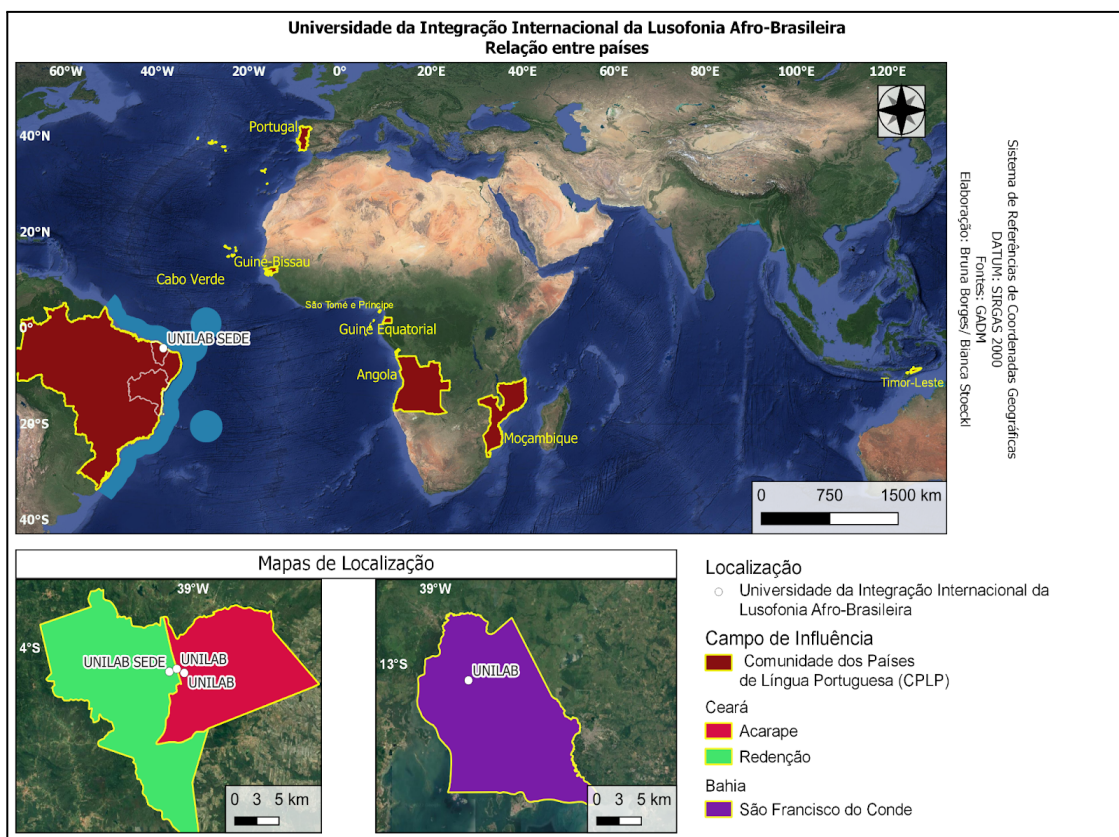
Contudo, a possibilidade da diversidade cultural que propõe o projeto universitário configura a formação de um espaço acadêmico plural e internacionalizado, capaz de promover intercâmbios culturais e científicos dentro da própria instituição. Suas características e particularidades indicam uma série de oportunidades, entre elas a possibilidade de contar com estudantes e docentes de diferentes países da América Latina e Caribe e a criação de um ambiente pluricultural e plurilinguístico.

4.4 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) foi fundada com sede na cidade de Redenção (CE) e criada pela Lei Federal no 12.289, de 20 de julho de 2010. Sua inauguração - em 25 de maio de 2011 - coincide com a data na qual nasceu a Organização da Unidade Africana (OUA), hoje União Africana, em 1963. Conforme definido pelo governo brasileiro e detalhado pela Comissão de Implantação (CIUNILAB)

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB terá natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação. Atendendo à diretriz do MEC de interiorização da educação superior no país, terá seu principal campus brasileiro na cidade de Redenção, localizada na região do Maciço do Baturité, junto à Serra de Guaramiranga, no estado do Ceará (CIUNILAB, 2010, p. 9)

Figura 4 - Mapa de localização da UNILAB com a distribuição de seus campi nos estados do Ceará e Bahia e sua relação com os africanos e a CPLP.



Fonte: Mapa elaborado pela autora (2022).

A instalação da UNILAB foi definida na cidade de Redenção, na região do Maciço do Baturité no Ceará, simbolicamente um marco do pioneirismo na libertação de escravos. Sua localização, segundo a CIUNILAB, se configura com os objetivos de desenvolvimento dessa região considerada carente de IES, mas também pelo significado histórico no qual a universidade se tornaria ponto de encontro de estudantes de nacionalidade brasileira e de países onde também se fala a língua portuguesa (CIUNILAB, 2010).

Essa universidade tem como missão específica a formação de recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP¹¹³, conforme justificativa do MEC para sua criação

a criação da UNILAB trará efetivos benefícios para o País, ampliará a oferta de ensino superior e, ao mesmo tempo, gerará conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar dos brasileiros e das populações envolvidas dos países de Língua Portuguesa, além de contribuir de forma estratégica em defesa e fortalecimento do Bloco da CPLP (BRASIL, 2008e).

Antes mesmo da criação da UNILAB, as conexões culturais, linguísticas e afrodescendentes entre os países da CPLP foram mote para o aprofundamento das relações diplomáticas e acadêmicas do Brasil com esses países, sobretudo quando o MEC e o MRE ofereceram subsídios para mobilidade de estudantes entre os países membros do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) para formação de uma rede de acadêmicos de universidades africanas nas quais existissem centros dedicados ao estudo da língua portuguesa e da literatura e da cultura brasileiras (RIZZI et al., 2011 apud LECHINI, p. 410).

Antes de prosseguir com a concepção da UNILAB pelo governo brasileiro, vale reforçar sua semelhança com o projeto da UNILA em seu funcionamento expressamente internacional, mais do que das demais universidades de integração. Outro ponto a ressaltar é que, apesar de ter sido o último projeto universitário do governo Lula, a base de sua

¹¹³ A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996, em Lisboa, e é constituída por nove Estados-Membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste).

concepção, em 2004 com a Declaração de Fortaleza, foi a pólvora para a concepção da UFFS, UFOPA e UNILA poucos anos depois.

4.4.1 Concepção da UNILAB

Em 26 de maio de 2004, na V Reunião de Ministros da Educação da CPLP¹¹⁴, os dirigentes do bloco se reuniram para firmar a Declaração de Fortaleza - um acordo de cooperação no qual se estabelecia a criação de um Espaço de Educação Superior da CPLP (EESCPLP)¹¹⁵ que deveria se concretizar em um período de 10 anos com o apoio das IES da comunidade e da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)¹¹⁶. O projeto foi apresentado pela delegação de Portugal e apontava, à semelhança com o Processo de Bolonha, como prioridades (i) qualidade das formações oferecidas no âmbito da CPLP e reconhecimento mútuo e internacional; (ii) mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e técnicos; (iii) cooperação no domínio da estrutura das formações superiores; (iv) incentivo à participação das instituições da CPLP em programas relevantes de outras comunidades de países (CPLP, 2004a, p.1).

O responsável pela organização desse encontro de ministros de educação era Jorge Moreira da Silva, secretário adjunto da Ciência e do Ensino Superior de Portugal. Em

¹¹⁴ As reuniões ministeriais em educação da CPLP, desde 1999, produzem recomendações em 3 eixos estratégicos para o desenvolvimento de ações de cooperação multilateral no espaço do bloco: **Ensino Superior, Ciência e Tecnologia:** V Reunião dos Ministros do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Luanda, 2012; I Reunião Extraordinária de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lisboa, 2009; **Ensino Superior:** V Reunião de Ministros da Educação, Fortaleza, 2004; Declaração dos Ministros Responsáveis pelo Ensino Superior, Fortaleza, 2004; VI Reunião de Ministros da Educação, Lisboa, 2005; VII Reunião dos Ministros da Educação, Luanda, 2012; **Ciência e Tecnologia:** I Reunião dos Ministros da Ciência e Tecnologia, Lisboa, 1999; II Reunião dos Ministros da Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2003; III Reunião dos Ministros de Ciência e Tecnologia, Maputo, 2004; IV Reunião dos Ministros da Ciência e Tecnologia, Luanda, 2005; II Reunião Extraordinária dos Ministros da Ciência e Tecnologia da CPLP, Maputo, 2013.

¹¹⁵ Da mesma forma que identificamos nos documentos para a criação da UNILA quando o governo buscava a articulação com o SEM, esse documento da CPLP também traz a influência do Processo de Bolonha na sua composição.

¹¹⁶ Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) é uma ONG internacional com sede em Portugal que foi criada na década de oitenta para promover a cooperação entre Universidades e IES de países lusófonos (não necessariamente da CPLP). São mais de 130 membros dos oito países de língua oficial portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor e Macau.. Disponível em <http://aulp.org/>. Destacamos para participação de Macau na associação e da importância desse país nas relações de Portugal e Brasil com a China, conforme exposto no capítulo 3, sobre a PEB

entrevista à Agência Lusa¹¹⁷ (2004), o secretário reforçou a importância do EESCPLP para a internacionalização dos sistemas de ensino superior que se tornarão mais competitivos e que para Portugal essa se configurava como uma grande oportunidade para o país de aumentar a importância dentro da União Europeia. Para os países da CPLP, especialmente capitaneado por Portugal e Brasil¹¹⁸, a língua portuguesa tinha um potencial gigantesco de integração e de construção de uma identidade no espaço lusófono. Esse sinal se deu com a ratificação por todos os países da CPLP do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa¹¹⁹, em 2005.

Em outubro de 2005, na cidade do Porto, reuniram-se o primeiro Ministro da República Portuguesa, José Sócrates, e o presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, além dos homólogos de cada país no ministério das relações exteriores e ministério da educação, no qual declararam

Cientes do potencial estratégico do Português enquanto língua ponte entre continentes e blocos políticos regionais (...) entre a União Europeia, o Mercosul e a União Africana, ambos os Governantes reconheceram a especial responsabilidade dos seus Governos na promoção, ensino e difusão internacional da Língua Portuguesa (...) Do mesmo modo, o espaço universitário deverá também ser encarado como uma área de cooperação a privilegiar especialmente (CPLP, 2005a, s/p.)

Nesse encontro, enfatizaram o objetivo prioritário entre Brasil e Portugal de elaboração de um acordo de associação entre a UE e MERCOSUL e reafirmaram a importância de um mecanismo de avaliação da qualidade e reconhecimento de graus e títulos

¹¹⁷Reportagem disponível em <https://www.publico.pt/2004/05/27/portugal/noticia/conferencia-ministerial-da-cplp-promove-espaco-de-ensino-superior-1194970>

¹¹⁸ Deixamos como nota o aumento das relações económicas e comerciais entre Portugal e Brasil no governo Lula sobretudo durante o Governo do ex-primeiro-ministro português José Sócrates (2005 - 2010), tendo sido assinados acordos em várias áreas, além das relações com representantes das empresas brasileiras Votorantim e Camargo Corrêa, Embraer, acionista da OGMA, Alpargatas (calçados), da CSN, controladora da Lusosider, e Cisa Trading, Petrobras, Vivo, grupo Odebrechet, e empresas portuguesas como EDP, TAP, CGD, Cimpor e BPN, entre outras (Agência Lusa, 2018). Disponível em <https://www.dn.pt/lusa/relacoes-luso-brasileiras-na-era-lula-marcadas-pelo-reforco-das-relacoes-economicas-9064848.html>.

¹¹⁹ O Acordo Ortográfico foi um trabalho desenvolvido pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia de Ciências de Lisboa desde 1980 e foi assinado por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe em 1990 (o Timor Leste ingressou na comunidade após a independência da Indonésia). Em 1994, apenas o Brasil, Cabo Verde e Portugal haviam ratificado o documento que ficou pendente até 2005 quando entrou em vigor com a ratificação de todos os membros da CPLP (BRASIL, MEC, 2005). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/221-noticias/2107596713/2775-sp-87708159>

acadêmicos para incrementar a mobilidade recíproca de acadêmicos e de avançar com o projeto do EESCPLP ampliando ao contexto um espaço entre América Latina e União Européia

Os Chefes de Governo demonstraram interesse em aprofundar o conceito de um Espaço de Ensino Superior da CPLP, conforme anunciado na Declaração de Fortaleza dos Ministros Responsáveis pelo Ensino Superior da CPLP (2004). Tal espaço representará a concretização, no plano lusófono, do conceito de “espaço comum” aplicado na ALCUE (Espaço Comum de Educação Superior da América Latina, Caribe e União Europeia) (CPLP, 2005a, s/p)

Na mesma declaração é interessante notar o posicionamento dos dois países como doadores de cooperação e promotores da redemocratização e do desenvolvimento humanos nos países mais pobres da CPLP, e da agenda de cooperação em temas como o programa brasileiro de “Ação contra a Fome e a Pobreza”, bem como do compromisso dos dois países em “apoiar reciprocamente, sempre que possível as suas candidaturas em organismos internacionais” e do apoio de Portugal e da CPLP à candidatura do Brasil à categoria de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A VI Reunião de Ministros da Educação da CPLP ocorreu no mês de dezembro, também em 2005, passado mais de um ano da primeira declaração sobre o EESCPLP. Novamente, o espaço foi pautado e alguns encaminhamentos foram dados como a aprovação do Plano de Trabalho com vigência de dois anos do Grupo de Seguimento do Espaço de Ensino Superior para estudos de dificuldades e viabilidades sobre os sistemas de ensino superior da CPLP, promoção de cooperação interinstitucional, o reconhecimento e a mobilidade de estudantes e docentes, para que convergessem junto ao Processo de Bolonha europeu. A próxima reunião estava prevista para 2007, porém só aconteceu em 2009.

Nesse sentido, corroborando com Ribeiro (2016), Siebiger (2018) e Silva (2019) é inquestionável a semelhança desses projetos brasileiros com o modelo europeu de educação superior, o que nos faz refletir sobre as agendas internacionais para esse campo e para a elaboração de políticas educacionais articuladas com políticas externas, ou seja, de um projeto político que atenda a construção de hegemonia.

O EESCPLP permaneceu latente na instituição e, coincidência ou não, o governo brasileiro anuncia em 2006 um projeto semelhante para o Mercosul - o ERES - e, em 2007, formaliza os projetos de criação da UFFS, UFOPA e UNILA. Logo depois da formalização desses projetos voltados à América Latina, em abril de 2008, o presidente Lula anuncia na cerimônia de comemoração do Dia do Diplomata, em Brasília, a construção de uma universidade para os países africanos, para “provar que a relação com a com a África não era apenas comercial”

[v]amos fazer uma universidade para os países africanos. Já tem a cidade, que é a cidade de Redenção, no Ceará, onde foi primeiro abolida a escravidão, e lá nós queremos fazer uma universidade para trazer para cá, em um primeiro momento, estudantes que pertençam aos países de língua portuguesa da África, para que, junto com brasileiros, a gente possa formar os engenheiros, os agrônomos, os médicos, os gestores públicos de que tanto o continente africano precisa para dar o salto de qualidade no século XXI, que ele não teve condições de dar no século XX (BRASIL, MRE, 2008, p.p 106-107)

Da mesma forma que a UFFS e a UNILA não tem vínculo com o Mercosul, a UNILAB não tem vínculo com a CPLP, salvo pelas idealização nesses blocos de um espaço de educação superior comum e que deram luz aos projetos das universidades de integração do governo Lula. Apesar do caráter integracionista, tratam-se de universidades criadas sob a jurisdição brasileira, adequadas, portanto, aos interesses brasileiros.

Em junho de 2008, o MRE reforça a criação de uma universidade brasileira com interface internacional com olhar para a África, especificamente os países lusófonos, que estava sendo denominada de Universidade da CPLP (UniCPLP). Na ocasião, o ministro Celso Amorim declarou o entusiasmo do presidente Lula em contribuir para integração dos povos lusófonos. Em uma reportagem à Agencia Lusa, em 2008, o secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Ronaldo Mota, declara que a iniciativa capitaneada pelo governo brasileiro se justifica pela facilidade de operacionalização por apenas um país, mas que o projeto deveria se expandir para outros países da CPLP, com que o Brasil queria manter laços estreitos, “especialmente com Portugal” (BRASIL, 2008f, s/p).

A exposição de motivos¹²⁰ encaminhada pelo MEC ao presidente menciona que a criação da UNILAB se dava no contexto da expansão e interiorização da política de educação superior do Brasil para ampliação e democratização do acesso ao ensino superior e da necessidade de investimento em ciência e tecnologia e em formação qualificada de recursos humanos, centrais para o desenvolvimento nacional. Além disso, a cooperação internacional, prevista no PNE de 2001, faz parte do desafio que as universidades tem para superar as mudanças.

Para justificar o caráter internacional da UNILAB, o Brasil se coloca como um importante doador de cooperação para o desenvolvimento de países em condições desfavoráveis, apontando para as parcerias no âmbito da educação superior com os países pertencentes à África e à América Latina, especialmente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOPs. Sobre isso, a UNILAB se propõe a promover a integração solidária através do conhecimento, fundada no reconhecimento mútuo e na equidade.

Paralelamente, a universidade seria criada para promover o intercâmbio acadêmico-científico entre Brasil e os demais países da CPLP e da África, e de instituições do exterior, para contribuir com a inserção do sistema de Ensino Superior brasileiro no cenário internacional.

Algumas especificidade da UNILAB foram definidas na exposição de motivos interministerial, antes mesmo dos trabalhos da Comissão de Implantação, nomeada em outubro de 2008. Além da cidade sede, em Redenção, definiu-se que a UNILAB desenvolveria, além do ensino presencial, a educação à distância por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que seu quadro de professores e estudantes seria formado por estudantes brasileiros e da CPLP e que atuaria nas áreas de formação docente, Desenvolvimento Agrário, Energia e Tecnologias de Desenvolvimento Sustentável, Gestão pública e privada e saúde pública.

Enquanto o PL tramitava pelas comissões parlamentares, o MEC instituiu a Comissão de Implantação criada em outubro de 2008, pela Portaria MEC/SESu no. 712/2008 (prorrogada por 180 dias pela portaria MEC/SESu no. 1.110, de 29 de julho de 2009),

¹²⁰ EM Interministerial nº 00165/2008/MP/MEC

presidida pelo professor da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Paulo Speller. A CI foi composta por membros do MEC, do MRE, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do governo estadual do Ceará, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)¹²¹, da FIOCRUZ, da UNESCO e da Universidade Federal do Ceará (UFC). Esta última foi escolhida como tutora da nova universidade.

O trabalho publicado pela CI se deu em 2010 junto com a Lei nº 12.289 de criação da UNILAB ter sido sancionada. O documento tratou das diretrizes e princípios político-acadêmicos para a nova universidade, e alguns entendimentos da comissão diferem dos dispositivos da lei. Por exemplo, a CIUNILAB entendeu as vagas de estudantes e docentes deveriam ser distribuídas em metade para residentes no Brasil e a outra metade por meio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente africanos, e da Região de Macau.

Já a Lei estabeleceu a cooperação internacional solidária com países membros da CPLP, especialmente os países africanos, por meio de intercâmbio acadêmico, composição do quadro docente e celebração de convênios. A seleção de estudantes e professores estrangeiros é livre, diferente da UNILA que reserva um percentual de vagas de ingresso para essas categorias, e as convocatórias devem garantir igualdade de acesso à universidade (BRASIL, 2010). Como missão, a UNILAB deve

[...] formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. (BRASIL, Art. 2º, 2010)

Na estrutura de formação da UNILAB¹²² estava prevista a dupla titulação na qual os estrangeiros poderiam complementar seus estudos nos seus países de origem e os brasileiros

¹²¹ José Graziano da Silva, representante regional da FAO no período da CI, viria a se tornar diretor-geral da FAO em 2012. Podemos inferir que a UNILAB foi estratégica para o apoio dessa candidatura pelos outros países.

¹²² Essa previsão consta no relatório da CIUNILAB de 2010. Considerando que nosso estudo se limita ao período de criação (em 2010) e não de desenvolvimento dessas universidades, não detalharemos nesta pesquisa se essa proposta se concretizou porque isso exigiria um aprofundamento que deixamos pendente para pesquisas futuras. Mas vale destacar que o primeiro Estatuto da UNILAB só foi publicado em 2013 (segundo informações do site da universidade e o Regimento Geral disponível data de 2015, apesar da Lei nº 12.289/2010 estipular o prazo de 180 dias a partir da nomeação do Reitor pro tempore para a publicação desses documentos.

poderiam realizar intercâmbio e completar seus estudos em instituições parceiras. Ainda, parte dos estudos poderiam ser realizados por “metodologias integradoras do ensino, fundamentadas no uso intensivo de tecnologias (CIUNILAB, 2010, p. 12)”, ou seja, por educação a distância.

Destacamos que não verificamos movimentos da sociedade brasileira na concepção da universidade na região. Não consideramos, portanto, como uma demanda popular. Trata-se, sobretudo, de uma motivação do governo para atender interesses das classes dominantes na integração econômica, bem como de ter seu reconhecimento pela sociedade internacional da capacidade brasileira para cooperação internacional. Os países que têm direito a usufruir da universidade brasileira são, prioritariamente (como apontado na Lei) os PALOPs (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe), além de Portugal e Timor Leste (Ásia).

4.4.2 A UNILAB como Política Externa

A UNILAB, assim como as demais universidades de integração, é uma estratégia de política externa brasileira que se conecta à política da educação superior a qual passava pelo processo de reforma universitária com o REUNI. A universidade pode ser considerada como uma extensão da relações do Brasil com a África, bem como com o continente europeu, por meio de Portugal, e com a Ásia (especialmente com intenções na China, por meio de Macau, e Índia) (SANTOS, 2017b). Porém, sua proposta de caráter internacional ultrapassava a demanda interna por educação superior, e tornava-se um arranjo no qual o governo brasileiro declara que “abre-se a países, territórios e comunidades da África, além de Ásia e Europa (CIUNILAB, 2010, p. 06).

Sua proposta se consolida pouco depois da UNILA e ambas tem propostas similares de cooperação internacional. A atração de estudantes, pesquisadores e docentes estrangeiros significava, com base nos eixos da PEB para a educação superior, a capacidade do Brasil para influenciar pela cultura, ciência e conhecimento como pontos fortes do país em favor de interesses, o que Ribeiro (2016) definiu como uma conjuntura de poder a partir do conhecimento usado como ferramenta de dominação (*ibidem*, p. 163).

Também estava prevista sua ampliação para o formato multicampi com unidades para atender a região do Maciço do Baturité e a formação em rede com alguns campi universitários de países da CPLP, além de regiões como Macau (China), Goa (Índia), Ilha de Ano Bom (Guiné Equatorial), Ziguinchor (Senegal), Malaca (Malásia), entre outros (CIUNILAB, 2010, p. 10). Nota-se, nesse formato, um interesse brasileiro em expandir sua influência para mais países da Ásia, que pela CPLP só atingiria o Timor-Leste. Destaca-se que além do Brasil os PALOPs são cobiçados também pela China e Índia (RIBEIRO, 2016).

Destaca-se que a CPLP, desde a sua Declaração Constitutiva em 1996, prioriza a educação superior para consolidar a cultura e identidade dos países de língua portuguesa com vistas a integração entre os países do bloco. A declaração traz em suas agendas o objetivo de “dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, na formação profissional e nos diversos setores de investigação científica e tecnológica para uma crescente valorização dos seus recursos humanos e naturais, bem como promover e reforçar as políticas de formação de quadros” (CPLP, 1996, s/p). A comunidade organizou as agenda com reuniões bianuais dos ministros de educação dos estados-membros e conta com a assessoria da Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP) para promover a cooperação educacional.

Para além da política de interiorização das IFES e do significado histórico e cultural de sua localização e do idioma, a UNILAB também atende a um contexto geopolítico e de interesse econômico do Brasil com os países envolvidos - a fronteira do nordeste brasileiro com o Atlântico Sul, importante via de conexão do Brasil com África¹²³ (RIBEIRO, 2016). Como já assinalamos, o projeto de cooperação sul-sul da PEB no governo Lula visou ampliar sua influência no Atlântico Sul, definido pelo governo brasileiro como entorno estratégico (FIORI, 2013; HELENO, 2014; RIBEIRO, 2016).

A Brasil tinha interesse em reforçar laços socioeconômicos com a África. Destacam-se os investimentos no continente relacionados ao agronegócio - em exportação, produção e transferência de tecnologia para o continente Africano - e especialmente nos segmentos de energia, minérios e construção civil, onde se instalaram nichos de mercado do

¹²³ Da mesma forma, a UFFS, UFOPA e UNILA se localizam na faixa de fronteira do cone-sul, estratégica no contexto geopolítico e econômico para o Brasil. Daí a importância de aprofundar sua localização no contexto da PEB.

empresariado brasileiro por falta de concorrentes nesses países. Essas questões foram abordadas no capítulo anterior, mas vale reforçar que dessa conduta cabem as indagações sobre a política de cooperação solidária por parte do governo brasileiro. Ao refletir sobre o funcionamento da UNILAB nesse contexto, podemos citar a visão crítica de Heleno (2014) a respeito da cooperação brasileira

[A Unilab] foi criada sob o pressuposto de uma dívida histórica com o continente africano (obrigação de “dar”), visando formar a imagem de país solidário, acolhedor e parceiro, para, ao fim, ter de volta para si o “objeto do espírito” em forma de apoio político e abertura econômica a empresas brasileiras (HELENO, 2014, pp. 123-124)

Todavia, os interesses do governo brasileiro não se resumem a essas nações. Recapitulando o que já assinalamos com Miyamoto(2009), em relação aos os benefícios indiretos que o Brasil tem nessa cooperação com os PALOPs, como apontado pela CIUNILAB, com a ampliação universitária em rede para países da Ásia, como apontado pelo próprio secretário de educação superior em 2008 sobre o fortalecimento das relações com Portugal e, por fim, a correlação que se pode fazer das discussões no interior da CPLP sobre a criação do EESCPLP como uma oportunidade de aprofundar relações do Brasil com a União Européia.

Comparado aos países da região sul-americana, o Brasil apresenta-se como uma liderança em relação aos países vizinhos considerando sua dimensão territorial, suas fronteiras terrestres e marítimas, sua biodiversidade e seu potencial econômico e industrial, competindo ao lado de outro país que busca por um espaço de destaque na região que é a Argentina. Isso traz uma representação política significativa do Brasil junto aos organismos regionais e multilaterais, refletindo em sua política externa. O Brasil também é uma potência quando comparado aos países africanos, mais especificamente os PALOP. Não se pode negligenciar o papel que o Brasil procura exercer junto a essa comunidade, como um país que tem maior projeção e capacidade internacionais. Na CPLP, o Brasil tem papel de liderança ao lado de Portugal.

Síntese do Capítulo IV

A instituição das universidades de integração se deu com o REUNI, ou seja, faziam parte de um programa de expansão e reestruturação da reforma universitária brasileira.

Somado a esse contexto, as políticas para a educação superior se tornaram mais internacionalizadas, em consonância com as agendas governamentais que convergiam para projetar o Brasil como liderança regional e inserir o país no cenário mundial. Dessa forma, o governo brasileiro concebeu as quatro universidades de integração a partir de outras experiências regionais que operavam a educação superior no sentido de sustentar processos de integração e cooperação. Foram influência para o governo brasileiro especialmente o EEES e o SEM, mas também supomos a UASB e projeto do EESCPLP instigaram o planejamento dessas universidades. Nesse contexto, portanto, a PEB se fortaleceria com a cooperação educacional favorecendo o alcance das metas definidas para o país no contexto internacional daquele período (2003-2010).

A UFFS e a UFOPA são universidades de integração considerando a sua localização multicampi e seu objetivo em regiões estratégicas para o desenvolvimento e expansão do país na América do Sul, sendo a primeira voltada para o sul, com os países de Mercosul - especialmente Argentina - e a outra para o norte, com os países amazônicos - aproveitando a OTCA para exercer sua influência. A UNILA e a UNILAB já são definidas em lei como instituições internacionais e de integração, prevendo o intercâmbio de estudantes e profissionais e um currículo diferenciado, para atender estudantes dos países latino-americanos - no caso da UNILA - e dos países da CPLP, especialmente os países africanos do bloco.

Apesar de apresentarem variações em relação ao seu formato institucional, essas quatro universidades fazem parte da estrutura de construção da hegemonia sub-regional brasileira, que se apresenta com o posicionamento do país como potência emergente associado a seus esforços em fomentar as relações sul-sul - nesse caso com países mais dependentes no sistema internacional - dando o caráter de projeção de poder do Brasil nessas relações.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem deixar de considerar os estudos já produzidos, nossa perspectiva procurou confrontar as tradicionais narrativas em torno das políticas implementadas pelo governo Lula que tendem a matizar o seu projeto político de hegemonia subregional. Dessa forma, buscamos estudar a relação entre inserção internacional brasileira e a política para a educação superior a partir da criação de universidades de integração.

Para responder a esse objetivo, desenvolvemos no capítulo I as condições em que a educação superior e suas estruturas - desde os sistemas até as instituições de ensino superior - e sua plasticidade diante das transformações ocorridas no final do século XX, sob as orientações neoliberais que incidem sobre as agendas internacionais para a educação, propagadas pelas organizações internacionais e seus interesses dominantes. Por sua inegável influência nas reformas de governança mundial, questionamos sobre a atuação dessas agendas internacionais para a educação superior nas políticas desenvolvidas durante o governo de Lula.

Observamos que a construção de reforma universitária desse governo contou com a consultoria significativa das organizações internacionais que influenciou a agenda pública e governamental sob a premissa de uma educação voltada aos sistemas produtivos para o desenvolvimento econômico e social do país. Na agenda pública, o resultado disso foi a expansão das universidades públicas associada à facilitação do acesso ao ensino superior privado com o PROUNI e o FIES. Também consolidou-se o plano de reestruturação das estruturas universitária com modelos inovadores, especialmente com formação na modalidade de bacharelados interdisciplinares, mais rápida e generalista, a fim de acelerar a inserção no mercado de trabalho, que nem sempre consegue absorver a massa de profissionais qualificados.

Na agenda governamental, a ênfase se deu na internacionalização da educação superior e na cooperação internacional, como estratégias de diplomacia cultural. Nesse contexto, o Brasil ampliou o financiamento com a cooperação educacional, especialmente com programas voltados a atrair estudantes dos países africanos e sulamericanos. O investimento na dimensão internacional da educação superior significava uma maior possibilidade de relações com outros países e, conseqüentemente, um maior visibilidade do

Brasil no cenário internacional. Essa política convergia com a Política Externa Brasileira e facilitava as ações diplomáticas para outros temas primordiais.

Sobre isso, identificamos no capítulo II o significado da integração e da cooperação quando nos referimos ao campo educacional. Em princípio, por se tratar de uma estratégia de política externa por meio de um aparato de consentimento, remetem às relações com interesses mútuos que visam reduzir assimetrias e que se baseiam na reciprocidade. Porém, a realidade aponta para benefícios desiguais entre os parceiros, no qual prevalecem as relações cooperação hegemônica. Dessa forma, a educação superior é um setor estratégico na formação da cultura e para o desenvolvimento de uma região em um processo de integração, motivo pelo qual se tornaram mais comuns as formações de arranjos educacionais voltados à cooperação. Demonstramos que esse não é um fenômeno, apresentando algumas práticas que instrumentalizaram o ensino superior em projetos de cooperação e integração, com o EEES, a UASB, a RUDN, além de citar a Kenkoku University.

Esse contexto serviu para analisar os objetivos da reforma educativa, sua relação com a política externa do Brasil e as motivações do governo Inácio Lula Da Silva que levaram a criação das universidades de integração. No capítulo III detalhamos a PEB e Política para a Educação Superior no período de 2003 a 2010. Destacamos a dimensão internacional dada pelo governo brasileiro que permeou os diálogos políticos e econômicos e colocou a educação superior como um instrumento de projeção da imagem do Brasil convergindo com a política externa brasileira principalmente nos programas relacionados à integração regional, que pôde ser observada pela cooperação entre os ministérios da educação e de relações exteriores no sentido de materializar as diretrizes da política externa.

Não podemos perder de vista que as universidades de integração são resultado das políticas de educação superior - aqui incluímos não só a instituída no governo Lula, mas em todo contexto histórico de políticas que legitimaram as instituições de educação superior - como as outras universidades brasileiras, articuladas à sociedade brasileira e ao contexto político e econômico do país. Assim, entendemos que para avançar esses projetos devem ser vistos como uma política educacional de apoio à integração e internacionalização da educação superior mais do que como uma ação de política externa.

Após estudarmos as quatro universidades sob a perspectiva da política de integração, entendemos que apesar da internacionalização, enquanto prática de intercâmbio acadêmico e

científico, ser intrínseca à cooperação e integração regional, esse processo não necessariamente se mostra dessa forma quando a posicionamos sobre a política externa, pois na realidade as universidades de integração se ligam a um processo regional contruído a partir de um ideal político do que deveria ser, e não do que efetivamente se consolidou.

Sobre a política externa brasileira, entre o que se propagou como uma cooperação solidária para as relações sul-sul e o que, de fato, se apresentou foi uma política de integração no qual o Brasil agiu a partir de uma posição de liderança em mercados que assegurassem privilégios para sua política econômica expansionista o que aprofundou o intercâmbio desigual e a assimetria entre os vizinhos sulamericanos e parceiros africanos. Dessa forma, não é possível conceber uma política de cooperação educacional voltada à integração regional da forma como foi postulada pelo governo brasileiro. Por certo, as universidades de integração por si só não garantiriam a integração, mas compartilham essa perspectiva política absorvendo os interesses geoeconômicos da burguesia brasileira para a integração.

Complementarmente, o nosso objetivo de caracterizar e analisar as universidades de integração internacional, detalhado no capítulo IV revela a particularidade das universidades de integração em relação a sua construção política. Elas foram idealizadas para atender mecanismos regionais porém por meio de uma iniciativa unilateral do Brasil. Essa é uma especificidade que, em toda nossa pesquisa, não foi observada em nenhum outro projeto de integração que incluiu a educação superior como seu aparato. Especificamente quando falamos da UNILA e UNILAB, a experiência que mais se aproxima de seus modelos é a RUDN. Isso, por si só, indica a o projeto político brasileiro de liderança e influência sobre os países sulamericanos através das organizações regionais.

Ao mesmo tempo, indica a fragilidade dessa política de governo que dependeria (e depende) da reciprocidade dos países. Especialmente quando se trata da UNILA e UNILAB que previram a internacionalização como parte de sua estrutura acadêmica e profissional para o projeto integracionista, estão sujeitas à atender apenas os interesses individuais dos estudantes sem conciliá-los aos interesses do país e, principalmente, do desenvolvimento do projeto de integração. Igualmente, a fragilidade pode vir das mudanças governamentais às quais as políticas de integração estão sujeitas, no caso a falta de empatias políticas e ideológicas, de mudanças nas circunstâncias econômicas e nos interesses geopolíticos em

determinados períodos históricos, podem exaurir os projetos integracionistas. Tornando essas universidades projetos tradicionais de educação superior

Damos ênfase à especificidade para a criação da UFFS que fez parte de um movimento social que há muito demandava uma universidade na região. Já os demais projetos, entendemos que foram construídos à revelia dos anseios dos futuros estudantes que frequentariam essas universidades e estavam mais relacionadas aos interesses dos setores corporativos, a exemplo da própria escolha dos locais de suas sedes.

Paralelamente ao contexto geopolíticos está o significado da localização geográfica dessas instituições, na qual podemos situar a interiorização e as áreas estratégicas de desenvolvimento nacional. Apesar da interiorização ser uma política de democratização de acesso ao ensino superior, a localização dessas universidades parece indicar para política de expansão da educação superior em zonas territoriais estratégicas para desenvolvimento nacional e próximas a fronteiras. As faixa de fronteira, como demonstramos, são regiões importantes para o desenvolvimento sob a perspectiva ambiental e também da integração sul-americana. Ao mesmo tempo, o Atlântico Sul também se destaca como uma fronteira marítima. Ainda há que se considerar a questão do entorno estratégico definido priorizado pela PEB. Dessa forma, as universidades de integração demonstram o interesse político em relação à criação de estruturas educacionais que atentam a perspectiva da interiorização, da fronteira e da integração como parte de seus projetos.

Sobretudo, a idealização das universidades de integração representa certamente o projeto político de construção de hegemonia do Brasil sobre a América do Sul e sobre a África. Assim com as universidades são espaços políticos de disputa de poder por meio do conhecimento configurada pela interação entre o Estado e a sociedade, ou seja, das relações humanas com os interesses políticos. Como já assinalamos, as universidades, em geral e as de integração em particular, por terem uma influência muito grande no aspecto culturais e, no caso da integração, de fortalecimento de uma identidade regional, podem ser consideradas como ferramenta ideológica de expansão e dominação de determinadas regiões e de seus povos sobre outros.

Por fim, aqui apenas tratamos da origem dessas universidades a partir dos interesses do governo brasileiro. Longe de esgotar a riqueza que detalhes e perspectivas que podem ser aprofundados quando se tratam de universidades de integração pelo mundo todo. Nosso

posicionamento se deu sob um aspecto crítico à política externa brasileira na instrumentalização desses projetos de integração pela educação superior, sem subjulgar o valor dessas universidades públicas na produção do conhecimento, na emancipação e qualificação do cidadão, no desenvolvimento da sociedade e do país e na formação de excelência por meio do ensino pesquisa e extensão. Acreditamos que esses papéis inerentes às universidades como ator social, especialmente as públicas, não são diminuídos por ideais políticos. Não é à toa que as universidades são centenárias e tiveram que acompanhar (e ainda acompanharão) as transformações da sociedade. No entanto isso significa que são suscetíveis a novas demandas e diretrizes nacionais e supranacionais de governos e organizações internacionais decorrentes desses processos de mudança.

Agora, cabem pesquisas futuras sobre o desenvolvimentos desses projetos e de seu impacto sobre as pessoas e as regiões às quais se direcionam, bem como de explorar o tema das universidades de integração que se tornam cada vez mais frequentes em todo o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABADIE, P. (2021) Ensino superior como mercadoria: crescimento descontrolado. Em **Educação e Integração Regional: experiencias sul-americanas**. Org. Fernandez Hellmund, P. D.; Stoeckl, B. Editora CRV, Curitiba, 2021
- ABBA, M. J. (2018.) **Límites y potencialidades para el desarrollo de una internacionalización de la educación superior necesaria: estudio de caso de La UNILA (Brasil) y La ELAM(Cuba)**. 278 f. (Tese em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Vale do Sinos - UNISINOS, São Leopoldo.
- ABC (2004). Academia Brasileira de Ciências. **Subsídios para a Reforma Da Educação Superior**. Disponível em <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-29.pdf>. Acesso em 09 set 2021
- AKKARI, A. (2011). **A internacionalização de políticas educacionais: transformação e desafios**. Editora Vozes. Petrópolis.
- AKKARI, A (2017) **A agenda internacional para educação 2030: consenso “frágil” ou instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI?** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 17, n. 53, p. 937-958.
- ALMEIDA, L. R. (2015). **MERCOSUL Educacional e a criação da UNILA no início do século XXI: por uma integração educacional via educação**. Tese (Economia Política Internacional). UFRJ.
- ALMEIDA, M.M (2017). **Geopolítica da Expansão das Universidades Federais/Nacionais no Brasil e na Argentina de 2003 a 2015**. Tese (Geografia). Orientação Guillermo Alfredo Johnson. Dourados: UFGD.
- ALVAREZ, Eric T. (2006). **El sistema institucional andino frente a su referente europeo**. Cuadernos Constitucionales de la Cátedra Fadrique Furió Ceriol nº 56, pp. 115-146.
- ALVES, G (1999). O Que é a Mundialização do Capital. **Trabalho e Mundialização do capital - A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização**. Editora Praxis.
- AMORIM, Celso. (2016). **A grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa**. Editora Unesp/Fundação Alexandre Gusmão. Brasília.
- AMORIM, C.; FELDMAN, L. (2011). A política externa do governo Lula em perspectiva histórica. Em: DANTAS, Santiago. Política Externa Independente. Edição atualizada. Brasília: FUNAG.
- ANDRÉS, A (2010). **A educação superior no setor educacional do MERCOSUL**. Biblioteca Digital/Câmara. Disponível em http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/6044/educacao_superior_andres.pdf%3Fsequence%3D1. Acesso em 20 ago 2019

ANTUNES, E.M. (2015). **A Faixa De Fronteira Brasileira Sob O Contexto Da Integração Econômica**. Tese (Geografia). Orientação Luis Lopes Diniz Filho. Curitiba: UFPR

ARAGÃO, D.M.C. **Responsabilidade como legitimação**: capital transnacional e governança global na Organização das Nações Unidas. 2010. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais. Rio de Janeiro: 2010.

ARAGÓN, L. (2008). **UNAMAZ 20 anos (1987 –2007)**. Papers do NAEA N° 218. Belém: UFPA.

ASTARITA, Rolando. (2006) . **Valor, mercado y mundialización**. Buenos Aires, Kaicron.2006

AZEVEDO, M. L. N. de. (2008) **A integração dos sistemas de educação superior na Europa: de Roma a Bolonha ou da integração econômica à integração acadêmica**. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/731>> Acesso em 15/11/2021

AZEVEDO, M. L. N. de. (2015). **Internacionalização ou transnacionalização da educação superior: entre a formação de um campo social global e um mercado de ensino mundializado**. Crítica Educativa, 1(1), p.56–79. <https://doi.org/10.22476/revcted.v1i1.24>

AZEVEDO, M.L.N.; CATANI, A.M. (2013) **Educação superior, internacionalização e circulação de ideias: ajustando os termos e desfazendo mitos**. Inter-Ação, v. 38, n. 2, p. 273-291, mai./ago. Goiânia: DOI10.5216/ia.v38i2.26103. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/26103/15512>> Acesso em 14/03/2022.

BARRAGÁN, R.(2007) **Guía para la formulación y ejecución de proyectos de investigación**. 4 ed.— La Paz: FUNDACIÓN PEB.

BANCO MUNDIAL. BM. (2003) **Construir sociedades de Conocimiento: Nuevos desafíos para la Educación Terciaria**. Banco Mundial.

BERTOLETTI, V. A. (2017). **A educação superior como estratégia de integração regional: o caso Unila**. Tese (Educação). Universidade Estadual de Maringá.

BESHARA, G. (2008) **Educação e Política Externa: a experiência brasileira no MERCOSUL** Educacional. Instituto de Relações Internacionais. Disponível em http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2008/relatorios/ccs/iri/iri_gregory_beshara.pdf. Acesso em 09 de nov 2020

BOITO Jr., A.; BERRINGER, T. (2013). **Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba: V. 21, N° 47: 31-38. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/px4FKyFY5PvpcB3qYBqF78C/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 09/03/2022

BORGES, L.F.P.(2009). **Democracia e educação: uma análise da crítica às políticas educacionais no Brasil (1995-2002)**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE.

BOTTO, Mercedes I. (2015). **La integración regional en América Latina: Quo Vadis? El Mercosur desde una perspectiva sectorial y comparada**. Buenos Aires; EUDEBA, 2015.

BRACKMANN, M. M (2010). **Internacionalização da Educação Superior e Política Externa Brasileira: estudo da criação da Universidade Federal da Integração LatinoAmericana (Unila)** Dissertação de Mestrado submetida como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais junto a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. PUCRS.

BRAGAIA, G.F.A.(2019) **Integração Regional na América do Sul: as projeções espaciais do PAC, IIRSA/COSIPLAN e perspectivas de uma geopolítica interna**. Ourinhos: UNESP.

BRASIL (s. d). Ministerio da Educação. Secretaria de Educação Superior. Coordenação-Geral de Desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior. **Expansão das Universidades Federais: o sonho se torna realidade!** Período 2003 a 2006.

BRASIL(s.d). Ministério das relações Exteriores do Brasil (MRE). Divisão de Temas Educacionais e Língua Portuguesa. **A Educação na Política Externa Brasileira**. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEB.php> . Acesso em: 09 ago 2021

BRASIL. (2001). **Lei nº 10.172/01**. Dispões sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) Brasília, Congresso Nacional.

BRASIL (2004). **Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Região de Influência da Rodovia BR-163 (Plano Cuiabá-Santarém Sustentável)**: Diretrizes para sua elaboração e implementação. Brasília. Disponível em <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BR-163/Documentos%20Oficiais/Plano%20BR-163%20Sustentavel%20Proposta%20final_%2029.01.2004.pdf>. Acesso em 15/03/2022

BRASIL(2005a). Ministério da Educação. **A integração regional será pela educação. O Papel da Educação na Aliança Estratégica**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/198-conhecaomec-1447013193/gabinete-do-ministro-1533592959/384-artigos>. Acesso em 20 jun 2021.

BRASIL (2005b). Ministerio da Educação. Secretaria Executiva. **Relatório Anual de Gestão** (ano base 2005).

BRASIL (2005c). Ministério da Integração Regional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDF)** . Bases de um política integrada de desenvolvimento regional para a Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional.

BRASIL (2005d). **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005.** Aprova a política de defesa nacional, e dá outras providências. Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm> Acesso em 12/12/2021

BRASIL (2006). Ministério da Educação Superior. Assessoria de Comunicação Social. **Quatro países debatem proposta de criação da Universidade do Mercosul.** Disponível em <<http://brasil.gov.br/>>

BRASIL (2007a). Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de política externa:** posições do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/388-Repertorio_de_Politica_Externa_Posicoes_do_Brasil.pdf> Acesso em: 02/03/2022

BRASIL (2007b). **Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007.** Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em 10/10/2021

BRASIL (2007c). **Reestruturação e expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais.** Documento Elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

BRASIL (2007d). **Ministério da Integração Regional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDF.** Brasília: Ministério da Integração Nacional.

BRASIL(2007e). **Exposição de Motivos Interministerial nº 00331/2007/MP/MEC.** Projeto de Lei Nº 2.878. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/EXPMOTIV/EMI/2007/331%20-%20MP%20MEC.htm>.

BRASIL(2007f). **Exposição de Motivos Interministerial nº 00332/2007/MP/MEC.** Projeto de Lei Nº 2.879. Dispõe sobre a criação da UFOPA. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/EXPMOTIV/EMI/2007/332%20-%20MP%20MEC.htm>

BRASIL (2007g). LEI 11.516/2007. **Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.** Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm>

BRASIL (2008a). Ministério da Educação. Assessoria Internacional. **Relatório 2005-2007.**

BRASIL (2008b). Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.344/08.** Altera a denominação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA para "Universidade

Federal da Integração Amazônica - UNIAMA. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=52819E60DD9077E4840860A77668BD60.proposicoesWebExterno2?codteor=912735&filename=Avulso+-PL+4344/2008. Acesso em 09 set 2021.

BRASIL (2008c). **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Estratégia Nacional de Defesa: Paz e segurança para o Brasil. Brasília: Ministério da Defesa. Disponível em <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6703&ano=2008&ato=4ecgXQq50dVpWTbd7>> Acesso em 12/12/2021

BRASIL(2008d). **Exposição de Motivos Interministerial nº 00096/2008/MP/MEC**. Projeto de Lei 3774/2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/EXPMOTIV/EMI/2008/96%20-%20MP%20MEC.htm>

BRASIL(2008e). **Exposição de Motivos Interministerial nº 00165/2008/MP/MEC**. Projeto de Lei 3891/2008. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=AA7BC5E712498E7795BC96614470A82D.proposicoesWebExterno1?codteor=592938&filename=PL+3891/2008>

BRASIL (2009a). **Lei nº 12.029/09**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm. Acesso em 02 ago 2021.

BRASIL (2009b). **Lei nº 12.085/09**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, e dá outras providências.

BRASIL (2009c). Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Sessão Ordinária 309.3.53.O. **Pronúncio do discurso do Deputado Paulo Rocha (PT-PA)**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/ordinari/2009/11/V101109.pdf>. Acesso em; 15 set 2021

BRASIL (2009d). Ministério da Educação. **Plano Plurianual (PPA) 2008-2011**, exercício 2009, ano base 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8567-re-l-pluri-base-2010-pdf&Itemid=30192>

BRASIL (2010a). **Lei nº 12.189/10**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latinoamericana UNILA e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12189.htm>

BRASIL (2010b). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Referenciais orientadores para os bacharelados interdisciplinares e similares**. Brasília.

BRASIL (2010c). Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/16099-lula-dest-aca-politica-de-interiorizacao-do-ensino-superior-e-profissional>>

BRASIL (2011). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **PARECER CNE/CES Nº: 204/2010**: Consolidação do credenciamento dos campi fora de sede implantados e em processo de implantação, decorrentes dos programas de expansão das Universidades Federais. D.O.U de 25/07/2011, seção 1, p. 13. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7935-pces204-10-pdf&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192

BRASIL (2012). Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 05 jul 2021.

BRASIL (2014a). Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE). Cooperação Internacional. **Cooperação Educacional**. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEB.php> Acesso em: 09 ago 2021

BRASIL(2014b). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2014-pdf/16762-balanco-social-sesu-2003-2014>. Acesso em 20 out 2020

BRASIL(2014c). Ministério da Educação. **Expansão da Educação Superior e Profissional e Tecnológica: Mais formação e oportunidades para brasileiros**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf. Acesso em 25 nov. 2020

BRASIL(2015). Universidade Federal da Fronteira Sul. **ESTATUTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**. Disponível em <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2015-0031/@@download/anexo1>>. Acesso em 31/01/2022.

BRASIL (2021). Ministério das Relações Exteriores (MRE). **A educação na política externa brasileira**. Disponível em: www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/a-educacao-na-politica-externa-brasileira. Acesso em 12 out. 2021.

BRESSAN, R.N., LUCIANO, B.T. (2018). **A Comunidade Andina no século XXI: entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico**. Revista de Sociologia e Política, 26(65), 62-80. <https://doi.org/10.1590/1678-987317266504>

BRICEÑO RUIZ, J. (2007). **La integración regional en América Latina y el Caribe: procesos históricos y realidades comparadas**. Mérida: Publicaciones Vicerrectorado Académico CODEPRE.

BRICEÑO RUIZ, J. (2009). **Reflexiones sobre la creación de la Universidad de la Integración Latinoamericana (UNILA)**. Em Comissão de Implantação da UNILA. Consulta Internacional. Foz do Iguaçu: IMEA.

BRICEÑO RUIZ, J. (2011). **El Mercosur y las complejidades de la integración regional**. 1ª ed. Buenos Aires: Teseo.

BRICEÑO RUIZ, José (2018). **Las Teorías de la Integración Regional: mas allá del Eurocentrismo**, Bogota: Universidad Cooperativa De Colombia, Centro De Pensamiento Global.

CARNEIRO FILHO, C.P.; CAMARA, L.B. (2019). **Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDFF, CDIF e as políticas de segurança e defesa**. Disponível em <<https://doi.org/10.4000/confins.22262>>

CARVALHO, T. (2011) **Universidade Federal do ABC: Uma nova proposta de universidade publica?** Dissertação (Estado, Sociedade e Educação) Orientador Sonia Maria Portella Kruppa. São Paulo.

CARVALHO, P. N.; GONÇALVES (2016). **O Brasil como potência regional: uma análise da sua liderança na América do Sul no início do século XXI**. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 11, n. 3, 2016, p. 222-248. Disponível em <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/570>> Acesso em 05/05/2021

CASTANHO, S.E.M.(2001) Globalização, redefinição do Estado Nacional e seus impactos. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 13-37.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (1994). El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe. En CEPAL. **La integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad**. CEPAL.

CIUNILA (2009). Comissão de Implantação da UNILA. **A UNILA em Construção: Um projeto universitário para a América Latina**. Foz do Iguaçu: IME. Disponível em <https://portal.unila.edu.br/institucional/arquivos/copy_of_Unilaemconstruo.pdf> Acesso em 10/10/2020.

CIUNILAB (2010). Comissão de Implantação da UNILAB. **Diretrizes Gerais**. Universidade Federal da Integração Internacional Da Lusofonia Afrobrasileira (UNILAB).

CPLP (1996). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **DECLARAÇÃO CONSTITUTIVA**. Lisboa. Disponível em <<https://www.cplp.org/id-3869.aspx>>.

CPLP (2004a). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **DECLARAÇÃO DE FORTALEZA**. Declaração dos Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Fortaleza.

CPLP (2004b). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **DECLARAÇÃO DE MAPUTO**. III Reunião dos Ministros de Ciência e Tecnologia da CPLP Espaço de Ciência e Tecnologia da CPLP. Maputo.

CPLP (2005a). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **Declaração Conjunta do Primeiro Ministro da República Portuguesa e do Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião da VIII Cimeira Luso-Brasileira**. Nota nº 535. Cidade do Porto.

CPLP (2005b). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **VI Reunião de Ministros da Educação da CPLP**. Lisboa.

COSTA, Rogério Santos da (2011). **A América do Sul do governo Lula**. Em 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011. São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000300043&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 11 Nov. 2021.

CUT. (2009) Central Única dos Trabalhadores. **Comissão de Implantação UFFS toma....Disponível em** <<https://www.cut.org.br/noticias/comissao-de-implantacao-uffs-toma-posse-nesta-quarta-feira-11-em-brasilia-d155>> Acesso em 03/02/2022

DE WIT, Hans (2013). **Repensando o conceito de Internacionalização**. UNICAMP. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/repensando-o-conceito-da-internacionalizacao>. Acesso em 18 set 2021

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?** Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação, vol. 25, n. 88, p. 703-725, Campinas, SP: CEDES, Especial out. 2004.

DIAS SOBRINHO, José. **Educação Superior: bem público, equidade e democratização**. Avaliação, Campinas/Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 107-126, mar. 2013. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-4072013000100007&script=sci..tln. Acesso em: 20 jun. 2017

DINIZ, Maria Ieda C.; MIRANDA, Rejane (2010). **Relatório de acompanhamento do Programa de Apoio a Planos De Reestruturação e Expansão Das Universidades Federais (REUNI): O BRASIL e sua gente estão nas Universidades Federais**. ANDIFES

EGOROV, O. (2019). **Como a URSS caiu de amores pela África?** Russia Beyond. Disponível em <<https://br.rbth.com/historia/83097-urss-caiu-de-amores-africa>> Acesso em 01/05/2022

FERNÁNDEZ HELLMUND, P. D. (2019). **Agendas sociales de la integración: el caso de la integración educativa en el Mercosur**. En M. Ardila y E. Vieira Posada (Eds.), **Geopolítica y nuevos actores de la integración latinoamericana** (pp. 265-288). Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia.

FERNÁNDEZ HELLMUND, P. D (2020). Integración educativa en el MERCOSUR: normativa y experiencia. (2020) **Revista Interdisciplinaria de Estudos Sociais**. Número 22, Julio - Diciembre 2020: 37-66.

FERNÁNDEZ HELLMUND et. al. (2021). Reconocimiento de diplomas y extensión universitaria en la UNILA: el caso del “Núcleo de orientación sobre revalidación y reconocimiento de diplomas de enseñanza media y enseñanza superior”. Em P. Fernández Hellmund (Comp.). **Educación e integración regional: experiencias sudamericanas GIEPTALC/Ediciones del CEISO**.

FERNANDEZ HELLMUND, P. D.; PRETTEL, J.M.H. (2021). Educação, Internacionalização e Capitalismo: o caso do curso de medicina na Região Trinacional. Em: Fernandez Hellmund, P. D; Stoeckl, B. P. (organizadoras). **Educação e Integração regional: Experiências Sul-Americanas**. Editora CRV.

FERREIRA, S. (2009). **A universidade do século XXI: concepções, finalidades e contradições**. Tese (Educação). Goiania: UFG. Disponível em <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/1157/1/tese%20suely%20ferreira%20educacao.pdf>>

FIORI, J.L. (2013). **O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI**. Em: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma / Emir Sader (org.). - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil.

FONTES, Virginia (2010). **O Brasil e o Capital Imperialismo: Teoria e História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. ISBN 978-85-7108-354-7. Disponível em <<https://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/o-brasil-e-o-capital-imperialismo-teoria-e-historia>> Acesso em 03/03/2022

FRANÇA, C. L.; BADIN, M.R.S.(2010). **A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL BRASILEIRO**. Associação Brasileira de relações Internacionais. Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/07917.pdf> Acesso em 05 mai 2021

FRANCO, Maria Estela Dal Pai; MOROSINI, Marília Costa. **Marcos regulatórios e arquiteturas acadêmicas na expansão da educação superior brasileira: movimentos indutores**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 42, n. 28, p. 175-198, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4057/3324>>. Acesso em 29 mar 2021.

GARCIA, M.A. (2013). **Dez anos de política externa. Em: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Emir Sader (org.). São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil.

GOMES, I. C. C.G. (2011). **O processo de criação de uma universidade para a Amazônia: Os bastidores da construção da UFOPA**. Dissertação (Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Orientação Nírvia Ravena de Sousa. Belém: UFPA.

GRAMSCI, A. (2000). **Cadernos do Cárcere: Maquiavel - Notas sobre o Estado e a política.** Vol 3. Tradução: Luís Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

HADDAD, Fernando.(2008) **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

HARVEY, D.(2008) **O Neoliberalismo: História e Implicações.** São Paulo, Edições Loyola.

HARVEY, D. (2016). **17 contradições e o fim do capitalismo.** Boitempo Editora. São Paulo.

HELENO, M. G. B. (2014). **O lugar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) na política externa do governo Lula (2003-2010).** O público e o privado, N° 23. Fortaleza: UECE. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2688>> Acesso em: 09/03/2022

HERNÁNDEZ SAMPIERI., R; et. al. (2006) **Metodología de la Investigación.** 4 Edición. México.

HIZUME, G.C. (2013). **A Implementação do Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários do MERCOSUL: um estudo sobre as Agências Nacionais de Acreditação da Argentina e do Brasil.** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina) Universidade de São Paulo.

HIZUME, G.D.C e BARREYRO, GB. (2018) Acreditação de cursos de graduação não no Processo de Bolonha e no MERCOSUL. Em GB Barreyro e GC Hizume (Org). **Regionalismos e inter-regionalismos na Educação Superior: projetos, propostas e influências entre a América Latina e a Europa** (pp.135-154). UNIOESTE.

HOEFLE, S.W. (2013). **Santarém, Cidade Portal de Fronteiras Históricas do Oeste do Pará.** Revista Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 3, N.1, p. 45-76. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em < <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2100/1867>>. Acesso em 05/03/2022.

HURREL, A. (1995). **O ressurgimento do regionalismo na política mundial.** Contexto Internacional, vol. 17, nº1. Rio de Janeiro: IRI/PUC-Rio.

IESALC/UNESCO (2019) Instituto Internacional de la UNESCO para la Educación Superior en América Latina y el Caribe. **La movilidad en la educación superior en América Latina y el Caribe: retos y oportunidades de un convenio renovado para el reconocimiento de estudios, títulos y diplomas.** Caracas: IESALC.

JESUS, FLÁVIO F. S. (2021). **Hegemonia e contra-hegemonia na inserção internacional do Brasil no Governo Lula (2003 – 2010): Uma Análise Com Base Nas Agendas Da Rede Brasileira Pela Integração Dos Povos (REBRIP).** Orientador: Daniel Maurício Cavalcanti de Aragão. 2016. 216 f. Dissertação (Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciência, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31192>. Acesso em: 6 abr. 2021.

JUNQUEIRA, C. G.B.; MILANI, L.P. (2019) **Regionalismo governamental” sul-americano: deficiências institucionais e dependência internacional**. Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP. São Paulo Disponível em <https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoDesenvolvimento/article/view/52>. Acesso em 05/03/2022

KAN, J. ; PASCUAL, R.(2013). **Integrados(?):Debates sobre las relaciones internacionales y la integración regional latinoamericana y europea**. 1ªed. Buenos Aires: Imago Mundi.

KISHIDA, Y.H.(2016). **Pan-Asianism in the Wartime Writings of Japanese, Chinese, and Korean Intellectuals in a Transnational Space at Kenkoku University in Japanese-Occupied Manchuria**. In: Iacobelli, P., Leary, D., Takahashi, S. (eds) Transnational Japan as History. Palgrave Macmillan Transnational History Series. Palgrave Macmillan, New York. https://doi.org/10.1007/978-1-137-56879-3_3

KNIGHT, J. (2003). **Updated Internationalization Definition**. International Higher Education. v. 33, fall, [S.1.], 2003, p.2-3.

KNIGHT, J. (2004). **An internationalization remodeled: definition, approaches and rationales**. Journal of Studies in Higher Education, Standford, 8 (1), 5-31.

KNIGHT, J. (2015). **Do soft power à diplomacia do conhecimento**. Ensino Superior UNICAMP. International Higher Education: Especial 20 anos. Disponível em <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/do-soft-power-a-diplomacia-do-conhecimento>> Acesso em 30/09/2021.

KNIGHT, J. (2020). **Internacionalização da educação Superior: conceitos, tendências e desafios**. 2 ed. Saõ Leopoldo, Oikos, 2020.

KRAWCZYK, N. R. (2008). **As Políticas de Internacionalização das Universidades do Brasil: o caso da regionalização do MERCOSUL**. Jornal De Políticas Educacionais. n° 4, pp. 41–52.

LEAL, F. et al (2021) . **Cooperação internacional na educação superior: Por uma visão não míope das relações Sul-Sul**. In: Lima, M. C.; Prolo, I. Assumpção, S. R. B. & Leal, F. (Org.). Unilab 10 anos: Gênese, desafios e conquistas. 1ed. Blumenau: Editora da Furb

LECHINI, G. (2018). **As Relações com a Africa. Política externa brasileira em debate : dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008** / organizadores: Walter Antonio Desiderá Neto ... [et al.]. Brasília : Ipea : Funag. 626 p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8793/1/Pol%C3%ADtica%20externa%20brasil%20em%20debate_dimens%C3%B5es%20e%20estrat%C3%A9gias%20de%20inser%C3%A7%C3%A3o.pdf

LEHER, R. (2004). **Contra-reforma universitária**. Revista Verinotio, N° 1, Ano I. Disponível em:<<http://www.verinotio.org/conteudo/0.97400066812895.pdf>> Acesso em 15/19/2021

LEHER, R. (2005). **A Educação Superior no Governo Lula**. Revista Adusp. Disponível em: <https://adusp.org.br/files/revistas/34/r34a06.pdf>. Acesso em: 07/07/2021

LEITE, D; MOROSINI, M.C. (Org.) (1992). **Universidade e Integração no Mercosul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.

LEITE, I.C. (2012) **Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos**. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. OPSA. Observador On-line, v.7, n. 03. Rio de Janeiro: IESP/UERJ

LEITE, P.S. **O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos**: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geizel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

LIGUORI, Guido (2020). **COMO GRAMSCI DECIFROU O ESTADO**. TV Boitempo. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ouPeJpsd4X8>> Acesso em 20/05/2022

LIMA, M. C; MARANHÃO, C. S. (2009) **O Sistema de Educação Superior Mundial: entre a internacionalização ativa e passiva**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772009000300004&lng=en&nrm=iso>

LIMA, M.C. CONTEL, F.B. (2011). **Internacionalização da Educação Superior**: Nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento. São Paulo. Alameda. 536 f.

LIMA, S.A. de (2017). **Guiana e Suriname na Integração da América do Sul**. RELEA, Vol. 2,n.1, p. 51-74. Disponível em <<https://revistas.unila.edu.br/relea/article/view/749>>

LUCE, M. S. L. (2007). **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. Dissertação (Relações Internacionais). Orientação Carlos Schmidt Arturi. Porto Alegre: UFRGS. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14394/000659363.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 02/03/2022

LULA DE NOVO COM A FORÇA DO POVO (2006). **Programa de Governo Lula 2007-2010**. Disponível em https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/Programa_de_governo_2007-2010.pdf

MACIEL, T. M (2009). **As teorias de relações internacionais pensando a cooperação**. Revista ponto-e-vírgula, 5: 215-229. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/download/14087/10373>> Acesso em 05/04/2022.

MANCEBO, D.(2007) **REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ANÁLISES SOBRE A TRANSNACIONALIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO**. Revista Diálogo Educacional, vol. 7, núm. 21, mayo-agosto, 2007, pp. 103-123. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

MARCHÃO, Talita. (2019). Ideologia nunca definiu abertura de embaixadas do Brasil, diz Celso Amorim. UOL notícias. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/06/07/celso-amorim-critica-o-fechamento-de-embaixadas-abertas-no-governo-lula.html> . Acesso em 05 jul 2021

MARIANO, M. P. (2015). Processos de integração regional e política externa. In: **A política externa brasileira e a integração regional: uma análise a partir do MERCOSUL**. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 85-107. ISBN 978-85-68334-63-8. Available from SciELO Books

MARIANO, K. L. P. (2015). **Regionalismo na América do Sul: um novo esquema de análise e a experiência do MERCOSUL**. Editora UNESP/ Cultura Acadêmica.

MARIANO, K. L. P. (2007). **GLOBALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E O ESTADO**. Lua Nova, São Paulo, 71: 123-168.

MARTINS, D.V. (2011). **A história da educação superior na América Latina e o desafio integracionista da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)** / Dissertação (Educação). Orientação Carmen Célia Barradas Correia Bastos. Cascavel : UNIOESTE. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/123456789/569>> Acesso em: 12/07/2020.

MARTINS, J.R. (2010). **UNILA: uma Universidade Federal Brasileira para América Latina**. Revista ponto-e-vírgula, 7: 224-243. Disponível em <https://www.academia.edu/624513/Unila_uma_universidade_brasileira_para_a_integra%C3%A7%C3%A3o_lationamericana> Acesso em: 12/08/2021.

MENDES, Silvano. (2018). **Criada para formar juventude comunista, universidade russa se abre para o mundo**. Site RFI. Disponível em <https://www.rfi.fr/br/mundo/20180609-rudn-criada-para-formar-juventude-comunista-universidade-russa-se-abre-para-o-mundo-1>.

MENEGHEL, S; AMARAL, J. (2016). **Universidades internacionais na contracorrente**. As propostas da UNILA e da UNILAB. Universidades, núm. 67, pp. 25-40. Unión de Universidades de América Latina y el Caribe. Disponível em <https://www.academia.edu/37336982/UNIVERSIDADES_NA_CONTRACORRENTE_AS_PROPOSTAS_DA_UNILA_E_UNILAB> Acesso em 13/03/2022

MERCOSUL (2001). **Decisão do Grupo do Mercado Comum Nº 15/01**. <<http://edu.mercosur.int/pt-BR/decisoes-conselho-mercado-comum-cmc/finish/4-decisoes-decisiones/405-decisao-mercosur-cmc-dec-n-15-01.html>>

MICHELOTTO, R.M, Coelho, R.H. e Zainko, M.A.S. (2006). **A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula**. Educar em Revista [online]., n. 28, pp. 179-198. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200012>> Acessado 22/05/2022.

MICHELOTTO, R.M; LIMA, M.F. (2017). **Políticas de democratização da educação superior na perspectiva metodológica de Antonio Gramsci**. EccoS Revista Científica, núm. 42, pp. 125-141,

MILANI, C. R.S; PINHEIRO, L (2013). **Política Externa Brasileira**: Os desafios de sua caracterização como políticas públicas. Contexto Internacional, vol. 35, no 1, janeiro/junho.

MILANI, C.R. S (2015). **Política Externa é Política Pública?** Insight Inteligência (Rio de Janeiro), v. XVIII, p. 56-75. Disponível em https://carlosmilani.files.wordpress.com/2015/09/insight_69.pdf Acesso em 27 mai 2021

MILANI, C.R.S. et.al. (2016). **Cooperação Sul-Sul em educação e Relações Brasil-PALOP**. Caderno CRH. Salvador, v.29, n. 76,p. 13-32. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-49792016000100002>. Acesso em 05/01/2021

MILANI, C. R. S. (2018) **Solidariedade e interesse**: motivações e estratégias de cooperação internacional para o desenvolvimento.1 ed. Curitiba: Appris.

MIYAMOTO, S. (2009). **O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP)**. Rev. Brasileira de. Política internacional 52 (2): 22-42. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/6pF5wqJxRJsfqTQXhLmdLgJ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 05/04/2022

MORMUL, A. M; HIZUME, G. C. (2015). **A acreditação de cursos de graduação nos blocos econômicos regionais: um estudo sobre o Sistema Arcu-sul e o Processo de Bolonha**. I Encontro Anual de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação. Cascavel:Unioeste.

MOROSINI, M. C. (2006). **Internacionalização da educação superior: um modelo em construção?** En D. Ristoff, P. Sevegnani (Org). Modelos Institucionais de Educação Superior. (pp. 93-118). INEP.

MOROSINI, M.C.; MENTGES, M. J. (2020) **Organismos Internacionais e Educação Superior: Proposições da Agenda E2030**. Educação Temática Digital. Campinas, SP. v.22 n.3 p. 632-650.

MUELLER, Cristiana. **O processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Relações Internacionais) Orientadora Maria Susana Arrosa Soares. Porto Alegre, 2013

NARCIO, Caio (2017). Russian Experience: conhecendo a educação na Rússia. Disponível em https://issuu.com/deputadocaionarcio/docs/prestao_de_contas_russia. Acesso em 30 ago 2021.

NEVES, B.C(2019). **Multilateralismo e a Política Externa Brasileira, retórica? A atuação brasileira na América do Sul de 2000 a 2016**. Revista Mundo e Desenvolvimento. Disponível em <https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/article/download/51/42/> Acesso em: 05/02/2022

NICHTERWITZ, F. (2017). **As Fronteiras de uma universidade: o município de Realeza/PR e a instalação do campus da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS)**. Dissertação (História). Orientação Geni Rosa Duarte. Marechal Candido Rondon: UNIOESTE. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3164/5/Fernanda_Nichterwitz_2017> Acesso em: 01/03/2022.

NICHTERWITZ, F. (2020). **A Cooperação Sul-Sul e a criação de Universidades Federais no Brasil do governo Lula: UNILA, UNILAB e UFFS**. Anais ANPUH-SP. Disponível em: <https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-sp-erh2020/1591661292_ARQUIVO_3eedacd340b9b29d81b14cb6b535191a.pdf>. Acesso em: 03/03/2022

OLIVEIRA, F. de (2006). **O Momento Lênin. Novos estudos CEBRAP**, n. 75, pp. 23-47. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000200003>> Acesso em 05/03/2022

OMC (2000). Organização Mundial do Comercio. **Comunicación de los Estados Unidos. Enseñanza superior (terciaria), enseñanza para adultos y capacitación.**

OTRANTO, C. R. A Reforma da Educação Superior do Governo Lula: da inspiração à implantação. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt11-1791-int.pdf>> . Acesso em: 15 ago. 2021.

PAULANI, L. (2007). **O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses**. Em Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. Disponível em <<https://repositorio.usp.br/item/001634740>> Acesso em 05/03/2022.

PERROTTA, D. (2013). **La integración regional como objeto de estudio**. De las teorías tradicionales a los enfoques actuales. En E. Llenderozas. Relaciones Internacionales. Teorías y debates (pp. 197-252). EUDEBA

PERROTTA, D. (2016). **La internacionalización de la universidad: debates globales, acciones regionales**. Universidad Nacional de General Sarmiento/ Instituto de Estudios y Capacitación-IEC-CONADU. <https://iec.conadu.org.ar/files/publicaciones/1518182369_2016-la-internacionalizacion-de-la-universidad.pdf>

PINHEIRO, L. ; BESHARA, G. (2015). Política Externa e Educação: confluências e perspectivas no marco da integração regional. Em Pinheiro, Leticia; Milani, Carlos.R.S. (Organizadores). **Política externa brasileira; as práticas da política e a políticas das práticas**. Editora FGV.

PROGRAMA DE GOVERNO COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE (2002). Disponível em <<https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.pdf>> Acesso em 01/06/2021

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO (2009). **Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Amazônica**. Santarém. Disponível em <https://issuu.com/juliocesarpedrosa/docs/uniam_1_edicao/1> Acesso em 31/11/2021

PROLO, Ivan (2019). **Pertinência do Projeto Universitário Latino-Americano para a Internacionalização a Educação Superior: Um Estudo sobre a UNILA**. Tese (Administração). Orientação Manolita Correia Lima. São Paulo: Escola Superior de Propaganda e Marketing.

REINERT, D. J.; LAFFIN, M. (2008) **Comissão de Projeto. (2008)**. Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal com Campi nos Estados do PR, SC e RS. Relatório de Atividades e resultados atingidos. Santa Maria, Florianópolis e Brasília.

RIBEIRO, F. (2016). **A. Estratégia Geoeducacional na Cooperação Sul-Sul: Uma Análise dos Projetos Das Universidades de Integração Internacional - UNILA E UNILAB**. 238 f. Tese (Doutorado em geografia). UFCE.

RISTOFF, D. (2020). **Os dias da criação da UFFS**. Post Educa2022. Disponível em: <<https://www.educa2022.com/post/os-dias-da-cria%C3%A7%C3%A3o-da-ufffs>> Acesso em: 21/03/2022.

ROBERTSON, S (2009). **O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado?** Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 42 set./dez.

ROMERO WIMER, F.G. et. al (2021). **A UNILA: Entre a integração regional e o projeto de liderança brasileiro**. Em Fernández Hellmund, P. D; Stoeckl, B. P. (organizadoras). **Educação e Integração regional: Experiências Sul-Americanas**. Editora CRV. 2021

RORATO, G.Z. (2016). **Expansão do Ensino Superior Federal, Atores Territoriais e Emergência de Novas Escalas de Poder e Gestão: A Universidade Federal Da Fronteira Sul (Uffs)**. Dissertação (Planejamento Urbano e Regional). Orientação Aldomar Arnaldo Rückert. Porto Alegre: UFRGS. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/151355>> Acesso em: 01/04/2022.

ROSEVICS, L. (2020). **Do Mercosul à América Latina: Reflexões sobre a construção da UNILA**. Em LIMA et. al. (Org). **UNILA: Uma Universidade Necessária**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Brasília: CAPES

RUDN. (s.d). **Universidad de Rusia de la Amistad de los Pueblos. Sobre la RUDN** . Disponível em <https://esp.rudn.ru/>. Acesso em 29 ago 2021

SANAHUJA, J. A (2007). **Regionalismo e integración en América Latina: balance y perspectivas**. Revista Pensamiento ibero-americano, Madrid, [s.n.], 2007, p. 75-106. Disponível em: <http://www.red-redial.net/revista-pensamiento,iberoamericano-183-2007-0-0.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

SANAHUJA, J. A. (2008). **Del “regionalismo abierto” al “regionalismo post-liberal”. Crisis y cambio en la integración regional en América Latina.** In: Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2008-2009. Buenos Aires, n. 7, 2008, p.11-54. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303111093_Del_'regionalismo_abierto'_al_'regionalismo_postliberal'_Crisis_y_cambio_en_la_integracion_regional_en_America_Latina_y_el_Caribe. Acesso em 10 out 2020.

SANAHUJA, J. A. (2019). **La crisis de la integración y el regionalismo en América Latina: giro liberal-conservador y contestación normativa.** En M. Mesa (Coord). Ascenso del nacionalismo y el autoritarismo en el sistema internacional (pp. 107-126). Fundación Cultura de Paz/Ciudad Universitaria Cantoblanco.

SANTOS, L.G.A. (2013). Brasil e Argentina sob o Mercosul: Uma Análise do Comércio Bilateral. TCC (Economia). Orientação Marta Calmon Lemme. Rio de Janeiro: UFRJ

SANTOS, Eduardo. (2017a). **Internacionalização Da Educação Superior nos Marcos Da Integração Regional Da América Latina – o caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.** EccoS Revista Científica, núm. 42, enero-abril, 2017, pp. 57-84. Universidade Nove de Julho. São Paulo

SANTOS, Eduardo.(2017b) **Internacionalização da educação superior - a opção geopolítica pela integração regional nos casos da UNILA e da UNILAB.** Laplage em Revista (Sorocaba), vol.3, n.3, p.30-51.

SAVIANI, D. (2003). Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas, SP: Autores associados.

SIEBIGER, R. H. (2018). **A expansão do Processo de Bolonha para a América Latina e as principais evidências de sua influência nas políticas de educação superior no Brasil.** Em Barreyro, Gladys e Hizume, Gabriella (Org.). Regionalismos e inter-regionalismos na educação superior. Projetos, propostas e influências entre a América Latina e a Europa (pp. 89-117).

SCHWERTNER, C. H. (2021). **Amazônia em Foco: Uma Análise das Políticas Brasileiras de Preservação da Região.** Revista Perspectiva. Disponível em <<https://www.seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/111790#:~:text=Argumenta%2De%2C%20como%20hip%C3%B3tese%20de,car%C3%A1ter%20de%20pol%C3%ADtica%20de%20Estado.>> Acesso em 05/03/2022.

SENA, R.L.M. (2019). **Universidades e integração regional: Reflexões sobre a descentralização da Política Externa Brasileira.** Disponível em: <https://www.congresso2019.fomerco.com.br/resources/anais/9/fomerco2019/1568835631_A_RQUIVO_6ec569855b8dbb2bbaa5fd41366ae74a.pdf> Acesso em: 02/03/2022

SEVERO, Salles (2013). **Luchas de clases en Brasil.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones Continente. ISBN 978-950-754-407-1

SGUISSARDI, W. (2005). **Rumo à Universidade Mundial** – e a Universidade será feita à sua Imagem e Semelhança. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília.

SGUISSARDI, V. (2015) **Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?**. Educação & Sociedade [online], v. 36, n. 133 pp. 867-889. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015155688>>. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015155688>. Acesso em 01/02/2022

SANTOS JUNIOR, R. L. (2012). **Análise histórica da evolução e desenvolvimento dos campos da Ciência e da Tecnologia na antiga União Soviética e Rússia (1917-2010)**. Revista Brasileira de História da Ciência. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 279-296, jul | dez 2012

SCHWARTZMAN, S. (1983) . **Universidade, Ideologia e Poder. Presença Filosófica**. Rio de Janeiro, Vol. IX, n. 3 e 4, Jul./Dez. 1983, 58-62

SCHWARTZMAN, S.(2005) **A expansão do ensino superior, a sociedade do conhecimento, e a educação tecnológica**. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.

SCHWARTZMAN, S. (2008). OESP: Desastre na Educação. Site e blog de Simon Schwartzman. DISPONÍVEL EM <https://www.schwartzman.org.br/sitesimon/oesp-desastre-na-educacao/>. Acesso em 05 set 2021.

SILVA, Aurelio Ferreira da. (2014). **O Reuni entre a expansão e a reestruturação: uma abordagem da dimensão acadêmico-curricular**. Dissertação (Educação). Orientação Gladys Beatriz Barreyro. São Paulo: s.n., 2014.

SILVA, J.S. da (2019). **Universidade Da Integração Internacional Da Lusofonia Afrobrasileira (UNILAB): uma estratégia de cooperação solidária ou consolidação da internacionalização mercantil?** Tese (Educação). Orientação Alda Maria Duarte Araújo Castro. Natal: UFRN

SILVA, L.I.L; AMORIM, C.; GUIMARÃES, S.P. (2003). **A Política Externa do Brasil**. Brasília: IPRI/FUNAG. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/128-PolItica_Externa_do_Brasil_A.pdf> Acesso em: 02/10/2021

SILVEIRA, Z. (2015). **MERCOSUL educacional e reforma da educação superior no Brasil**. Revista Latinoamericana de educación comparada. Buenos Aires, 6 (8), (pp. 107-122).

SOLANAS, Facundo (2014). **Analizar una política pública mercosuriana: el caso del ejercicio profesional y la acreditación universitaria regional**. Revista S.A.A.P; Vol. 8; Nº 1; 43-64. Buenos Aires: CONISET. Disponível em <<https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/35346>> Acesso em 05/09/2020

SOARES FILHO, Jose. (2013). **Integração Regional Sul-Americana**. Editora: Ltr.

SOUSA, F. M. L. (2019) **O ensino superior público em Santarém: das origens à criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (1970-2009)**. – Dissertação (Educação). Orientador: Anselmo Alencar Colares. Santarém. 184 fl.

SOUSA, M.P.S. (2011). **Expansão da Educação Superior no par[a: Programas EXPANDIR e REUNI e a composição de quadros docentes dos campi da Universidade Federal do Pará (2001-2010)**. Dissertação(Planejamento do Desenvolvimento). Orientação Rosa Elizabeh Acevedo Marin. Belém: UFPA. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3338/1/Dissertacao%20_ExpansaoEducacaoSuperior.pdf> Acesso em: 21/03/2022.

SOUZA LIMA, K.R. (2004). **Reforma Universitária do governo Lula: o relançamento do conceito de público não-estatal**. Em Reforma Universitária do governo Lula: Reflexões para o debate. NEVES, L. M. W (Org). São Paulo: Xamã, ISBN 85-7587-030-0

SOUZA LIMA, K.R. (2011). **O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século**. Revista Katálysis, v. 14, n. 1, pp. 86-94. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000100010>> Acesso em 03/03/2022.

SOUZA LIMA, K.R. (2012). **Expansão e Reestruturação Das Universidades Federais e Intensificação do Trabalho Docente: o Programa REUNI**. Revista de Políticas Públicas, pp. 441-451. São Luís do Maranhão: UFMA. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131651048>> Acesso em 01/01/2022

STUBRIN, A. L. **Los mecanismos nacionales de garantía pública de calidad en el marco de la internacionalización de la educación superior**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, [S. l.], v. 10, n. 4, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1322>. Acesso em: 18 mar. 2022.

TISCHER, Wellington. (2016) **Ensino superior público e desenvolvimento regional: criação, implantação e expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Na Mesomercosul**. Dissertação (Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental). Orientadora Isa de Oliveira Rocha. Florianópolis: UDESC.

TISCHER, W. (2019). **Novas Universidades Federais para o Desenvolvimento Regional - Expansão do Ensino Superior público e a interiorização dos campi**. Anais: ENAPUR. Disponível em <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>>

TRASPADINI, R. VALDEZ, L. (2019) **A UNILA e a integração: miragem latina, horizonte neoliberal ou disputas contínuas?** Revista Teias. V 20. n. 56. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2019.39723>

TRASPADINI, R.; HONÓRIO, K. (2017). **Unila: por uma integração dos povos latinocaribenhos**. Le Monde Diplomatique. Acervo online. Disponível em <<https://diplomatique.org.br/acervo-online/>> Acesso em 12/12/2021

TREVISOL, J.V. (2015). **A pós-graduação na Universidade Federal da Fronteira Sul: interiorização e redução de assimetrias em uma região de fronteira.** In: Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 12, n. 28, p. 505-32. Brasília.

TRIGUEIRO, M.G.S. **Reforma universitária e ensino superior no País: o debate recente na comunidade acadêmica.** Relatório final de pesquisa bibliográfica sobre o tema da reforma universitária no País; subsídio para o “Seminário Internacional Universidade XXI”, realizado em novembro de 2003, em Brasília, organizado conjuntamente pelo MEC e ORUS. Brasília

TRISTÃO, E. (2011). **A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula.** SER Social, [S. l.], v. 13, n. 28, p. 104–128. DOI: 10.26512/ser_social.v13i28.12684. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12684. Acesso em: 06/03/2022.

UASB. (s.d). Universidad Andina Simón Bolívar. **Antecedentes.** Disponível em: <https://www.uasb.edu.bo/antecedentes/>. Acesso em 13 ago 2021.

UASB (2001). Universidad Andina Simón Bolívar. **Estatuto.** Sucre. Disponível em: <https://docplayer.es/43734715-Estatuto-universidad-andina-simon-bolivar.html>. Acesso em 13 ago 2021

UASB (2015). Universidad Andina Simón Bolívar. **Plan Estratégico de Desarrollo Institucional 2015-2020.** Sede Ecuador.

UFFS. (s.d) Universidade Federal da Fronteira Sul. **Portal institucional.** Disponível em: www.uffs.edu.br

UFFS. (2010). Universidade Federal da Fronteira Sul. Portal institucional. **Estatuto.** Disponível em <http://antiga.uffs.edu.br/wp/wp-content/uploads/2010/09/Estatuto-da-UFFS.pdf>

UFFS (2019). **Relatório de Gestão 2009-2019.** Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó

UFOPA (s.d). **Universidade Federal Do Oeste Do Pará.** Disponível em <http://www.ufopa.edu.br/ufopa/>. Acesso em 08 jul 2021.

UFOPA. (2013). Universidade Federal Do Oeste Do Pará. Alemanha de desenvolvimento sustentável. Disponível em <http://www.ufopa.edu.br/sba-2013/sobre/ufopa-1>. Acesso em 08 jul 2021

UFOPA (2019). Universidade Federal Do Oeste Do Pará. **Plano De Desenvolvimento Institucional da UFOPA – PERÍODO 2019-2023.** Disponível em <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proplan/documentos/2020/766ea1d5a36f6bde3acdc4b46199218e.pdf>. Acesso em 15 ago 2021

UMA ESCOLA DO TAMANHO DO BRASIL(2002). **Programa de Governo do Candidato Lula,** Disponível em

<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/16-umaescoladotamanhobrasil.pdf>

UNESCO (2003). **Educação superior: reforma, mudança e internacionalização**. Anais. Conferência Mundial sobre Educação Superior +5. Brasília : UNESCO Brasil, SESU. 208p.

UNILA (2009). Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Consulta Internacional**: contribuições à concepção, organização e proposta político-pedagógica da UNILA. Foz do Iguaçu: IMEA.

VALDEZ. R.C.C (2011). A Atuação do BNDES como Agente Indutor da Inserção Comercial do Brasil no Governo Lula. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3. São Paulo: Proceedings online. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em : <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000300041&lng=en&nrm=abn>. Acesso em 05/02/2022.

VASCONCELOS, E. Como as privatizações criaram novas estatais no Brasil. Center of a Stateless Society. Disponível em <<https://c4ss.org/>> Acesso em 01/02/2022

VISENTINI, P. F. (2013). **A projeção internacional do Brasil: 1930-2012:diplomacia, segurança e inserção na economia mundial**. Rio de Janeiro:Elsevier, 2013.

WALTENBERG, Layla (2013) **A Internacionalização da Educação Superior: um olhar sobre as estratégias de cooperação sul-sul da política externa brasileira**. TCC (Ciência Política). Orientador: Milani, C.

ROMERO WIMER, F. FERNANDEZ HELLMUND, P. (2021) **La UNILA: entre la integración regional y el proyecto de liderazgo brasileño**. Bahía Blanca: Ediciones del CEISO. Foz do Iguaçu: Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Capitais Transnacionais, Estado, classes dominantes e conflitividade na América Latina e Caribe (GIEPTALC).

ZIBECHI, Raul (2006). **Brasil y el difícil camino hacia el multilateralismo**. Pensamento Crítico. Programa de las Américas del International Relations Center (IRC). Disponível em <<http://www.pensamientocritico.org/rauzib0306.html>> Acesso em 12/12/2021

ZIBECHI, Raul (2012). **Brasil potencia: Entre la integración regional y un nuevo imperialismo**. Bogotá: Ediciones desde abajo. ISBN: 978-958-8454-29-0

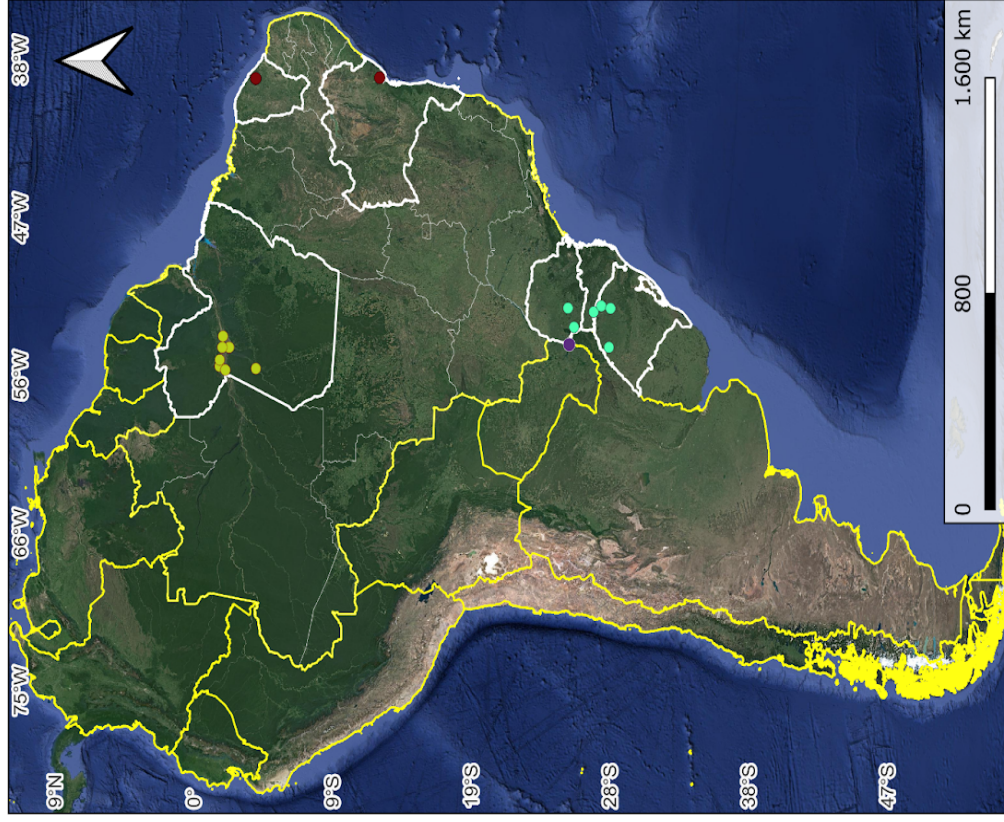
ZIBECHI, Raul (2016). **El pensamiento crítico en la hora del colapso sistémico**. Más allá del neoliberalismo y el progresismo. Disponível em: <https://www.entrepueblos.org/wp-content/uploads/2016/11/RE_RaulZibechi.pdf> Acesso em 05/03/2022.

ZINN, Howard. (2020). **La utilidad de la investigación académica**. Em Haciendo historia: herramientas para la investigación histórica. Pablo Pozzi et al. (Org)- 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO.

ZUCK, Débora Villetti. (2021) **A integração da América Latina e a formação na UNILA.** Tese (Educação). Orientador: Sérgio Eduardo Montes Castanho. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP : [s.n.].

APÊNDICE

MAPAS DE LOCALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE INTEGRAÇÃO BRASILEIRAS: VISÃO GERAL



Localização das Universidades em relação aos países da América do Sul

Universidades

- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
- Universidade Federal do Oeste do Pará
- Universidade Federal da Integração Latino-Americana
- Universidade Federal da Fronteira do Sul

Estados situados

- Bahia
- Ceará
- Pará
- Paraná
- Rio Grande do Sul
- Santa Catarina

□ América do Sul

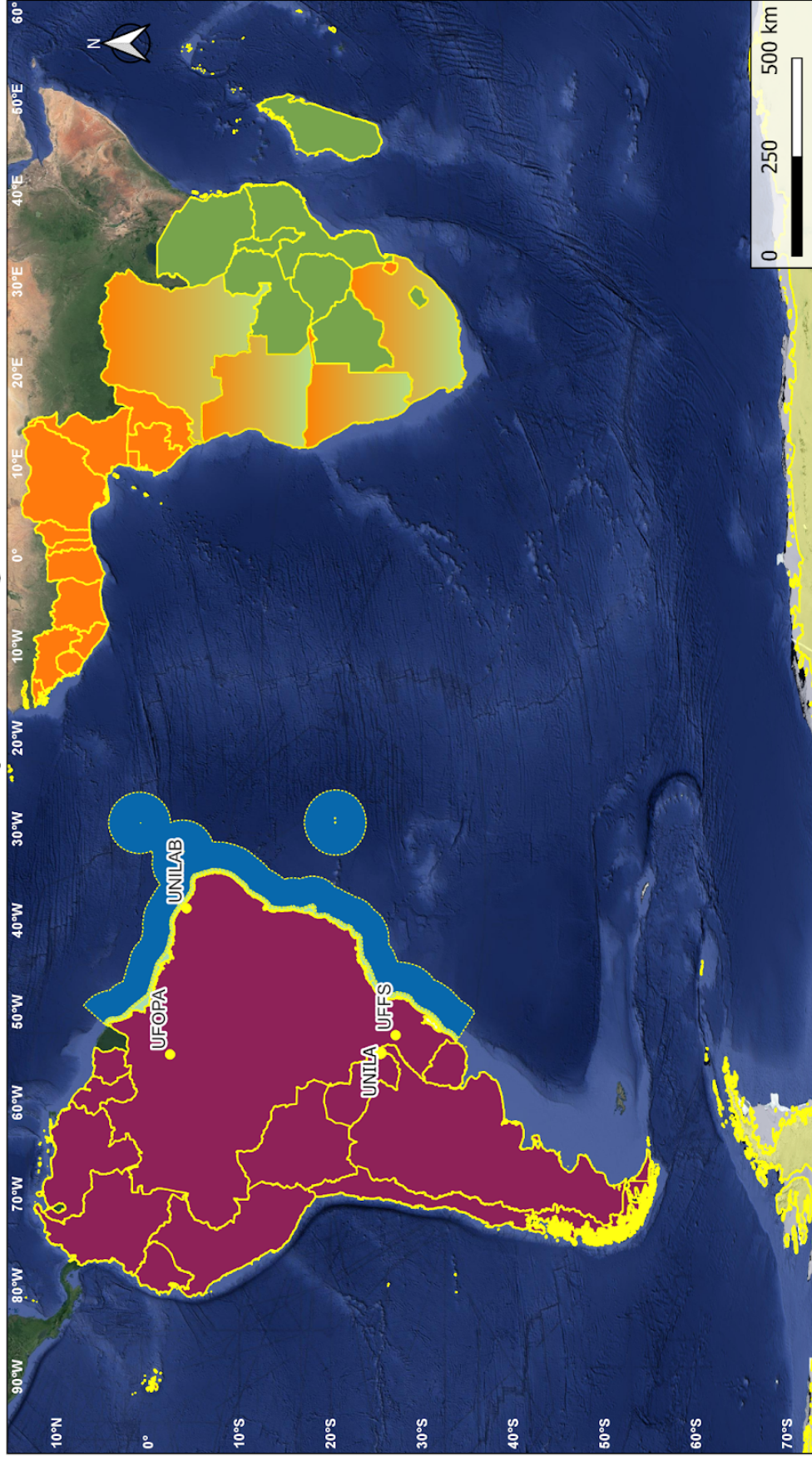
Sistema de Referências de Coordenadas Geográficas

DATUM: SIRGAS 2000

Fontes: GADM

Elaboração: Bruna Borges; Bianca Stoeckl

Entorno Geopolítico Estratégico



- Universidades
 - Países Lindeiros
 - Entorno Estratégico
 - Antártica
 - Países da África Austral
 - Países que integram a África Austral
 - América do Sul
 - Zona Econômica Exclusiva
 - Plataforma Continental
 - Massa D'água Continental
 - Massa D'água Costeira
- Sistema de Referências de Coordenadas Geográficas
 DATUM: SIRGAS 2000
 Fontes: GADM
 Elaboração: Bruna Borges; Bianca Stoekli